

CARLA TOLEDO

**OS PAPÉIS DAS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS E AS POLÍTICAS  
PÚBLICAS PARA O MEIO RURAL: UMA HISTÓRIA QUE SE REPETE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS, BRASIL  
2013

**Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV**

T

T649p  
2013

Toledo, Carla, 1986-

Os papéis das organizações associativas e as políticas públicas para o meio rural : uma história que se repete / Carla Toledo. – Viçosa, MG, 2013.  
xiv, 133 f. : il. (algumas color.) ; 29cm.

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Nora Beatriz Presno Amodeo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 111-120.

1. Associações, instituições, etc. 2. Cooperativismo.  
3. Sindicatos. 4. Política pública. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. II. Título.

CDD 22. ed. 307.72

CARLA TOLEDO

**OS PAPÉIS DAS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS E AS POLÍTICAS  
PÚBLICAS PARA O MEIO RURAL: UMA HISTÓRIA QUE SE REPETE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 24 de junho de 2013.

---

Bianca Aparecida Lima Costa

---

José Ambrósio Ferreira Neto

---

Nora Beatriz Presno Amodeo  
(Orientadora)

*Dedico este trabalho aos meus pais, Sebastião Jesus Toledo e Joaquina Fátima de Melo Toledo que, além de carinho e amor, proporcionaram-me valores essenciais para a minha construção como ser humano. E ao Fernando, pela compreensão e amor nesses anos.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria aqui de dizer meu “muito obrigada” e reconhecer a ajuda de todos que me proporcionaram realizar este trabalho. Primeiramente agradeço a Deus, força maior, que me guiou até aqui, pois, às vezes, senti-me perdida de meus objetivos, e Ele me ajudou a enfrentar meus próprios medos.

Ao meu pai e à minha mãe, meu eterno agradecimento. O apoio incondicional de vocês me fez alcançar essa vitória.

Aos meus irmãos, João Vítor e Felipe, pela importância em minha vida. Às minhas sobrinhas, Cecília e Isabelly, por serem tão queridas.

Ao Fernando, por estar comigo sempre, pelo nosso amor e por me compreender e ter paciência, sentimentos tão essenciais para a realização deste trabalho.

A todos meus tios e tias, primos e primas e à minha avó, Tuta, que sempre me apoiaram.

A todos os representantes das Organizações de Luz/MG, que me cederam seu tempo e sua experiência, dispondo-se a contribuir com meu trabalho. É possível que alguns discordem, no todo ou em parte, das conclusões apresentadas aqui, já que, em alguns momentos, inserem-se algumas críticas.

À professora France, por, inicialmente, ter sido minha orientadora, sou muito grata.

À professora Nora, em especial, meus sinceros agradecimentos, por ter me acolhido e instruído, a fim de que eu pudesse alcançar meus objetivos. Obrigada pela confiança depositada.

Ao professor Ambrósio que, desde a graduação, foi muito importante para minha formação acadêmica e, juntamente com a professora Bianca, trouxe novos olhares e contribuiu para a finalização deste trabalho.

Aos demais professores do Departamento de Economia Rural, com os quais eu pude aprender e crescer. E a todos os funcionários do Departamento, especialmente, Carminha, Romildo, Anízia e Helena, pelos inúmeros favores prestados.

A todos os amigos da turma, pela convivência amistosa e sincera, Patrícia, Natan, Kamil, Fátima, Regina, Teté, Elisa, Ralfh, Michele e, sobretudo, Poliana, Telma e Renata, que estiveram sempre presentes fazendo dos momentos de intelectualidade momentos de diversão e companheirismo. Vocês foram amigas de todas as horas. Obrigada pela força que me deram nessa trajetória.

Ao grupo de pesquisa Assentamentos, no qual aprendi muito, agradeço aos primeiros integrantes Cleiton, Diego, Micheli, Nathalia e Rose.

Ao grupo de pesquisa Gestão e Desenvolvimento de Cooperativas e Associações, pelos comentários e críticas que contribuíram imensamente para minha pesquisa.

À Márcia e à Maria Eduarda, pela convivência que, muitas vezes conturbada, não deixou de ser sempre afetuosa.

À Universidade Federal de Viçosa, pelas oportunidades e ao CNPq, que concedeu financiamento à realização desta pesquisa. Enfim, a todos os que contribuíram para a efetivação deste trabalho, minha eterna gratidão.

## **BIOGRAFIA**

Carla Toledo, brasileira, natural de Guiricema, Minas Gerais, nasceu em 01 de outubro de 1986. Coursou o ensino fundamental e médio na Escola Estadual Prefeito Antônio Arruda, em Guiricema. Iniciou o curso de graduação em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2006. Durante a graduação, envolveu-se com projetos de pesquisa e extensão, concluindo o curso superior em julho de 2010. Em dezembro do mesmo ano é aprovada no Programa de Mestrado em Extensão Rural da UFV, dando início às atividades acadêmicas em março de 2011 e, em junho de 2013, defende sua dissertação, marcando a passagem para uma nova fase da vida.

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS .....	viii
LISTA DE FIGURAS .....	x
LISTA DE TABELAS .....	xi
LISTA DE QUADROS .....	xii
RESUMO .....	xiii
ABSTRACT .....	xiv
1 INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 1 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUZ .....	6
1.1 Procedimentos metodológicos .....	6
1.2 Caracterização da área de estudo .....	7
CAPÍTULO 2 - PERCURSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL .....	12
2.1 A trajetória das políticas públicas até os anos 1970 .....	12
2.2 Redemocratização do estado brasileiro nos anos 1980 e a emergência das organizações associativas rurais .....	19
2.3 Desenvolvimento rural e o novo processo de elaboração das políticas públicas .....	28
CAPÍTULO 3 - O PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS NO MEIO RURAL: DA TEORIA À PRÁTICA .....	33
3.1 Organizações associativas .....	33
3.2 Diferenças e similaridades entre associativismo, cooperativismo e sindicalismo .....	37
3.3 Sindicatos de Produtores Rurais (SPR) .....	39

3.4 Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR).....	46
3.5 Cooperativas.....	55
3.6. Associações.....	75
3.7 Articulações entre as organizações associativas.....	89
CAPÍTULO 4 - CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111
APÊNDICES.....	121
ANEXO.....	131

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI - Aliança Cooperativista Internacional  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural  
BB - Banco do Brasil  
BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo  
CAE - Conselhos de Alimentação Escolar  
CAI - Complexo Agroindustrial  
CCPR/ITAMBÉ - Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais  
CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural  
CMDRS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável  
CNA - Confederação Nacional da Agricultura  
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica  
CNTA - Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
COOESTEIOS - Cooperativa Agropecuária de Esteios LTDA  
COPAGRO - Cooperativa de Produção Agropecuária de Luz LTDA  
CRB - Confederação Rural Brasileira  
CREDILUZ - Cooperativa de Crédito de Luz LTDA  
CUT - Central Única dos Trabalhadores  
DAP - Declaração de Aptidão  
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
FAE - Fundação de Assistência ao Estudante  
FAEMG - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais  
FAREM - Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais  
FETAEMG - Federação dos trabalhadores Rurais de Minas Gerais  
FETRAF - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar  
FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária  
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário  
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras  
ONG - Organização Não Governamental  
OQS - Organização do Quadro Social  
PAA - Programa de Aquisição de Alimento  
PCB - Partido Comunista do Brasil  
PIB - Produto Interno Bruto  
PMDR - Plano Municipal de Desenvolvimento Rural  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural  
SICOOB - Sistema de Cooperativa de Crédito do Brasil SNCR- Sistema Nacional de Crédito Rural  
SNA - Sociedade Nacional de Agricultura  
SPR - Sindicato dos Produtores Rurais  
SRB - Sociedade Rural Brasileira  
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais  
ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil  
UFV- Universidade Federal de Viçosa

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1-</b> Localização do município de Luz/MG .....	8
<b>Figura 2</b> - Fluxograma sobre a relação entre cooperativa e associados por meio dos Núcleos .....	63
<b>Figura 3</b> - Escada de Participação Cidadã de Arnstein (2002).....	97

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Produto Interno Bruto em valores correntes (R\$) do município de Luz/MG.....	8
--	---

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Organizações estudadas no município de Luz, 2012.....	10
<b>Quadro 2</b> - Diferenças e similaridades entre cooperativa, associação e sindicato.....	37
<b>Quadro 3</b> - Composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Luz, MG.....	95

## RESUMO

TOLEDO, Carla, M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, Junho de 2013. **Os Papéis das Organizações Associativas e as Políticas Públicas para o Meio Rural: uma história que se repete.** Orientadora: Nora Beatriz Presno Amodeo.

Esta pesquisa teve como objetivo identificar os papéis das organizações associativas que nucleiam produtores e/ou trabalhadores rurais, principalmente a partir da redemocratização do Estado brasileiro nos anos 80 e das políticas públicas orientadas ao meio rural, das quais emergem as organizações entendidas como espaços de interação social, para participarem de estratégias e planos para o desenvolvimento rural local. Trata-se de um estudo de caso no município de Luz, Minas Gerais. Inicialmente realizou-se uma revisão bibliográfica e documental sobre os distintos tipos de organizações e sobre a evolução da história das políticas públicas e da teoria do desenvolvimento rural. No delineamento da pesquisa foram realizadas entrevistas com representantes das organizações identificadas no município (um sindicato de produtores rurais, um sindicato de trabalhadores rurais, duas cooperativas agropecuárias, uma cooperativa de crédito, dois núcleos de desenvolvimento cooperativista e oito associações). Foram entrevistados, também, os representantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e do Instituto Mineiro Agropecuário. Algumas das organizações estudadas constituíram-se em contextos institucionais diferentes, isto é, foram anteriores à redemocratização, evidenciando-se uma diferenciação segundo as épocas. No discurso, seus papéis estão mais ou menos claros e definidos, no entanto, na realidade local estas organizações possuem história, cultura e características que foram moldadas durante os anos, nos quais também lhes era solicitado exercer funções diferentes. O “novo” processo de elaboração das políticas públicas pressupõe a participação das organizações, mas não necessariamente reconhece as especificidades nem a autogestão das estruturas organizacionais. Assim, apresenta-se o resultado dessa trajetória de intervenções de política pública na vida associativa local, mostrando as disfunções resultantes e as tensões para com a história, características e trajetórias das organizações.

## ABSTRACT

TOLEDO, Carla, M.Sc. Universidade Federal de Viçosa, June, 2013. **The role of collective organizations and rural public policies: a repeated history.** Advisor: Nora Beatriz Presno Amodeo.

This research aimed to identify the roles of associations which group producers and/or rural workers. Mainly after Brazilian democratization, in the 1980s, and because of rural public policies, organizations emerge, being understood as spaces of social interaction to participate in strategies and plans for local rural development. This is a case study of Luz County, in Minas Gerais. First, it was carried out a literature and documentary review on the different kinds of organizations, on the evolution of Brazilian public policies and on rural development trajectories. Interviews were held with representatives of the organizations from Luz (1 union of farmers, 1 union of rural workers, 2 agricultural cooperatives, 1 credit union, 2 nuclei of cooperative development and 8 associations), also with representatives of the Local Sustainable Rural Development Committee, of the Technical Assistance and Rural Extension Company, and of the Minas Gerais Agricultural Institute. Some of the organizations studied were constituted in different institutional contexts, being evidenced a differentiation according to the periods. From their speeches, their roles are more or less clearly defined; however, in the local reality these organizations have distinctive culture, history and features that have been shaped during the years, through which they have also been asked to perform different functions. The “new” process of local public policy design requires the participation of the organizations, but not necessarily recognizes their specific features, nor the self-management of the organizational structures. Thus, we present the result of this trajectory of public policy interventions in local associative life, showing the resulting dysfunctions and the tensions with the history, characteristics and trajectories of the organizations.

# 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas ocorreram mudanças importantes pela descentralização e democratização da sociedade brasileira. Muitas críticas foram feitas às políticas nacionais de desenvolvimento, em especial às de desenvolvimento rural, por estarem centralizadas na esfera do governo federal, com pouca participação dos atores sociais<sup>1</sup> beneficiários dessas políticas públicas. Assim, notadamente a partir da Constituição Brasileira de 1988, muda-se a forma de elaborar e implementar tais políticas no Brasil, devido ao destaque crescente de processos de reivindicação (MATTEI; CAZELLA, 2009).

Desse modo, distintas organizações, como associações, cooperativas e sindicatos, surgiram como espaços institucionais de interação social para participarem de estratégias e planos para o desenvolvimento rural local. Para Evans (2003), os processos de participação contribuem para a tomada de decisão e dão aos cidadãos o acesso às informações sobre a alocação de recursos públicos. O autor menciona que as instituições<sup>2</sup> democráticas permitem que o ser humano exerça a mais importante capacidade, a de fazer escolhas; assim definiria o desenvolvimento, sem restringi-lo ao processo de acúmulo de capital.

Conexo a essa argumentação, Sen (2000) afirma que o desenvolvimento pode ser compreendido como um processo de ampliação das liberdades reais que as pessoas desfrutam, no qual a capacidade de fazer escolhas está relacionada às expectativas compartilhadas por certo conjunto de cidadãos sobre como os debates e interações públicas devem e podem sobrevir.

Este trabalho busca discutir o papel das organizações associativas no contexto contemporâneo das políticas públicas. Tenta cumprir esse objetivo analisando uma realidade específica. Foca-se em organizações rurais ou, melhor, em organizações que agrupam produtores rurais. Portanto, foram considerados os sindicatos de produtores rurais, sindicatos de trabalhadores rurais, associações, cooperativas e núcleos de desenvolvimento cooperativista, todos definidos como organizações associativas, já que são entidades que defendem os interesses sociais comuns de membros solidários e têm em vista à constituição

---

<sup>1</sup> Os atores a que se refere este texto são os indivíduos ou às populações que se apresentam no meio rural.

<sup>2</sup> Embora, para muitos estudiosos, instituições e organizações sejam entendidas como sinônimos, neste trabalho se reconhece a sua diferença. Conforme Salimon (2010), a instituição é vista como uma base normativa e/ou legal. Já as organizações emergem quando grupos se reúnem a fim de alcançar um objetivo comum e afirmado. Nesse sentido, Appendini e Nuijten (2002) consideram que as organizações são determinadas pela sua organização estrutural reconhecida e aceita, enquanto que as instituições se definem em termos de crenças, normas e regras.

de formas de inserção social e de responsabilização, cumprindo o papel de intermediária entre cidadãos e instituições (WAUTIER, 2001).

No discurso das políticas públicas estão mais ou menos claros e definidos os papéis das organizações, no entanto, na realidade local, existem organizações determinadas - com história, cultura e características que foram moldadas ao longo dos anos-, em marcos institucionais distintos, nos quais também lhes era solicitado cumprir funções diferentes. Políticas elaboradas a partir do processo de democracia pressupõem a participação verdadeira de atores reais. No entanto, muitas são desenhadas para tipos ideais de organização, sem necessariamente reconhecer que, em cada município, já existem determinadas estruturas organizacionais - com suas particularidades e objetivos específicos - que nucleiam os cidadãos e que deveriam ser incorporadas ao processo das políticas públicas como elas são, e não como elas deveriam ser, para satisfazer a vontade ou a visão dos tomadores de decisão.

Assim, escolheu-se um município mineiro, onde já existiam organizações coletivas, algumas novas e outras com décadas de funcionamento, algumas criadas em contextos institucionais diferentes, mas que atualmente tendem a responder à realidade e ao contexto vigente. A intenção foi analisar a realidade por trás do discurso das políticas públicas, refletindo sobre as seguintes questões que motivaram esta pesquisa: as organizações são funcionais ao novo marco institucional ou existe concorrência ou superposição de papéis ou funções entre as organizações? Quem determina os objetivos e papéis das organizações: os cidadãos ou o poder público? Promove-se realmente a participação dos cidadãos por meio da representação de suas organizações nas políticas públicas ou estas são levadas adiante com o centralismo já criticado, mas promovendo um cenário que possa ser chamado de participativo, no qual as organizações coletivas só cumprem um papel coadjuvante determinado pelo poder público? Quais são os papéis reservados às organizações associativas e como eles têm evoluído ao longo do tempo? Como convivem as diversas organizações com histórias e papéis distintos num mesmo ambiente organizacional? As políticas públicas induzem novos papéis para “antigas” organizações ou promovem a criação de novas organizações para cumprir estes novos papéis? Podem as organizações realmente se formar “de baixo para cima” e com uma agenda própria ou elas acabam se moldando ao que as políticas públicas ou conjunturas específicas lhes oferecem? Conseguem as políticas públicas influenciar a realidade organizacional em todos os municípios ou alguns têm uma dinâmica organizacional independente, provavelmente derivada de bem sucedidas ondas históricas anteriores?

A escolha do município de Luz/MG como base empírica justifica-se a partir da incursão exploratória na realização de um estágio<sup>3</sup> na Cooperativa de Produção Agropecuária de Luz Ltda., em 2009, com o objetivo de implementar a Organização do Quadro Social (o qual será apresentado posteriormente). Durante esse processo, constatou-se a existência de várias organizações associativas neste município, sendo este o primeiro passo que instigou averiguar as razões da formação das organizações.

É necessário mencionar que a noção de papéis que será estudada aqui está relacionada aos objetivos, funções ou deveres das organizações, uma vez que, em sua acepção sociológica, papel corresponde às obrigações, coerções normativas que devem ser respeitadas pelos membros que os desempenham (BOUDON; BOURRICAUD, 1993).

Assim, existe uma multiplicidade de organizações em um mesmo município, nas quais até muitos dos membros podem ser os mesmos (por exemplo, pode existir superposição de membros entre uma cooperativa e um sindicato rural). Nota-se como é custosa a manutenção destas organizações, não só medida em recursos econômicos, como também em investimento social (tempo e dedicação dos participantes).

Um levantamento preliminar mostrou que são poucas as pesquisas que contemplam análises mais aprofundadas sobre as organizações que nucleiam produtores ou trabalhadores rurais, na perspectiva desse novo contexto da história do Brasil, no qual organizações novamente são convocadas e/ou são promovidas por meio de políticas públicas para cumprir papéis específicos. A realidade mostra que muitas delas sobrevivem para além do escopo das políticas com as quais se relacionam. Novas políticas imaginam novos papéis para as organizações ou (novas) organizações, sob a mesma denominação, assumem papéis distintos, não necessariamente condizentes com os que anteriormente desempenhavam as organizações “colegas”. Segmentos sociais distintos são representados por organizações que disputam seu espaço no cenário público rural. Nesse marco, esta pesquisa tenta desvendar como se articulam os diferentes papéis assumidos pelas organizações e aqueles delegados a elas.

Frente a esse contexto e às motivações expostas apresentam-se as questões fundamentais e os objetivos que nortearam esta investigação: Quais seriam os papéis de cada tipo de organização e até onde estes papéis concorrem ou se complementam, e qual sua relação com as políticas públicas? Se existe relação, como as mudanças nas políticas públicas

---

<sup>3</sup> Este estágio foi realizado na graduação do curso de Gestão de Cooperativas, na Universidade Federal de Viçosa-MG, no ano de 2009.

influenciaram no processo de desenvolvimento organizacional e nos papéis atuais destas organizações?

Objetivo Geral:

Identificar os papéis das organizações que nucleiam produtores e/ou trabalhadores rurais e como eles foram construídos no município de Luz, Minas Gerais.

Objetivos Específicos:

- Identificar as razões que levaram à formação das distintas organizações associativas rurais presentes no município de Luz, Minas Gerais;
- Investigar quais são os papéis autoatribuídos pelas organizações por meio de seus objetivos e suas formas de gestão social e se eles concorrem ou se complementam com os das outras organizações;
- Averiguar qual é a inter-relação entre as organizações e as políticas públicas, seja no processo de desenvolvimento organizacional ou no cumprimento dos respectivos papéis.

Em conformidade com a discussão proposta e para alcançar estes objetivos foi escolhida a metodologia do estudo de caso, que será mais bem detalhada no Capítulo 1. Durante o trabalho de campo realizou-se o levantamento das organizações do município, fez-se coleta de informações secundárias e entrevistaram-se representantes de todas as organizações (duas cooperativas agropecuárias e uma de crédito, dois núcleos de desenvolvimento cooperativista, Sindicato dos Produtores Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e oito associações de comunidades rurais). Foram também entrevistados representantes do poder público relevantes para este estudo, como, por exemplo, um representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e do Instituto Mineiro Agropecuário.

No Capítulo 2 são apresentadas as referências conceituais de políticas públicas, precedidas de um resgate histórico sobre como o Estado foi diminuindo seu perfil centralizador e autoritário quanto à democratização e promovendo um novo desenho das políticas para o desenvolvimento rural.

O Capítulo 3 é dedicado à apresentação das organizações associativas, resumindo algumas concepções teóricas e históricas para compreender como as pessoas se organizam para alcançarem um objetivo comum e quais foram as trajetórias destas organizações,

reforçando os papéis que elas desempenhavam para a análise das mudanças vivenciadas no caso estudado, bem como qual a relação que existe com o processo de formação e implementação das políticas públicas do meio rural.

O Capítulo 4 traz a discussão sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, procurando abordar a representatividade das organizações nesse espaço democrático e sobre como se dá o acesso às políticas públicas mais relevantes. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

## **CAPÍTULO 1 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUZ**

Este capítulo objetiva apresentar o caminho utilizado para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, bem como apresentar a caracterização do município estudado de forma a compreender sua importância como base empírica, ressaltando-se, assim, o surgimento de distintas organizações associativas.

### **1.1 Procedimentos metodológicos**

Em conformidade com os objetivos desta pesquisa, utilizou-se a metodologia de estudo de caso, que consiste no estudo aprofundado de um determinado objeto, de modo a ampliar e detalhar seu conhecimento. Proporciona a exploração de situações da vida real, a descrição do contexto em que está sendo feita a pesquisa, como também a explicação das causas de determinados fenômenos. Ressalta-se que é um caso instrumental, no qual a intenção é auxiliar no conhecimento e, assim, poder ser útil para alcançar certos objetivos (GIL, 2002). Embora essa categoria de pesquisa não aceite generalizações, sendo uma análise muito específica, infere-se que, a partir de tal especificação, podem se apresentar outros contextos sociais com características similares.

Para conduzir este estudo e obter as informações necessárias se realizou, inicialmente, uma revisão bibliográfica e documental sobre os diversos tipos de organizações associativas, com destaque para as que nucleiam produtores ou trabalhadores rurais, e sobre a evolução da história das políticas públicas e das teorias do desenvolvimento rural, a fim de fornecer um norte teórico que possibilitasse abordar as discussões e as análises as quais se pretendem tratar. A seguir foram realizadas entrevistas com representantes das organizações estudadas. Destaca-se que não se apresentam dados específicos (sexo, idade, cargo, etc.) dos entrevistados por estes não serem considerados relevantes para a compreensão dos resultados neste estudo, já que os entrevistados foram inqueridos como representantes organizacionais. O roteiro das entrevistas encontra-se em apêndice. Nas cooperativas optou-se por entrevistar membros da diretoria. Nos Núcleos Comunitários de Desenvolvimento Cooperativista foram entrevistados os representantes responsáveis pela coordenação dos núcleos em suas regiões e os mesmos representantes entrevistados da cooperativa responsável pelos núcleos. No Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi possível entrevistar apenas um representante e no

Sindicato dos Produtores Rurais, dois. Nas associações também foram realizadas entrevistas com seus presidentes, exceto uma, em que foi o tesoureiro. Ainda ocorreram casos nos quais um indivíduo representava uma ou mais organizações, reduzindo o número de entrevistados. Optou-se por entrevistar representantes e não associados, já que se considerou, a priori, que são os informantes mais qualificados para falar em nome da organização que administram. Para conseguir captar maior variação de opiniões, tratou-se de entrevistar dois representantes de cada organização, de ser possível o que fazia mais e menos tempo na diretoria.

Para indagar sobre a articulação destas organizações com o Estado e as políticas públicas, foram entrevistados representantes das diversas organizações do município que orientam sua ação no meio rural: os integrantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA).

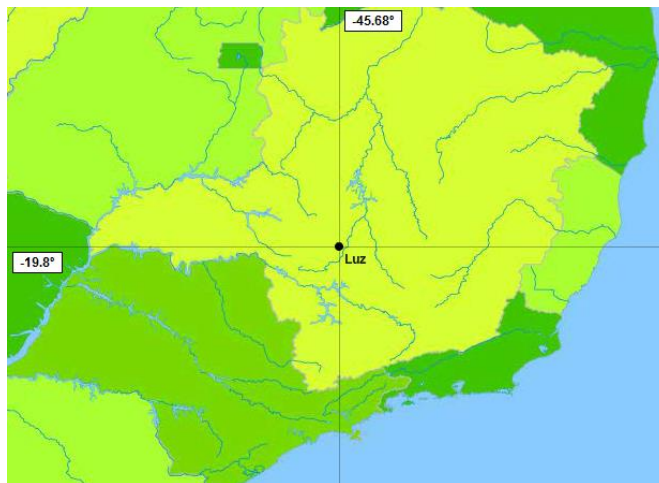
No total foram entrevistados 25 representantes, sendo utilizado gravador para coleta dos depoimentos pessoais, bem como algumas anotações durante a entrevista. Os entrevistados serão nomeados por letras (A, B, ... P). Ainda foi realizada uma observação não participativa, acompanhando uma reunião do CMDRS, durante a qual foram feitas anotações observando-se os temas discutidos e a relação entre os representantes dos agricultores familiares e dos poderes públicos na articulação sobre as políticas públicas.

Os depoimentos colhidos foram analisados de modo a identificar as informações e opiniões que possibilitassem responder a cada um dos objetivos propostos, analisando-se, também, os documentos disponibilizados por algumas organizações, tais como o Estatuto Social e a Ata de Fundação, para verificação dos papéis autoatribuídos e informações sobre a origem destas organizações, os quais se encontram sintetizados em apêndice.

## **1.2 Caracterização da área de estudo**

Foi escolhido o município de Luz para a realização do estudo de caso. Este município está localizado na região centro-oeste de Minas Gerais, a 197 km da capital, como mostra a Figura 1. Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), ele possui uma área de 1.172 Km<sup>2</sup> e uma população de 17.486 habitantes, sendo 89% da zona urbana e 11% da rural, com uma densidade de 14,92 hab/km<sup>2</sup>. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é 0,801. Segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2000), o município está entre as regiões consideradas de alto

desenvolvimento humano (maior ou igual a 0,800). Em relação ao Estado, também se encontra no grupo de municípios com IDH maior que o IDH estadual de Minas Gerais, 0,773.



**Figura 1-** Localização do município de Luz/MG  
**Fonte:** IBGE

Segundo os censos do IBGE, entre os anos 2006 a 2010 todos os setores do Produto Interno Bruto (PIB) tiveram um aumento, como pode ser visto na Tabela 1. Embora o setor serviços tenha destaque no PIB, o setor agropecuário possui valor relevante, com 80.603 reais em 2010, sendo bem maior que o valor da indústria. A contribuição desse aumento vem da pecuária leiteira e da agricultura e, mesmo que tenha uma baixa porcentagem de população no meio rural, essas atividades são uma das principais economias do município.

**Tabela 1 -** Produto Interno Bruto em valores correntes (R\$) do município de Luz/MG

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviço	Total
2006	47.803	20.460	87.199	155.462
2007	53.123	25.163	100.089	178.375
2008	64.961	28.660	113.087	206.708
2009	73.566	33.145	124.355	231.066
2010	80.603	38.867	140.961	260.431

**Fonte:** IBGE (2006, 2007, 2008, 2009, 2010).

A história do município de Luz, conforme o Portal Luz/MG, está intimamente relacionada à existência de duas fazendas, que não possuíam divisas bem demarcadas entre si, localizadas em Bambuí, município vizinho. Por volta do ano de 1780, estas fazendas, designadas Cocais e Camargos, pertenciam a dois fazendeiros descendentes de bandeirantes paulistas que viviam em conflitos por causa da demarcação. Reza a tradição que a esposa de um dos fazendeiros fez uma promessa a Nossa Senhora da Luz para que resolvessem a

situação de forma amigável. Certa manhã, os fazendeiros haviam combinado de saírem de suas casas a cavalo no mesmo horário e ir ao encontro do outro e, ao se encontrarem, próximos ao ribeirão Jorge Pequeno, decidiram fixar ali um marco divisório e mandaram construir uma capela em devoção à padroeira Nossa Senhora da Luz.

Próximo ao local havia um olho d'água represado por um aterro que fornecia água às pessoas, que foram se concentrando em volta da capela, por isso o local se origina com o nome Nossa Senhora da Luz do Aterrado. O ciclo do progresso teve início a partir da fundação do Bispado do Aterrado e, em 02 de maio de 1856, foi desmembrada a freguesia de Nossa Senhora da Luz do Aterrado da freguesia de Bambuí, elevando aquela à condição de cidade pela Lei n° 843, de 07 de setembro de 1923, com a denominação de Luz<sup>4</sup>.

Como mencionado, a justificativa do município de Luz como base empírica desta dissertação veio do conhecimento prévio, quando da realização do estágio curricular de graduação. A partir dessa experiência se observou a diversidade organizacional da região. São diversas organizações associativas de produtores ou trabalhadores rurais que buscam atender às necessidades dos seus membros. O município conta com três cooperativas, sendo duas agropecuárias e uma de crédito. O município também possui o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Sindicato dos Produtores Rurais, além de oito associações comunitárias e dois Núcleos de Desenvolvimento Cooperativista pertencentes à Cooperativa de Produção Agropecuária de Luz LTDA (COPAGRO). Portanto, parece existir no município uma cultura cooperativista ou associativista na população, ou, pelo menos, uma tendência a formar organizações coletivas para solucionar seus problemas. Provavelmente isso explica, em parte, o relativamente elevado número total de organizações rurais (como será apresentado oportunamente), considerando a população do município.

Por outra parte, chama a atenção, também, o relativamente alto IDHM, o que o coloca fora do escopo privilegiado de muitas políticas públicas vinculadas ao combate à pobreza ou outras intervenções do poder público, muitas das quais condicionadas ou relacionadas à existência de organizações coletivas.

Muitas das organizações foram se constituindo pelos seus membros, à medida que estes foram conhecendo experiências exitosas de outras organizações em cidades vizinhas ou até mesmo dentro do próprio município. Além disso, foram identificadas duas origens principais para a proliferação destas organizações, a EMATER, em especial promovendo o surgimento das associações mais recentes, e o Sindicato dos Produtores Rurais, criado pelo

---

<sup>4</sup> Cf.: Portal Luz/MG. Disponível em: <<http://www.luzmg.com.br>>.

líder da classe patronal, Josafth Macedo e, com o passar dos anos, do seu seio foi promovido o surgimento de outras organizações com fins distintos: uma cooperativa agropecuária e, posteriormente, também uma cooperativa de crédito.

O Quadro 1 apresenta as organizações que foram estudadas nesta pesquisa, seu ano de fundação e número de sócios respectivos. Ressalta-se que o número de sócios é um valor aproximado devido à falta de registros atualizados, principalmente referente às associações.

**Quadro 1** - Organizações estudadas no município de Luz, 2012

<b>Organizações</b>	<b>Fundação</b>	<b>Número de sócios</b>
SPR	1946	180
Cooperativa de Produção Agropecuária de Luz LTDA (COPAGRO)	1967	738
STR	1985	2000
Cooperativa de Crédito de Luz (CREDILUZ)	1988	3500
Associação das Famílias de Pequenos Produtores Rurais do Limoeiro	1993	30
Associação dos Produtores Rurais do Mercado Livre de Luz	1994	56
Conselho Comunitário do Campinho	1997	33
Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Olaria	1999	30
Associação dos Produtores Rurais de Campos dos Oliveiras e Arredores	2002	Não informado
Cooperativa Agropecuária de Esteios LTDA (COESTEIOS)	2006	337
Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade da Marcela	2007	26
Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Retirinho	2008	25
Núcleo Comunitário de Desenvolvimento Cooperativista da Olaria	2009	30
Núcleo Comunitário de Desenvolvimento Cooperativista do Campos dos Oliveiras	2009	Não informado
Associação dos Produtores Rurais de Sumaré e Região	2010	10

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2012.

Um fato que deve ser ressaltado é o de que muitos dos produtores estão associados a mais de uma das organizações. Podem estar ligados a um sindicato, a uma cooperativa

agropecuária, à cooperativa de crédito e a mais uma associação. Embora cada organização cumpra papéis distintos, é relevante pensar não só nos custos econômicos, mas também nos custos de participação com as várias exigências de reunião que ser membro de uma organização exige. No entanto, entende-se que as interações econômicas e sociais provavelmente superem as desvantagens na avaliação desses membros.

## **CAPÍTULO 2 - PERCURSO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL**

*A tristeza que a gente tem/ Qualquer dia vai se acabar/Todos vão sorrir/ Chegou a esperança/ É o povo que dança/ Contente da Vida/ Feliz a cantar/ Porque são tantas coisas azuis/ Há tão grandes promessas de luz/ Tanto amor para amar/ De que a gente nem sabe.<sup>5</sup>*

Este capítulo apresenta o processo de formação das políticas públicas para o meio rural num contexto de transformação da agricultura brasileira. A discussão procura mostrar como as políticas públicas visam organizar a sociedade, partindo de uma concepção política, de uma interpretação de mundo, para buscar solucionar os problemas identificados como prioritários e alcançar um cenário objetivo. Procura-se também aprofundar na discussão sobre o processo de desenvolvimento das organizações associativas e a influência das políticas públicas na sua evolução, atribuindo-lhes papéis específicos nos espaços rurais.

### **2.1 A trajetória das políticas públicas até os anos 1970**

Segundo Romano (2009), as políticas públicas poderiam ser compreendidas como ações ou propostas, promovidas em especial pelo governo, como forma de regular os diversos problemas e contradições que emergem nas sociedades contemporâneas. Saraiva (2006) também define políticas públicas como as decisões públicas que são capazes de modificar uma realidade. Estas decisões podem tanto ser tomadas ou influenciadas pelos valores, ideias e visões como também pelas reações e transformações que ocasionam no contexto social.

Assim, as políticas públicas direcionam-se para diversos fins, como a materialização da democracia, justiça social, manutenção do poder, entre outros elementos que norteiam as ações que compõem determinada política e, de certa forma, são esperados pelos grupos que

---

<sup>5</sup> Carlos Lyra e Vinicius de Moraes - Marcha da Quarta-Feira de Cinzas. Esta música expressa à esperança de mudanças nos primeiros anos da década de 1960. Buscavam a certeza do “novo”, dos novos caminhos para o Brasil e a euforia pela vontade da sociedade de participar nos processos de transformações do País (STARLING, 1986).

compõem o processo decisório. Desse modo, as políticas públicas se revelam em ações ou omissões, preventivas ou corretivas, designadas a manter ou modificar uma realidade por meio de objetivos e estratégias de atuação e alocação dos recursos necessários para alcançar os objetivos (SARAIVA, 2006).

Pereira e Silva (2009) salientam que as políticas públicas constituem um processo dinâmico, no qual existem negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses, mas que dependem do grau de mobilização da população e do grau de institucionalização de mecanismos que concretizem a participação e formem uma agenda que reflita os interesses da sociedade civil. Os autores também argumentam que as políticas públicas se traduzem em diretrizes, princípios que orientam a ação do poder público e estabelecem mediações entre membros da sociedade e do Estado. “São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos” (PEREIRA; SILVA, 2009, p. 2). No entanto, conforme os autores, nem sempre existe compatibilidade entre as intervenções e interesses e as ações desenvolvidas, sendo importante considerar as omissões como modo de manifestação de políticas. Muitos membros da sociedade não conhecem o processo de formação das políticas públicas e, portanto, não desempenham o papel esperado.

Nesse sentido, a ideia de política pública, conforme Porto (2012), estabelece um paralelo entre as relações do Estado, sociedade civil e mercado, e serve para representar a ação pública e, assim, contribuir para a compreensão das transformações sociais em curso. Por isso, é importante refletir como o novo processo de elaboração das políticas públicas das décadas recentes tem assumido relevância para a formação de organizações associativas.

Em termos de trajetória das políticas, desde a Grande Depressão de 1930 e, sobretudo, a partir do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, na metade dos anos 1950 até a década de 1970, a economia brasileira foi dominada pelo objetivo manifesto da industrialização, que foi o principal foco de política econômica da burocracia estatal e dos formuladores da política pública (DELGADO, 2010). Entretanto, vale destacar que uma série de políticas públicas foram implementadas e alguns direitos trabalhistas começaram a valer a partir da década de 1930, durante o governo Vargas, e consolidaram-se com a criação da Consolidação das Leis Trabalhistas em 1943. Por esta Lei se reconheceu o direito de sindicalização, direitos previdenciários, salário mínimo, serviços assistenciais prestados aos sindicatos. Mas estes direitos não alcançaram a todos os trabalhadores do meio rural, levando-

os, nas décadas seguintes, a lutarem pela extensão dos direitos trabalhistas (só vigentes para os trabalhadores do meio urbano). Assim, foi possível, na década de 1960, concretizar alguns direitos, como o da sindicalização, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (PICOLOTTO, 2009).

Navarro (2010) salienta que é a partir desta década, com a ajuda dos sindicatos dos trabalhadores rurais, que começam a se expandir algumas organizações, pois, nos anos anteriores, a organização dos trabalhadores ou produtores rurais era embrionária, uma vez que os organismos de defesas privilegiavam os maiores proprietários de terras, enquanto os demais produtores, em especial os mais pobres e os trabalhadores rurais, possuíam dificuldades para constituírem suas próprias organizações. Todavia, mesmo reconhecendo alguns direitos trabalhistas e de sindicalização, além da organização desses atores, não eles possibilitaram a emancipação destes atores, sendo controlados pelo Estado, principalmente durante a ditadura militar.

Outro fator que contribuiu para a expressão da mobilização sindical e camponesa nesse período da década de 1960, segundo Delgado (2010), foi a crise que a industrialização sofreu devido à aceleração da inflação e à perda do poder do Estado em conservar a articulação do pacto político que o amparava. Ressalta-se que o Estado teve crucial importância para a implementação da industrialização de caráter conservador, num processo apoiado pelas elites agrárias que objetivava a manutenção de salários baixos<sup>6</sup> para os operários industriais.

Nesse marco, o autor também expressa que, em 1963, funda-se um dos órgãos máximos do sindicalismo rural brasileiro, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que objetiva a luta pelos direitos dos homens e mulheres no campo. Segundo Silva (2001), esse órgão foi reconhecido em janeiro de 1964, porém em abril do mesmo ano, logo após o golpe militar, passou por uma intervenção que duraria até 1965. Em consequência, o sindicalismo rural que se desenvolvia no país sofreu fortes intervenções e a prisão dos líderes mais significativos. Somente em 1968, com a vitória de uma nova diretoria e alguns reajustes, a CONTAG passa a expressar e defender efetivamente os interesses dos

---

<sup>6</sup> O Estado também desempenhou vários papéis durante esta época, sendo eles: agente produtivo (mediante a criação, expansão e consolidação do setor produtivo estatal); agente financeiro (na criação, captação e centralização dos créditos de longo prazo para a transformação da estrutura produtiva industrial); articulador dos capitais privados nacionais e internacionais que fizeram parte do processo de acumulação industrial; expressão e sustentáculo de um acordo de poder autoritário e excludente das camadas populares, e obviamente, de formulador e executor de políticas públicas (a nível macroeconômico e setorial a favor de uma economia urbana-industrial, resguardando a produção, subsidiando investimentos, constituindo mercados, mantendo os preços dos alimentos e salários reduzidos) (DELGADO, 2010).

trabalhadores rurais. Portanto, o autor ressalta que a concretização dos sindicatos rurais está associada à questão mais geral das liberdades democráticas no campo e das liberdades sindicais, especificamente.

É também nesse sentido político que são criadas as cooperativas, uma vez que muitas tiveram sua efetivação sob amparo do Ministério do Trabalho e com a manipulação dos “grandes”<sup>7</sup> proprietários rurais<sup>8</sup>.

Segundo Delgado (2010), o ano de 1964 também é marcado pela constituição do Estatuto da Terra que, ao propiciar uma política de intenções divergentes por meio de uma mudança na estrutura fundiária conservadora no plano de ação do governo militar, não foi suficientemente sustentada, ocasionando a eliminação de qualquer intenção de mudanças na estrutura agrária brasileira escorada pelo Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968 (quinto decreto enunciado pelo regime militar que lhes dava poderes extraordinários) e por uma proposta de implementar uma política de modernização da agricultura de maneira a transformá-la, promovendo um desenvolvimento capitalista no campo.

Segundo Belik e Paulillo (2001), a modernização da agricultura brasileira teve maior crescimento e intensificação a partir da estruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR<sup>9</sup>), em 1965, o que permitiu, nos anos seguintes, maiores facilidades de acesso aos financiamentos que possibilitaram aos produtores, em especial aos de maior escala, e às agroindústrias se capitalizarem e se integrarem. Assim, cada vez mais a atividade rural ia se relacionando à indústria e ao setor de serviços.

Esse processo de modernização da agricultura ficou conhecido no país pós-1964 como modernização conservadora, uma vez que manteve a estrutura agrária, prevalecendo os proprietários rurais no centro do poder político. De acordo com Delgado (2010), tal

---

<sup>7</sup> As aspas não estão no original. Embora seja criticada atualmente a terminologia “grandes” ou, especialmente, “pequenos” produtores ou proprietários, sua utilização era bastante frequente até pouco tempo. De fato, até existiram (ou ainda existem?) organizações de “pequenos” produtores, mostrando como eles também se autoidentificavam dessa forma. Neste trabalho optamos por colocá-las entre aspas, respeitando a terminologia dos autores correspondentes.

<sup>8</sup> Fazendo um paralelo a esse aspecto, Fleury (1983) registra que, até o final da década de 1920, as cooperativas não possuíam legislação ou interferência do Estado. Apenas no final de 1932 surge um decreto-lei estabelecendo regras para sua constituição e funcionamento, propiciando a sua fundação e isenção de uma série de impostos, tendo o Estado como regulador e incentivador da sua constituição. A autora também ressalta a existência de uma dupla origem das cooperativas agrícolas brasileiras, umas que surgem das necessidades e iniciativa dos produtores e outras que o fazem em resposta aos incentivos do Estado, contudo, estas, por não contarem com o compromisso dos produtores, acabaram tendo pouca duração.

<sup>9</sup> Segundo Leite (2001), o SNCR foi determinante na alteração da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, no aumento da produtividade, na consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares e na junção dos capitais agrícolas ao capital financeiro. Ao favorecer os proprietários de porte maior, o SNCR foi importante pela quantidade de recursos alocados ao setor agropecuário do final dos anos 60 até meados dos anos 80.

modernização se caracterizou pelos seguintes elementos: crédito agrícola subsidiado concentrado no Sul e Sudeste, fator de desequilíbrios regionais; aumento da concentração fundiária; favorecimento dos produtos agrícolas de exportação, gerando desequilíbrio entre produção para exportação e produção para alimentação; “complexo agroindustrial”<sup>10</sup>, com liderança das empresas multinacionais num processo e também conhecido como “industrialização da agricultura” ou de “revolução verde”; dependência de uma conjuntura internacional favorável e êxodo rural. Cabe agregar que as políticas públicas fomentaram a distribuição do crédito rural, utilizando-se das estruturas das cooperativas agrárias, muitas das quais abriram um setor específico destinado à oferta de créditos produtivos.

Nesse sentido, a modernização conservadora idealizou o rural como sinônimo de agrícola e o desenvolvimento rural tornou-se expressão de modernização agrícola, o que se refletiu em transformações socioeconômicas no meio rural. Tais transformações, sucedidas pela busca da elevação da produtividade por meio do uso intensivo de novos fatores de produção, como sementes melhoradas, fertilizantes, maquinário, entre outros, foram bastante intensas para os trabalhadores rurais e muito favoráveis às elites agrárias, agrícolas e agroindustriais (DELGADO, 2010, p. 29).

Conexo a essas argumentações, Romano (2011) afirma que a modernização conservadora da agricultura também resultou em mudanças capazes de tornar mais complexa a identificação dos atores (de um lado, os “atores estatais” - diversos atores governamentais e o Congresso Nacional – e, de outro lado, os “atores privados” - elites agrárias e agroindustriais, compostas por “grandes” e “médios” proprietários, os complexos das agroindústrias, o agronegócio e suas associações; a banca privada; os importadores; agricultores familiares, trabalhadores rurais, os sem-terra e suas organizações e mediadores; e os consumidores). Estas mudanças seriam concedidas pela multiplicação de interesses (rurais e urbanos), que passariam a se envolver na agricultura: interesses agrários, industriais, comerciais, financeiros e estatais.

A diversificação de interesses e de atores provocaria a origem e consolidação das organizações por produto como instâncias de representação dos interesses, ocasionando alterações nas relações de poder do setor, influenciados, até o momento, pelas tradicionais organizações do patronato rural: a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Sociedade

---

<sup>10</sup> De acordo com Farjado (2008), o Complexo Agroindustrial (CAI) “serve para caracterizar uma tipologia marcada pelas relações intersetoriais indústria- agricultura- comércio- serviços num padrão agrário moderno, no qual o setor agropecuário passa a ser visto de maneira integrada à indústria” (FARJADO, 2008, p. 31).

Nacional de Agricultura (SNA) e a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) (ROMANO, 2011).

A CNA teria seu poder advindo do sistema sindical corporativo, sobreposto ao sistema sindicatos, federações e confederações e com baixa competência de mobilização. A OCB teria maior legitimidade nas bases e competência de mobilização, mesmo possuindo maiores restrições que a CNA nas regiões Sul e Sudeste. Tinha a responsabilidade de defender os interesses das cooperativas como empresas agroindustriais, ao invés dos interesses agrícolas em genérico. Por sua parte, a SNA perdeu espaço, não representando interesses característicos dentro do setor (Ibid., 2011).

Diante dessas organizações patronais, Romano (2009) retorna aos períodos anteriores e apresenta o contexto em que surgiram as primeiras organizações de natureza sindical-reivindicativa: a SNA e a Sociedade Rural Brasileira (SRB). A SNA foi fundada em 1897, no Rio de Janeiro, por agricultores, profissionais liberais e empresários das indústrias extrativistas com a finalidade de reivindicar a restituição do *status* de Ministério à Secretaria de Agricultura, que fazia parte do Ministério da Indústria e Comércio. Também buscavam ampliar sua representatividade entre os outros segmentos dos produtores agrícolas e de gado e alcançar o direito de associação sindical na agricultura. Em 1907, a SNA conseguiu a constituição de um ministério específico e o direito de associação sindical, o que favoreceu o surgimento de novas organizações estaduais e nacionais.

Já a Sociedade Rural Brasileira foi instituída em 1919 pelos representantes de indústria, do comércio exportador, do setor financeiro e proprietário do jornal Estado de São Paulo, mas marcada, principalmente, pelos cafeeiros e criadores de gados de São Paulo, uma vez que suas reivindicações refletiam os interesses do setor cafeeiro. Porém, com o avanço do desenvolvimento capitalista da agricultura, começa a surgir a diferenciação econômica e social no mundo agrícola e rural, o que aconteceria junto à especialização funcional no associativismo agrário. Desse modo, esta especialização trouxe, nos anos 30, os primeiros conflitos significativos no âmbito agrário: a crise do setor cafeeiro e a perda da hegemonia levaram à diferenciação dentro do próprio setor, emergindo interesses específicos em prol da problemática do café (ROMANO, 2009).

Essas tensões da SRB junto ao governo Vargas fez aproximar a SNA ao governo, constituindo uma interlocução tipo corporativista baseada na lei sindical amparada pela constituição de 1934 no marco do Estado Novo. Com o sindicalismo corporativista, a SNA buscava que o governo aceitasse estruturas organizativas pré-existentes que representassem os

agricultores e incluíssem nelas trabalhadores, parceiros e “pequenos” produtores. Assim, em 1951, com o novo mandato de Vargas funda-se a Confederação Rural Brasileira (CRB), que viria representar os interesses agrários e rurais do Brasil. De fato, tal situação refletiu em uma mudança na estrutura do Estado, estabelecendo um duplo caráter. De um lado, existia a centralização das políticas macroeconômicas e, de outro, uma descentralização funcional administrativa, mas sem a perda do controle pelo poder central (ROMANO, 2009).

Romano (2009) mostra que o sistema de interesses agrários na década de 1960 é novamente mudado pela legislação sindical com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, que regulariza leis em relação ao trabalho rural e fornece bases para o sindicalismo nos padrões de atrelamento ao Estado. Os “pequenos” proprietários, parceiros e os arrendatários passam a se afiliar a uma nova organização de natureza sindical, a CONTAG, como já mencionado anteriormente, e deixam de fazer parte da CRB. Portanto, em 1964, com o governo militar, é regulada a constituição da CONTAG e da CNA, em substituição à CRB. Nesse cenário, segundo Romano (2009), houve,

como resultado desse processo de modernização, a agricultura brasileira inseriu-se nos CAIs [Complexos Agroindustriais], emergindo grupos mais interessados em problemas específicos ligados à produção e à sua integração industrial, e não nos problemas horizontais típicos das preocupações das organizações agrárias de caráter geral. Por sua vez, a CNA foi-se convertendo numa espécie de extensão burocrática do regime militar, longe dessas modificações que estavam ocorrendo no setor agrário brasileiro. O vazio de representação foi sendo preenchido com novas associações de natureza civil, desenvolvidas sobretudo em torno de produtos, e que não reconheciam a CNA como representante exclusiva de um setor cada vez mais diferenciado (Silva H. O., 1992, p. 174). Essas novas formas organizacionais – as “associações especializadas por produto”- seriam mais apropriadas do que as tradicionais, para articular os interesses dos agricultores com explorações modernizadas e integradas no sistema agroindustrial brasileiro (Ortega, 1995, p. 243) (ROMANO, 2009, p. 174).

Assim, conforme Romano (2009), o papel das associações no contexto da industrialização e modernização da agricultura se desfaria com o velho particularismo rural. As organizações profissionais de caráter geral iriam perdendo sua funcionalidade de representação dos interesses agrários em prol das organizações de caráter setorial e interprofissionais, estas representadas sob uma mesma estrutura pelas associações de agricultores e por associações de empresas agroindustriais, produtoras de insumos agrícolas e de comercialização de produtos agrários processados ou não, na defesa de um suposto interesse comum relacionado ao complexo industrial. No entanto, não se pode deixar de ressaltar que, embora as organizações tradicionais perdessem sua funcionalidade, continuou a

existir uma representação oficial, herdeira, na sua estrutura, do corporativismo estatal de períodos passados.

Em síntese, até os anos 1970 as políticas públicas promoviam a modernização agrícola, privilegiando as grandes propriedades e estimulando a tecnificação e a mecanização das lavouras, bem como a oferta de crédito. Contudo, conforme Belik e Paulillo (2001), no final desse mesmo ano surgem alguns problemas de operacionalização: forte desequilíbrio entre as fontes de captação de recursos e as demandas feitas pelos interessados, além da ineficácia dos altos volumes de recursos para o financiamento da produção, como das distorções fundiárias e sociais, ocasionadas pelo uso discriminatório do crédito rural.

## **2.2 Redemocratização do estado brasileiro nos anos 1980 e a emergência das organizações associativas rurais**

A seção anterior ajuda na compreensão de que os papéis apresentados inicialmente pelas organizações eram direcionados principalmente na defesa dos interesses dos proprietários rurais. As organizações dessa época não promoviam transformações estruturais.

O processo de redemocratização que ocorreu nos anos 1980 impulsionou no campo a proliferação de forças políticas democráticas, como associações, sindicatos, cooperativas, movimentos sociais, entre outras organizações. Estas, com suas pautas e agendas específicas, defendiam um projeto democrático para suas ações, em contraposição ao Estado autoritário e à reprodução de antigas políticas clientelistas e antidemocráticas enraizadas no sistema político brasileiro (GANANÇA, 2006).

Delgado (2001) alega que o período entre as duas crises externas do século XX (Grande Depressão de 1930 e a dívida externa no início de 1980) teve a economia brasileira associada ao “modelo de industrialização por substituição de importações”. Modelo que teve importância decisiva do Estado na sua implementação e que buscou internalizar no Brasil os principais setores produtivos da industrialização nos países capitalistas desenvolvidos, de modo a tentar recuperar o atraso da economia brasileira.

Nessa direção, Delgado (2010) apresenta o contexto econômico na década de 1980 no Brasil: as condições de articulação, de financiamento e continuidade do crescimento industrial rompem-se como consequência da crise da dívida externa, da impossibilidade de acesso ao mercado internacional de crédito, da crise institucional e financeira do Estado nacional e do aumento da inflação. Assim, como solução, adota-se uma política econômica recessiva,

seguida de desvalorizações na taxa de câmbio e que ,para retomar o crescimento econômico, passa a depender do comportamento do mercado externo.

Entretanto, a partir de 1982, os bancos internacionais se recusaram a sustentar o fornecimento de empréstimos e a economia brasileira teve que colocar em prática uma política econômica orientada a reduzir o *déficit* em transações correntes por meio da obtenção de grandes superávits na balança comercial. Desse modo, a economia brasileira na medida em que sofreu altos danos com a dívida externa, obteve ótimo desempenho na agricultura, consequência de políticas implantadas para reverter a falta de abastecimento de alimentos e pela política de desvalorização da taxa de câmbio (DELGADO, 2010).

Já na segunda metade dos anos 1980, Belik e Paulillo (2001) argumentam que o esvaziamento da capacidade de financiamento do Estado provocou uma diminuição do crédito tradicional aos produtores e às empresas agroindustriais. Nesse sentido, do ponto de vista da organização dos interesses agropecuários, constataram-se algumas mudanças: as associações de produtores e sindicatos, que antes se estruturavam para o trabalho de *lobby*<sup>11</sup> e obtenção de benefícios por meio das agências de governo, perderam a sua direção.

A máquina de governo se reestruturou e as arenas decisórias passaram a ser outras, muitas delas fora dos limites do Estado brasileiro. No que se refere ao crédito, as condições de financiamento tornaram-se mais difíceis dada a escassez de recursos e a retirada dos subsídios de crédito (BELIK; PAULILLO, 2001, p. 96).

É importante ressaltar que, na década de 1980, acentuou-se a crise de poder e legitimidade da ditadura militar, o que abriu espaço para uma redemocratização institucional em 1985, e a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte em 1987, com vistas a definir uma nova Constituição, a qual seria promulgada em 1988. A nova Carta Magna fortaleceria o processo de democratização da sociedade brasileira e promoveria o revigoramento do movimento sindical e outros movimentos sociais. Delgado (2010) cita:

...surgiram novos movimentos sociais no campo, complexificaram-se os personagens e as demandas do mundo do trabalho rural e começou a ser elaborada uma crítica contundente ao modelo de modernização agrícola adotado, conhecido internacionalmente como revolução verde, desvinculando progressivamente o conceito de rural do de agrícola e o de desenvolvimento rural do de modernização agrícola. Isso significa, obviamente, que os conceitos de rural e de desenvolvimento rural são conceitos em disputa na luta política por projetos e concepções alternativos

---

<sup>11</sup> A análise do *lobby*, “lobismo” (*lobbying*), conforme Romano (2009), emerge do cenário político norte-americano e é entendido como troca, geralmente informal, de ideias e informações entre o governo e membros privados, objetivando implicar nas políticas públicas.

sobre o mundo rural, cujo significado é também objeto de disputa, no sentido do reconhecimento, perante a sociedade e o Estado, de quem são os seus personagens e atores (quem conquista “visibilidade” e quem permanece “invisível”), quem tem acesso aos direitos sociais, à proteção do Estado e às políticas públicas, sobre o que e sobre quem estamos falando quando tratamos do mundo rural em suas dimensões ambiental, econômica, social, cultural e política (DELGADO, 2010, p. 29-30).

Sendo assim, a partir da década de 1980, Grisa (2011) enfatiza que estudiosos da ciência política passaram a dar maior destaque ao papel das ideias, das crenças, das representações sociais e da aprendizagem nas políticas públicas. Para a autora, estes estudiosos se inserem numa corrente de análise denominada abordagem cognitiva<sup>12</sup>, na qual as políticas públicas resultam de interações sociais que dão espaço à produção de ideias, representações e valores comuns. Em conformidade com a autora, Bonnal, Cazella e Delgado (2011) afirmam que a ideia preparada em torno de valores, crenças e normas para o processo de construção das políticas públicas são organizadas adaptando matrizes cognitivas mobilizadas pelos diferentes membros inseridos nesse processo de elaboração para tomarem suas decisões. Assim, estes membros são capazes de estabelecer estratégias de negociação para solucionarem problemas da sociedade a partir de uma representação do seu entorno.

Bonnal e Leite (2011) observam a evolução do processo de construção das políticas públicas que ocorre durante essas últimas décadas. A fragmentação das políticas seria resultado da redução do papel do Estado, juntamente com a desregulamentação da economia, durante os anos 1980 e pela substituição por programas setoriais específicos fragilmente articulados entre si. Belik e Paulillo (2001) ressaltam que, até meados dos anos 1980, existiu uma contínua intervenção governamental, mas a partir desse momento, a agricultura deixou de contar com uma política geral de apoio, assim como o governo deixou de intervir com

---

<sup>12</sup> “Como afirma Surel (2000), a abordagem cognitiva analisa as políticas públicas como sendo determinadas pelas crenças comuns de um conjunto de atores (públicos e privados), as quais definem a maneira como estes atores percebem os problemas públicos e concebem as respostas para os mesmos” (GRISA, 2011, p. 93).

políticas setoriais<sup>13</sup>. Tudo isso se refletiu em mudanças na reprodução capitalista da agricultura brasileira. Delgado e Cardoso Jr. (2001) notam que as consequências da liberalização comercial e financeira, o fim das intervenções nos mercados de *commodities* e a desvalorização patrimonial fundiária levaram ao rompimento da “modernização conservadora”, que culminará, na década de 1990, com uma relativa estagnação do agronegócio e ampliação de um setor de economia familiar no meio rural.

Segundo Belik e Paulillo (2001), a dependência dos agricultores das condições colocadas pela indústria intervém, principalmente, no processo de exposição dos seus interesses por meio de organizações reivindicativas, provocando uma inclinação dos poderes de representação das organizações de interesses agrários, uma vez que faltariam condições específicas para materialização das ações coletivas. Assim, os autores também afirmam que, até o final dos anos 80, as condições específicas apareceram por meio de articulações dos grupos e associações de interesses agroindustriais junto às agências públicas do Estado em resposta da concretização de políticas setoriais, de ações compensatórias e do desenvolvimento particular de cada encadeamento produtivo.

Já a década de 1990 foi importante para definir o papel da agricultura na economia e sobre o significado do Brasil rural e do desenvolvimento rural e para a democratização das relações sociais e políticas nesse espaço, surgindo estudos que intensificam para um “novo rural”, que não se limita apenas ao agrícola. De acordo com Delgado (2010), essa situação se relaciona à presença de dois projetos políticos alternativos que ocorrem na sociedade brasileira, os quais são excludentes em diversas formas de manifestações, mas que o comportamento de um influencia as características que serão assumidas pelo outro. São eles: o projeto neoliberal e o projeto democratizante.

Para o mesmo autor, o projeto neoliberal no Brasil originou-se nos anos 80, relacionado ao agronegócio, e consolida a visão na perspectiva das elites. Assim a agricultura

---

<sup>13</sup> De acordo com Delgado (2001), a intervenção do Estado na agricultura se destaca em dois tipos de políticas: a macroeconômica e a setorial. A primeira direciona aos grandes agregados da economia, seja em termos de quantidade (o nível, a composição e a taxa de crescimento da renda e da demanda agregadas, da quantidade total de moedas, gastos governamentais, exportações e importações) ou em termos dos fluxos de entrada e saída de divisas estrangeiras e de capital externo (taxas de câmbio, de juros, de salários e o nível geral de preços). Por sua parte, a política setorial relaciona-se à política econômica, que influencia o comportamento econômico-setorial de um setor específico da economia nacional (indústria, agricultura, transportes, etc.). E, em referência à agricultura, destacam-se três tipos de política econômica setorial: agrícola (afeta em curto prazo o comportamento dos agricultores e dos mercados agropecuários, como também os fatores estruturais- tecnologia, uso da terra, etc. para o comportamento de longo prazo), agrária (intervém na estrutura da propriedade e da posse da terra por meio da transformação e regularização nas regiões onde a terra já foi apropriada privadamente e de sua influência na ocupação de novas terras de fronteira agrícola) e a política diferenciada de desenvolvimento rural (dirigida a segmentos mais pobres, não associados à modernização produtiva, com caráter de política de desenvolvimento rural regional).

tem o papel na economia de geração de saldos crescentes na balança comercial, de modo a controlar a conta de transições correntes da balança de pagamentos. Sua proposta também aborda a privatização do setor produtivo estatal e a redução do papel do Estado na economia, com ênfase nas empresas internacionais, em mercados domésticos e no papel das exportações agrícolas.

O projeto democratizante teve sua origem na luta pela democratização desde o final de 1970, mas se expandiu com a democratização institucional, em 1985. Seu destaque está no processo de democratização da sociedade, estabelecido no meio rural, principalmente, a partir da luta pela reforma agrária e por um segmento reconhecido socialmente, o surgimento da noção de agricultura familiar, como foco de políticas públicas específicas. Neste projeto, a ideia de participação social na formulação e implementação das políticas destaca-se, amparada na Constituição de 1988 e na premissa de que a inserção dos beneficiários das políticas seria fator positivo na boa aplicação dos recursos públicos. O público do projeto democratizante envolve os partidos políticos, movimentos e organizações da sociedade civil que, como dito, busca democratizar não só o Estado, mas também a sociedade, e de programar processos de descentralização governamental e da relação entre Estado e sociedade (DELGADO, 2010). A descentralização foi uma forte marca dessa nova Constituição, delegando, em âmbitos municipais e estaduais, parte da gestão da ação do Estado. Assim, nos espaços locais promovem-se instâncias participativas e a sociedade civil é chamada a participar, por meio dos representantes das organizações sociais ou associativas legalmente constituídas e localmente atuantes.

Nesse sentido, Delgado (2010) também afirma que a Constituição de 1988 viabilizou a constituição de esferas públicas de participação, integrando o Estado e a sociedade como representantes da instituição pública na perspectiva de ampliar a democratização ao controle social e descentralizar algumas políticas públicas setoriais. É a partir desse momento que começam a surgir os diversos conselhos municipais e estaduais no meio urbano e no rural. Nessa perspectiva, Carneiro (2006) ressalta que

a questão dos conselhos insere-se fundamentalmente na área da governança democrática. Como canais institucionalizados de participação, os conselhos marcam uma reconfiguração das relações entre Estado e sociedade e instituem uma nova modalidade de controle público sobre a ação governamental e, idealmente, de coresponsabilização quanto ao desenho, monitoramento e avaliação de políticas (CARNEIRO, 2006, p. 149).

Carneiro (2006) também argumenta que a emergência de conselhos setoriais diferentes do formato anterior contribui para a superação de desigualdades regionais e um melhor entendimento sobre a política, favorecendo um desempenho mais sólido na fixação de diretrizes de políticas em um sentido mais justo e efetivo. Para a autora, os conselhos formam espaços de argumentação sobre valores, normas e procedimentos de formação de consensos, de transformação de preferências e de construção de identidades sociais. Possuem também poder de agência e podem intervir nas ações e metas dos governos e em seus sistemas administrativos. Sendo assim, além de um canal comunicacional, os conselhos têm dimensão jurídica, tornando efetivas as questões, os valores e as demandas da sociedade civil.

Abramovay (2001) acrescenta que a maioria dos conselhos de desenvolvimento rural que emergiram a partir de 1997 surgem com a condição de que os municípios ganhassem recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na “linha” de infraestrutura e serviços. Este programa, conforme Moruzzi Marques e Flexor (2007), a partir do interesse de incentivar a agricultura familiar no desenvolvimento rural, constitui instâncias locais participativas a favor de manifestações de interesse e tomadas de decisão democrática. Transformam-se, assim, os conselhos numa nova ferramenta democrática, cujos integrantes naturais são as organizações associativas presentes no âmbito de ação do respectivo conselho.

Para Abramovay (2001), a missão dos conselhos é encontrar os potenciais de desenvolvimento difíceis de identificar por meio dos mecanismos convencionais de mercado. Portanto, salienta que o problema que os conselhos enfrentam está na própria forma de criá-los, no seu modo de funcionamento e no alcance de suas ações, não estimulando a elaboração das funções básicas para as quais foram instituídos. Muitas vezes, tanto as representações sociais quanto o corpo técnico envolvidos na organização dos conselhos estão poucos preparados para se inserirem nos processos de desenvolvimento no meio rural, o que leva os conselhos a promoverem, na maior parte das vezes, um conjunto de iniciativas parciais e fragmentárias que dificilmente se associa a um processo de desenvolvimento rural.

A falta de participação pública também é um problema enfrentado pelos conselheiros, não existindo interesse e/ou uma participação ativa das pessoas. O conselho deveria atrair jovens, mulheres, produtores que não se preocupam apenas com a agricultura, mas sim com o conjunto da vida social no meio rural. Segundo Abramovay (2001):

Talvez o mais importante desafio histórico dos conselhos de desenvolvimento rural esteja na valorização desta vida associativa no meio rural que não se confunde com

as organizações formais como os sindicatos e as cooperativas, mas que forma o substrato que lhes dá sentido e consistência. Um conselho marcado fundamentalmente pela presença de políticos, de sindicalistas, de cooperativas e com tímida participação de agricultores das associações locais corre fortemente o risco de não ser mais que uma fraca correia de transmissão pela qual passam recursos federais (ABRAMOVAY, 2001, p. 130).

Sendo assim, ainda para Abramovay (2001), é importante que as forças sociais ligadas ao processo de desenvolvimento rural se conscientizem da forma que vêm assumindo as políticas públicas, ameaçadas de burocratizar as decisões, incorporando o conselho na rotina da vida local, evitando que seja dominado por direções já consolidadas, como também é importante que o conselho se direcione para o que ele faz e pode fazer.

Na década de 1990, a prática das conferências nacionais também se fortaleceu, mobilizando para a construção de agendas de reivindicações da sociedade civil com o propósito de influenciar a formulação e a implementação de políticas públicas setoriais (saúde, educação, meio ambiente, cidades, desenvolvimento rural, entre outros). Nesse processo de democratização, Romano (2011) complementa que “as políticas públicas para agricultura teriam transitado das políticas distributivas para outras mais tipicamente regulatórias e institucionais, com algumas iniciativas pontuais de políticas redistributivas” (ROMANO, 2011, p.164).

Desse modo, no Brasil, a fase de desmantelamento das políticas do início de 1990 foi limitada e substituída, na década seguinte, por uma nova fase de reconstrução de políticas públicas relacionadas em lógicas renovadoras de ação. Diga-se, de passagem, que os anos 1990 assinalam a emergência dos instrumentos de políticas que reconhecem o amplo e diversificado segmento da agricultura familiar<sup>14</sup> como parte dos programas governamentais (BONNAL; LEITE, 2011).

Para Netto (2011), os anos 90 também foram marcados por várias transformações tanto na ordem política quanto na econômica, alterando as relações entre Estado e sociedade. Nota-se, nesse período, movimentos no sentido de mudanças na economia brasileira, como o processo da abertura comercial e financeira, reestruturação produtiva, reestruturação patrimonial (privatização), reforma do Estado e desregulamentação. Ou seja, passa-se de um modelo de desenvolvimento intensamente conduzido e regulado pela presença do Estado a um

---

<sup>14</sup> Segundo Navarro e Pedroso (2011), a partir da Lei nº 11.326/2006, o agricultor familiar é reconhecido como aquele que realiza atividades no meio rural e atende a alguns requisitos: área menor a quatro módulos fiscais; mão de obra familiar nas atividades econômicas do próprio empreendimento; renda familiar originada de atividades econômicas ligadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; e administre o estabelecimento ou empreendimento com a família.

modelo em que o Estado mínimo, a plenipotência e a livre determinação pelos e dos mercados eram aspirados.

Por essa perspectiva, Romano (2011), afirma:

Os debates sobre reforma do Estado e desenvolvimento institucional no Brasil se manifestam num contexto de liberalização, globalização e integração regional em que se apresentariam as mudanças gerais apontadas por Le Galès (1995), como: a multiplicação de atores organizados na sociedade; o crescimento das demandas por participar nas políticas públicas; a participação seletiva dos atores privados nessas políticas, com a erosão seletiva das fronteiras entre o público e o privado; a crescente diferenciação funcional dos programas e dos alvos de ação pública; a descentralização e fragmentação do Estado; a transnacionalização das políticas públicas; e a importância da matriz de informação (ROMANO, 2011, p. 140).

Assim, na visão de Romano (2011), essas mudanças restringiriam a competência do Estado na formulação e implementação das políticas públicas, estabelecendo novos arranjos institucionais<sup>15</sup> entre a burocracia e atores privados. Delgado e Cardoso Jr. (2001) também sustentam que a década de 1990 foi significativa para o papel dos movimentos sociais e sindicais que conquistaram os direitos mínimos no setor da política social e agrária.

Em relação às transformações no meio rural durante as décadas anteriores, Delgado (2010) salienta que as mudanças não foram só no nível econômico social, mas no entendimento sobre o significado da modernização agrícola e da multidimensionalidade de suas consequências, fator que diferenciou as categorias sociais existentes e que passaram a reivindicar identidades próprias e a se estabelecer como atores políticos diversificados. Dessas novas identidades, três se destacaram nos anos 1990: os “sem-terra”, os “assentados” e os “agricultores familiares”.

Em função da intensidade e abrangência das tensões e das lutas sociais existentes, do avanço da crítica, intelectual e política, ao modelo dominante de modernização, e da consciência crescente de que o fortalecimento desses movimentos sociais e o atendimento das demandas de seus representados exigiam entrar pesadamente na disputa pelos recursos públicos administrados pelo Estado por meio das políticas públicas (DELGADO, 2010, p. 54).

Os “sem-terra” e os “assentados” são identidades que se constituem em torno à reivindicação da reforma agrária, ou seja, pelas transformações políticas, econômicas e sociais, de modo a democratizar o meio rural e mudar a predominância do padrão de

---

<sup>15</sup> Ampliando a diferenciação entre instituições e organizações apresentada no início deste trabalho, Romano (2009) também afirma que os termos “instituição” e “organização” são, de certa forma, limitados em termos da análise das políticas públicas. Assim, o termo instituições deveria ser entendido em um sentido mais amplo, por meio de um conjunto de atividades supraorganizativas, no qual os seres humanos conduzem sua vida material no espaço e no tempo, como também refere a um conjunto de sistemas simbólicos que categoriza essas atividades.

modernização. A denominação de “agricultura familiar” começa a predominar, em parte, substituindo o termo “pequeno produtor”, predominante nos anos 1980. Essa nova categoria, agricultura familiar, abre espaço nas políticas públicas para o campo em temas relacionados à produção, escolha de técnicas, comercialização, agroindústrias, agroindustrialização, preços e crédito, associativismo, meio ambiente e outros. Portanto, tais identidades representam os portadores politicamente democratizantes no meio rural brasileiro (DELGADO, 2010).

Do mesmo modo, no marco institucional uma mudança importante surge: outro ministério é criado para lidar com as questões rurais, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que dividirá a arena política com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), e passa a focar sua ação na formulação e implementação de políticas públicas para a agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais (BONNAL; KATO, 2011). Segundo Delgado (2010), o MDA trabalha com as questões e temas relativos ao fortalecimento e à concretização da agricultura familiar, além de reconhecer o direito ao acesso a políticas públicas e à reprodução econômica e social sustentável da heterogeneidade de populações e povos que vivem no meio rural, sendo eles: agricultores familiares, assentados da reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais e agricultores, seringueiros, povos da floresta, e outros públicos.

De fato, como sustenta o autor, isso faz grande diferença, pois reconhece não só a existência de outro tipo de agricultura no país como também a diversidade cultural, econômica e social do rural brasileiro, uma vez que insere um conjunto de população e de povos por meio de direitos sociais e políticas públicas diferenciadas para essa diversidade de população rural, muitos condenados à “invisibilidade”. Ademais, ao reconhecer outro tipo de agricultura no país, vai além das tradicionais políticas públicas de incentivo à agropecuária, por meio do fomento do agronegócio, geridas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA<sup>16</sup>) que, até o final dos anos, 1980 possuíam seu poder ligado quase que exclusivamente ao apoio concedido pelos produtores.

De acordo com Netto (2011), esses dois ministérios têm convivido, mesmo com alguns desacordos, segmentando seu desempenho a favor do público atendido por cada um.

---

<sup>16</sup> O MAPA é responsável pelas políticas públicas de fomento do agronegócio e regulamentação e normatização de serviços ligados ao setor agropecuário. Suas atividades baseiam no fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de linhagem agropecuária até o consumidor final. Portanto, agrega a sua gestão os aspectos mercadológicos, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, como também gestão da política econômica e financeira para o agronegócio (Cf.: <<http://www.agricultura.gov.br>>).

Sendo assim, caberia ao MAPA um zelo maior ao agronegócio ou a agricultura empresarial visando à produtividade e à competitividade, e ao MDA competiria à efetivação da reforma agrária, da materialização dos assentamentos e do desenvolvimento de programas de apoio e fomento à agricultura familiar, além do combate à pobreza rural, segurança alimentar, geração de renda, agregação de valor e sustentabilidade. O autor ainda salienta que “as diferenças de nomes entre os ministérios cada vez mais faz sentido, um é da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o outro é do Desenvolvimento Agrário. Neste caso, os rótulos das embalagens bem identificam seus conteúdos” (NETTO, 2011, p. 245).

Netto (2011) também ressalta que, para o público do MDA, aperfeiçoam-se e aumentam os instrumentos de política pública, com ampla proliferação de instâncias participativas, criam-se programas específicos que acabam por incentivar novas atividades e também se estimula a criação e a regularização de associações e cooperativas.

### **2.3 Desenvolvimento rural e o novo processo de elaboração das políticas públicas**

Navarro (2010) afirma que uma das maiores mudanças relacionadas a essa trajetória histórica apresentada refere-se à busca de produtividade para a atividade agropecuária, modificando o comportamento social das regiões rurais e promovendo uma racionalidade capitalista como fator de desenvolvimento.

Desse modo, em relação ao entendimento sobre desenvolvimento, Presno Amodeo (2006) assinala que novos critérios como “descentralização”, “participação”, “capital humano” e “capital social”, “desenvolvimento local” e de “território” passam a ser eixo de articulação dos esforços de desenvolvimento atuais, além do desenvolvimento “sustentável”. Evans (2003), alinhado com a concepção de Amartya Sen, afirma que os processos de participação devem ser parte da constituição da finalidade do desenvolvimento, pois a possibilidade de participar, principalmente em uma discussão pública, é útil à capacidade de tomar decisões, de fazer escolhas, reflete-se na valorização e na razão de valorizar a vida. Além disso, o desenvolvimento não se restringe apenas aos aspectos econômicos, mais também se deve ligar a serviços educacionais, à saúde, a direitos civis, entre outros (SEN, 2000).

Andrade (2009) sustenta que o “novo” desenvolvimento deve ser calcado por uma base local, em que o local se dá pela ideia de território e não pela realidade política e geográfica do município. Assim, deriva da articulação e integração de distintas ações e

políticas governamentais, dentro de uma concepção multisetorial e por uma nova racionalidade de caráter sustentável.

Para Bonnal e Kato (2011), o território é entendido como espaço físico e contínuo, compreendendo a cidade e o campo com distintas características: ambiente, economia, sociedade, cultura, política, instituições e população se interagem de forma interna e externa através de processos específicos.

Conforme esses autores, a Constituição de 1988 também foi decisiva para modificar a forma de organização das políticas públicas no espaço nacional a partir de suas dimensões físicas e humanas. Com a aceitação da democracia e da descentralização nos marcos constitucionais, chega-se à conclusão do Estado centralizador e ao início de um Estado moderador, que deixa de atuar sobre normas estratégicas para internalizar uma organização dos serviços públicos, de correção dos efeitos negativos das políticas passadas e de conformação de uma situação favorável para as iniciativas dos atores sociais e econômicos.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento rural muda sua forma de tratamento dos territórios. “De um *status* de espaço indiferenciado e limitado a uma função econômico-produtiva conforma-se um status de espaço social e ambientalmente diferenciado e portador de funções diversificadas (produção, preservação ambiental, expressão cultural etc.)” (BONNAL; KATO, 2011, p. 61). Essa mudança de *status* refletiu um processo de reforma da governança, favorecendo a implantação de políticas públicas diferenciadas e cada vez mais peculiares à realidade local.

Nesse sentido, Delgado e Leite (2011) alegam que a política de desenvolvimento territorial no meio rural é vista como uma inovação institucional, uma vez que implementa uma característica institucional mais acessível à participação social dos membros no processo de diálogo, negociação, desenho e planejamento de políticas públicas, atributos da competência governativa e da gestão dos processos de desenvolvimento. No entanto, análises dessas experiências mostram que estas implementações ocorrem de forma desigual, seja na capacidade de inserir diferentes atores locais, seja na forma como se dá a constituição dos espaços e procedimentos utilizados nas diversas fases do ciclo de gestão social, e tanto na representatividade como no alcance dos resultados com as ações atuadas pela política (em relação aos instrumentos adotados e a como foram empregados).

Assim, os autores afirmam:

A criação dos territórios colaborou para estabelecer as condições necessárias à instauração de um diálogo constante entre diferentes atores sociais locais que até

então tradicionalmente não "se falavam". Esse processo contribuiu para que os conflitos existentes entre os distintos atores que constituem o território fossem mais bem explicitados e "trabalhados", estimulando-os a implementarem ações conjuntas, em diálogo ou não com o Estado, orientadas para o desenvolvimento. Essa experiência permitiu, em diferentes circunstâncias, construir e legitimar nova institucionalidade operacional que intenta viabilizar a discussão, comparação e seleção de projetos concretos e coletivos de desenvolvimento local, ultrapassando os interesses eleitorais ou oportunistas de algumas prefeituras (DELGADO; LEITE, 2011, p. 124).

Sob essa perspectiva, Nunes et al. (2012) consideram que as discussões das políticas públicas territoriais são importantes na medida em que incorporam a participação dos atores sociais como, por exemplo, os agricultores familiares, produtores rurais, representantes de cooperativas, associações, grupos e Organizações Não Governamentais (ONGs). Estes exerceriam um papel de gestores na governança, uma vez que manifestam seus interesses frente ao poder público ao propor projetos e controle social que visem alcançar metas e propósitos do desenvolvimento regional.

Assim, deveria ser evidente um aumento da participação dos sindicatos, grupos, associações e cooperativas na implementação das políticas públicas. Os diferentes atores sociais deveriam ser representados por suas organizações no acesso a programas e projetos dentro de uma perspectiva endógena ("de baixo para cima"), na qual se tem o desafio de implementar projetos e conseguir uma participação efetiva dos poderes públicos municipais e estaduais na concretização das políticas. De fato, isso se opõe à implementação das políticas via o modelo de desenvolvimento exógeno ("de cima para baixo") que ainda prevalece em algumas representações políticas territoriais (NUNES et al., 2012).

Outro aspecto torna-se relevante associado à noção de desenvolvimento: a dimensão da sustentabilidade, inserida nas principais políticas públicas para o desenvolvimento rural, principalmente a partir dos anos 1990. Segundo Andrade (2009), há muitas formas de definir o desenvolvimento sustentável, a maioria relaciona-se à questão ambiental. Todavia, a partir da Agenda 21, aprofunda-se a definição deste desenvolvimento, ancorando-o em três princípios básicos: a prudência ecológica, a eficiência econômica e a justiça social. E, mais recentemente, foram incorporados o princípio político da democracia e a preocupação com o componente cultural da realidade.

Para o autor, tal desenvolvimento supõe uma mudança de prioridades dos atores sociais (promotores deste desenvolvimento) em relação ao modelo economicista tecnológico. "O desenvolvimento sustentável procura corrigir as distorções de um modelo que priorizou os interesses do mercado e supõe uma redefinição de prioridades e formas de atuação"

(ANDRADE, 2009, p. 242). Para Leonard et al. (2011), é no governo de Lula que diferentes atores institucionais (sindicatos, associações, ONGs e as redes que os federam) se apropriaram do conceito de sustentabilidade como um meio para determinar e impor no cenário político nacional modelos agrícolas específicos, contrários ao agronegócio. Nesse contexto, a agricultura familiar edificou-se em agricultura sustentável em contraposição, ou em paralelo, a uma agricultura empresarial insustentável.

Paralelo a isso, Bonnal, Cazela e Delgado (2011) reconhecem que a importância social e econômica da agricultura familiar, das ocupações rurais não agrícolas, da pluriatividade<sup>17</sup> das unidades agrícolas familiares e do caráter multifuncional dessas unidades representam sinais de um processo de reconhecimento da sociedade da relevância dos territórios rurais para o desenvolvimento sustentável e que abrem espaço para novas estratégias de desenvolvimento rural.

Ao considerar essa temática do desenvolvimento territorial e sustentável, principalmente a análise territorial, Leite et al. (2010) apontam que é importante ponderar a existência de “redes de articulação” de atores, instituições e programas no processo da política pública, caracterizando suas formas de construção e identificando seus participantes, suas estratégias de ação coletiva, como também suas condições de reprodução ao longo do tempo. Para os autores, estas redes fortalecem a competência de ação coletiva dos atores locais, contribuem para a realização de alianças, uma vez que não devem se restringir aos atores, instituições e programas locais, mas sim congreguem ou articulem-se a outros “de fora do local”. As redes também possibilitam maior implementação participativa das políticas públicas e fortalecem a “criatividade social” e a efetividade do processo de política, sendo, assim, essenciais para a construção de condições institucionais.

Baseado nessa argumentação, Romano (2011) afirma que as redes são vistas como um tecido social e político, no qual atuam lógicas específicas, relacionando pessoas e grupos “de dentro” e “de fora” da institucionalidade política formal. Além disso, considera-se uma categoria geral que possibilita englobar diversas abordagens e enfoques de política pública. Nesse sentido, ao incorporar novos atores abre as possibilidades de um “retorno ao Estado”, porém com uma nova fragmentação, um Estado com atores institucionais concretos (ministérios, agências, comissões, etc.), cada qual com suas funções, interesses e estratégias que alocam conflitos frequentes, diferente daquele que era baseado na perspectiva setorial,

---

<sup>17</sup> O termo pluriatividade, conforme Wanderley (2009), significa uma estratégia dos agricultores para integrarem atividades não agrícolas dentro ou fora do seu estabelecimento familiar, de modo a ampliar sua renda.

fechado, de participação restrita, interesses limitados, hierárquicos, com interações constantes e com procura pelo consenso.

Portanto, a nova abordagem dada às políticas públicas reflete a vontade de promover uma participação ativa da sociedade civil articulada em suas organizações representativas que passariam a desempenhar um papel político mais amplo. É nesse sentido, que uma série de organizações (associações, sindicatos, cooperativas) atuariam na elaboração de propostas e alternativas de políticas públicas e, juntamente com o Estado, deveriam exercer um novo papel, mais ativo e propositivo, principalmente de controle e avaliação de ações negociadas (TEIXEIRA, 2002). Dessa forma, promover-se-ia um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e justo.

## **CAPÍTULO 3 - O PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS NO MEIO RURAL: DA TEORIA À PRÁTICA**

Apresenta-se, neste capítulo, a contextualização sobre as organizações associativas, abrangendo, inicialmente, o processo histórico dos estudos organizacionais, seus mecanismos de coordenação e o comportamento humano dentro delas. Esta contextualização é importante para entender o processo de constituição das organizações, oferecendo uma visão de como as pessoas se organizam em prol de um determinado objetivo e quais concepções se apresentam nessa trajetória. Logo em seguida são apresentadas as organizações que aqui serão estudadas, detalhando a conceituação, o contexto histórico geral e específico de cada organização com as principais motivações que orientam seu acionar. Também serão abordados os papéis desempenhados por elas e sua eventual relação com as políticas públicas para o desenvolvimento local no município estudado.

### **3.1 Organizações associativas**

Os estudos organizacionais têm suas raízes históricas no século XIX, quando alguns pensadores tentaram prever as transformações ideológicas e estruturais causadas pela modernização (REED, 1999).

A modernização instigada pelo despertar do capitalismo trouxe mudanças econômicas, políticas e sociais, que criaram um mundo fundamentalmente distinto daquele em que imperavam as formas de produção e administração em pequena escala, típicas das primeiras fases do desenvolvimento capitalista do século XVIII e princípio do século XIX (BENDIX, 1974). Entre o fim do século XIX e o início do século XX, as grandes unidades organizacionais difundiram-se amplamente, dominando as esferas econômica, social e política, à medida que a crescente complexidade e intensidade da atividade coletiva inviabilizavam a coordenação personalizada e direta, e assim exigiam incrementos de capacidade administrativa (WALDO, 1948) (REED, 1999, p. 61).

Nesse sentido, as linhagens históricas dos estudos organizacionais ganharam importância a partir da segunda metade do século XIX, representando um avanço da razão, liberdade, justiça e combate à ignorância, coerção e pobreza. Para Reed (1999), as organizações foram delineadas para resolverem conflitos entre as necessidades coletivas e as individuais. Seria a solução para os problemas da ordem social ao estabelecer controle, ordem, estrutura e uniformização à sociedade.

Dias (2008) também salienta que as organizações ganharam maior expressão a partir da Revolução Industrial, determinadas pelas mudanças nas estruturas sociais. Assim, as primeiras abordagens se centralizaram na racionalização do processo de trabalho, abandonando o ambiente externo da organização e o papel dos grupos informais<sup>18</sup> nesse processo. No entanto, cientistas sociais, durante o período de 1930 e 1940, passaram a contestar essa visão racional-instrumental da organização, pois não havia uma análise da organização como uma unidade social que preocupasse com as necessidades individuais e com as normas compartilhadas, além dos conflitos entre grupos, gerentes e trabalhadores.

Nessa perspectiva, Reed (1999) afirma que, ao final do século XX, o estudo e a prática de organização não são mais os mesmos. A organização racional e do progresso material foi sendo fragmentada e ficando a cada dia mais distante, uma vez que a efetividade técnica e a virtude moral das organizações “formais”<sup>19</sup> ou “complexas” passaram a ser interrogadas pelas transformações intelectuais e institucionais. Assim, nos anos 80 e 90 os estudos organizacionais assumiram expectativas incertas, complexas e confusas, diferentes dos anos 50 e início de 60, que expressavam autoconfiança.

Os intelectuais, agora, estavam preocupados com os efeitos que as organizações estabeleciam na vida social. Por isso, o seu conceito parte principalmente da sociologia. Segundo Dias (2008), a sociologia também surge no século XIX, juntamente com o contexto da industrialização e com o objetivo de entender as mudanças socioculturais na sociedade ocasionadas pela indústria.

O estudo das características organizacionais e a forma como os sistemas sociais interagem com o seu ambiente externo também podem ser analisados no campo da Sociologia das Organizações. Etzioni, num texto de 1958, afirma que a Sociologia Organizacional “relaciona-se com os papéis e com os processos de interação, comunicação e autoridade que são especializados para servir as metas sociais específicas” (ETZIONI, 1958 apud DIAS, 2008, p.8).

Nessa linha argumentativa, Friedberg (1972) defende que, à medida que as organizações crescem, elas se tornam mais complexas; portanto, para que possam responder de forma satisfatória às demandas sociais, é preciso seguir uma evolução paralela. Ou seja, é necessário que se diversifique cada vez mais para realizar suas metas e necessidades

---

<sup>18</sup> Os grupos informais se originam da organização social. Destacam-se as relações sociais, crenças e valores individuais.

<sup>19</sup> As organizações formais estão associadas à divisão de tarefas, dos instrumentos de organização, manuais, cumprimento de objetivos independente das crenças e valores individuais, enquanto que as organizações informais procedem da interação entre pessoas e das relações que se estabelecem.

específicas de seu público e não apenas se concentrar sobre um programa único. Desse modo, se tudo estiver controlado nas organizações, seu papel e os objetivos serão realizados com maior eficácia, além de possibilitar a satisfação de todos os membros (FRIEDBERG, 1972).

Kramer e Faria (2007) asseveram que nem sempre os objetivos das organizações são realizados como previstos pela ocorrência de fatores não planejados. As atividades que devem ser realizadas pelos indivíduos podem ser interrompidas por fenômenos ou situações ocasionadas por meio das relações interpessoais e da interação entre indivíduos e organização. Nesse sentido, asseguram:

É possível afirmar que cada organização possui uma configuração singular que a caracteriza e influencia o comportamento dos indivíduos (CHANLAT, 1996). Essa configuração traduz as exigências do ambiente, os objetivos e estratégias organizacionais, a cultura local, as características de cada indivíduo e dos grupos que eles formam, as interações interpessoais e as relações entre empregados e organização, incluindo os vínculos (KRAMER; FARIA, 2007, p. 85).

O vínculo, com base em Kramer e Faria (2007), compõe um indivíduo, um objeto e uma relação particular entre eles que resulta na forma como o indivíduo se comportará na organização. Alguns dos componentes dos vínculos organizacionais são: a identificação com a organização (admiração, motivação, etc.); sentimento de pertencimento (sentir-se membro efetivo); e integração e cooperação (contribuição para realização das atividades grupais). Portanto, estes componentes desempenham importante papel para a formação e manutenção das organizações, além de propiciarem uma compreensão sobre as razões que induzem as pessoas a colaborarem na concretização dos projetos organizacionais.

Kramer e Faria (2007) ainda afirmam que os indivíduos raramente se vinculam à organização com comprometimento. Na maioria das vezes, apenas obedecem, seguem regras e comando. Entretanto, existe algo que os motiva e influencia em seus comportamentos. Esses vínculos organizacionais são importantes na união indivíduo-organização ao possibilitarem uma relação sólida entre eles. Nota-se, ainda, que o indivíduo não é motivado apenas pelo econômico, mas também por motivações afetivas que são satisfeitas por meio das relações formadas pelas pessoas.

Offe (1988) acrescenta que, no modelo de formação de grupos, os indivíduos se agregam às organizações, caso estas sirvam aos seus principais interesses individuais e/ou coletivos. Nessa direção, ressalta:

Como todos los fenómenos sociales, los grupos de interés pueden ser analizados desde tres perspectivas teóricas. Es posible partir del actor social individual y explorar qué intenciones, valores y expectativas le mueven a entrar en la organización así como sus posibilidades reales de influir en su política y de hacer uso de sus recursos. O bien se puede comenzar por la organización misma, la procedencia de sus recursos, su crecimiento, sus burocratizaciones. O bien, por último, cabe centrarse en el sistema social global y comenzar por preguntar qué papel asigna a las organizaciones de intereses, qué imperativos legales o de otro tipo impone a la persecución de determinados intereses, y qué vinculaciones establece entre las organizaciones de intereses particulares y otros elementos de la estructura social. Hablando de una manera laxa y metafórica, podría decirse que esas tres perspectivas consideran las organizaciones representativas de los intereses desde <abajo>, desde <dentro> y desde <arriba> respectivamente (OFFE, 1988, p. 155).

Sendo assim, é possível alcançar explicações para o funcionamento desses grupos de interesses e buscar entender quais papéis asseguram as organizações, pois, como menciona Dias (2008) as organizações são importantes para o ser humano, por meio delas ele é capaz de reverter desvantagens físicas em relação a outras espécies e de atender às necessidades de vários membros. No entanto, deve-se ficar atento com as diversas organizações que surgem num determinado espaço social, seja no ambiente urbano ou rural, uma vez que elas podem influenciar mudanças nas dinâmicas locais e até mesmo alterar as orientações e as agendas de políticas públicas (SILVA, 2010).

Diante dessa contextualização, pode-se afirmar que a organização, conforme Dias (2008), está relacionada ao agrupamento de pessoas que se coordenam a fim de atingirem determinados objetivos em comum. São vistas como o contrário de desordem e entendidas como método, ordem, sistema e coordenação capazes de criar um ambiente de interações para diferentes membros. Clegg e Hardy (1998) já expõem que um conceito mais apropriado seria a organização como um “sistema”, no qual as metas desejadas seriam alcançadas de maneira eficaz e definidas formalmente por meio da tomada de decisão.

Este trabalho foca em organizações rurais ou, melhor, organizações que agrupam produtores rurais. Portanto, serão considerados os sindicatos de produtores rurais, sindicatos de trabalhadores rurais, associações, cooperativas e núcleos de desenvolvimento cooperativista, todos definidos como organizações associativas, já que são entidades que defendem os interesses sociais comuns de membros solidários e têm em vista a constituição de formas de inserção social e de responsabilização, cumprindo o papel de intermediária entre cidadãos e instituições (WAUTIER, 2001).

Valadares (2005) também afirma que as organizações decorrem de um processo social por formar em seu interior relações sociais, seja no processo de constituição ou durante seu desenvolvimento. Muitas delas cumprem um importante papel na implementação de políticas

públicas que visam atender à população rural (políticas territoriais, políticas de crédito, políticas de criação de mercados, etc.).

Em síntese, para o estudo das organizações devem ser considerados diferentes aspectos sobre várias dimensões, de modo a captar a heterogeneidade derivada do contexto e da formação das organizações. Assim, o que diferencia uma organização das outras está associado principalmente à história do contexto local e ao modo como pretende realizar seus objetivos e cumprir seus papéis, uma vez que cada organização possui uma concepção particular dos interesses que defende. No entanto, em todos os casos que aqui serão considerados, trata-se de organizações definidas como democráticas e participativas, dirigidas pelos representantes de seus associados escolhidos em assembleias, e aquelas em que a participação dos membros é crucial para o seu desenvolvimento, seja tanto pela participação política como pela participação na sua sustentação econômica.

Nesse sentido, apresentam-se, primeiramente, as diferenças e similaridades entre associativismo, cooperativismo e sindicalismo para, em seguida, apresentar a descrição conceitual genérica dessas organizações associativas no meio rural, seguida da análise dos dados, apresentando, especificamente, as organizações no município estudado e podendo, assim, analisar **como** e **se** a forma de atuação destas organizações corresponde a suas funções “teóricas” e observar se foram estabelecidos outros papéis, bem como averiguar se houve ou não influência das políticas públicas no processo da constituição das organizações no município ou na elaboração/cumprimento dos seus papéis.

### **3.2 Diferenças e similaridades entre associativismo, cooperativismo e sindicalismo**

Os sindicatos, as associações e as cooperativas são formas de organizações de indivíduos na sociedade que objetivam realizar ações coletivas reivindicatórias ou de representações dos direitos sociais, bem como orientar a um determinado grupo de pessoas a resolverem seus problemas de ordem social e econômica. Apresenta-se, abaixo, um quadro com as diferenças e similaridades entre estas organizações. O Quadro 2 é uma adaptação do quadro apresentado por Pereira e Braga (2003).

**Quadro 2 - Diferenças e similaridades entre cooperativa, associação e sindicato**

<b>ASSOCIAÇÃO</b>	<b>COOPERATIVA</b>	<b>SINDICATO</b>
<b>FINALIDADE</b>		
Organizar, representar e defender os interesses de seus associados. É uma sociedade civil sem fins econômicos.	Organizar um grupo de pessoas que possuem problemas, necessidades, e interesses comuns em torno de determinada atividade socioeconômica. Pela lei, é uma sociedade civil sem fins lucrativos.	Defender direitos e interesses coletivos de determinada categoria profissional. É uma sociedade civil sem fins lucrativos.
<b>LEGISLAÇÃO</b>		
Constituição (art. 5º, incisos XVII a XXI e art. 174, § 2º) e Código Civil.	Constituição (art. 5º, incisos XVII a XXI e art. 174, § 2º) e Lei nº 5764/71.	Constituição (art.5º, incisos XVII a XXI, art. 8º, incisos I a VII, art.174,§2º); Consolidação das Leis do Trabalho; Decreto-Lei nº 5452/43.
<b>FUNDAÇÃO</b>		
Número de pessoas necessário para ocupar os cargos de diretoria, regulados e definidos pelo estatuto.	Mínimo de 20 pessoas	Numero de pessoas necessárias para ocupar os cargos de diretoria, regulados e definidos pelo estatuto.
<b>REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES</b>		
Os dirigentes não são remunerados pelo exercício de suas funções, recebendo apenas reembolso de suas despesas no desempenho do seu cargo.	Os dirigentes podem ser remunerados através de retiradas mensais “pró-labore”, definidas pela assembleia.	Os dirigentes podem ser remunerados por retiradas mensais pró-labore, quando deixarem de se dedicar à sua atividade produtiva atual, correspondente à importância da remuneração na profissão respectiva.
<b>PATRIMÔNIO</b>		
Não possui capital social. Seu patrimônio é formado por doações, fundos e reservas.	O capital social é formado pelas quotas partes dos associados (não podem ser repassadas a pessoas estranhas à cooperativa). Pode receber doações ou empréstimos para formação do patrimônio.	Não possui capital social. Seu patrimônio é formado por meio de recursos arrecadados com mensalidades, contribuição sindical, taxa confederativa, prestação de serviços e doações.
<b>RESULTADO ECONÔMICO</b>		
Não há rateio de sobras das operações financeiras entre os sócios. Qualquer superávit financeiro deve ser aplicado em suas finalidades.	As possíveis sobras, de acordo com a assembleia geral, podem ser divididas entre os associados proporcionalmente ao seu volume de transações ou aplicadas na própria entidade (deve-se destinar, obrigatoriamente, no mínimo 10% para o Fundo de Reserva e 5% para o Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social).	O saldo de caixa é utilizado para as atividades do sindicato. Não é permitido o rateio entre os associados.
<b>OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS</b>		
Não paga Imposto de Renda (recolhe na fonte), devendo fazer a declaração de isenção todo ano. Pode ser isenta das demais taxas e impostos.	Não paga imposto de renda sobre suas operações com os associados. No entanto, deve recolher sempre que couber Imposto de Renda na fonte e o Imposto de Renda com	Idem à associação.

**Quadro 2 - Diferenças e similaridades entre cooperativa, associação e sindicato (CONTINUAÇÃO)**

Caso realize operação comercial deverá recolher o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços.	operações com terceiros. Não deveria pagar Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços nas operações com os associados (ato cooperativo), mas a maioria dos estados cobram das cooperativas.	
<b>DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO</b>		
A dissolução é decidida pela assembleia geral. A liquidação pode ocorrer mediante intervenção judicial realizada por representante do ministério público.	A dissolução é decidida pela assembleia. A liquidação pode ocorrer por processo judicial. Neste caso, o Juiz nomeia uma pessoa como liquidante.	A dissolução é decidida pela assembleia. Pode ocorrer intervenção judicial, mas neste caso não poderá ser proposta a liquidação.

Fonte: Adaptado de Pereira e Braga (2003).

### 3.3 Sindicatos de Produtores Rurais (SPR)

Os sindicatos de produtores rurais representam a classe de empregadores rurais e/ou empresários, responsáveis por coordenar e defender legalmente à categoria econômica nas atividades ligadas ao meio rural. Os SPRs são ligados ao Sistema Federação da Agricultura e Pecuária do seu Estado e têm como entidade líder a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Na realidade, existe uma lacuna nos estudos acadêmicos sobre a classe patronal rural, classe que engloba tais produtores, representados, em sua maioria, pelos proprietários de terra, agropecuaristas e empresários rurais. Observam-se, também, poucos estudos em relação às organizações representativas (CNA, SNA, OCB, SRB) no âmbito das ciências sociais ou da história. Como exposto no capítulo anterior, estas organizações representativas do patronato rural contribuíram para a constituição do SPR, sendo dominantes por um longo tempo.

Muitos dos sindicatos se iniciaram como associações rurais. Segundo a História da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG, 2011) é no governo de Getúlio Vargas que surgem dois decretos, em 1945, com a intenção de criar a Federação da Agricultura. O decreto DL n° 7.449 esclareceu sobre a organização da vida rural, segundo o qual cada município deveria possuir uma Associação Rural reconhecida pelo Ministério da Agricultura, cada estado uma Sociedade Rural para congregar essas associações e, no país, a União Rural Brasileira, unificando as Sociedades Rurais. Todas essas organizações tinham o papel/função de atuar como órgãos técnicos e consultivos do governo, difundir conhecimentos agropecuários e realizar exposições, feiras, dentre outras atividades.

Já o segundo decreto, o DL nº 8.127, elucidou que as associações rurais deveriam se constituir em federações estaduais e se ligariam à Confederação Rural Brasileira, que foi fundada somente em 1951. Nesse sentido, a lei não eliminava as entidades existentes, sendo que poderiam adquirir as novas funções e prerrogativas.

Vale ressaltar que, no Brasil, em 1963, surgiu a nº Lei 4.214, que dispôs sobre o Estatuto Rural e tratou dos direitos individuais, coletivos, processuais, previdenciários e da fiscalização trabalhista no campo rural, bem como asseverou que as associações rurais precisavam transformar-se em sindicatos. Mas esta Lei, na prática, não foi muito aplicada, devido à falta de fiscalização e a deficiências na atuação do poder judiciário, o que proporcionou, mais tarde, em 1971, que surgisse uma lei própria sobre enquadramento e contribuição sindical, o Decreto-lei nº 1.166, de 1971<sup>20</sup>, que também determinava que as entidades filiadas à Federação da Agricultura do Estado, no período 1964 a 1990, deveriam incorporar a denominação de sindicato rural (PAIDA, 2012).

Guerra (1999) observa que existe uma relação entre a alteração dos nomes dos sindicatos e as estratégias da categoria ou de quem a comandava. Para o autor, a ação dos militares sinaliza o ordenamento jurídico e domínio das organizações representativas, sejam elas dos patrões ou dos não patrões, a partir de então denominadas de sindicatos ao invés de associações. Assim, esses termos que identificavam as organizações rurais são expressões da manipulação política dessas categorias. Segundo o autor, “a mudança de denominação de Associações Rurais para Sindicatos indica a intenção governamental de estabelecer diretrizes profissionalizantes segundo um modelo moderno de organização do trabalho” (GUERRA, 1999, p. 6).

A denominação de sindicato rural é vaga, por isso, segundo Guerra (1999), o maior dilema do patronato rural era se incorporara ou não proprietários que não assalariavam ou assalariavam temporariamente na sua produção agrícola familiar. Assim, para reforçar suas representações políticas, enfrentavam-se numa disputa com o sindicato dos trabalhadores rurais (os quais começaram a surgir de forma embrionária em 1945), estabelecendo estratégias próprias para enquadrar pecuaristas e agricultores inseridos entre a produção agrícola familiar e a empresa agropecuária capitalista.

Em relação às disputas, várias existiram entre essas classes. Bruno (2003) define dois traços no perfil do patronato rural que caracteriza essa forte presença de conflitos: a defesa da

---

<sup>20</sup> Em 1973 passa a ter vigor a Lei nº 5.889, que abordou normas reguladoras do trabalhador rural. Porém, apenas com a Constituição Federal de 1988 o trabalhador rural passa a ter maiores direitos (PAIDA, 2012).

propriedade como direito absoluto e a violência como prática de classe. Esse direito foi herdado e adquirido do trabalho, e da propriedade fundiária adquiriu as conotações dos valores sociais da sociedade brasileira (respeito, “audácia”, “bravura” e o “destemor para enfrentar a adversidade”), atributos característicos do “domínio”. Adicionada a essa noção de propriedade como domínio, tem-se também a defesa da violência como prática de classe. Segundo a autora, o uso da violência está ligado a uma determinada concepção de mundo associada a um rústico militarismo e à conquista dos senhores territoriais.

Esta violência característica das classes e grupos patronais do meio rural mostra os elementos de velhos e novos padrões de conduta como se fosse um ritual. Além da violência física, os proprietários e empresários rurais também desqualificam os trabalhadores rurais e seus mediadores na dominação política. E, assim, pouco se distingue a nova geração empresarial do tradicional latifúndio. O processo de reprodução social das classes e grupos dominantes do meio rural está relacionado contra qualquer tipo de democratização da propriedade da terra (BRUNO, 2003).

Conforme Starling (1986), no caso mineiro, os receios dos proprietários começaram desde 1961, quando se realizou o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte. Os trabalhadores rurais reivindicavam uma reforma agrária de qualquer forma e se organizavam para isso. Desse modo, tal congresso serviu como um comunicado para que os proprietários de Minas Gerais se reunissem em oposição a estes trabalhadores. Josaphat Macedo<sup>21</sup> foi o principal líder dos “grandes” proprietários de terra no Estado e presidente da Federação das Associações Rurais do Estado de Minas Gerais (FAREM), criada em 1951 como entidade representativa de frações do patronato rural. Interessante salientar que, segundo a FAEMG (2011), a FAREM recebeu a carta sindical com base territorial no estado de Minas Gerais em 12 de outubro de 1965, pelo ministro do Trabalho e Previdência Social, e realizou, em 28 de dezembro do mesmo, ano uma Assembleia Extraordinária para adaptar a nova legislação. Assim, também passou de FAREM à Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FAEMG<sup>22</sup>), com a finalidade de representar os sindicatos mineiros, sejam aqueles que vieram da transformação das associações rurais em sindicatos, sejam aqueles que seriam fundados depois.

---

<sup>21</sup> Como será apresentado mais adiante, a atividade sindical de Josaphat Macedo começa no Município de Luz, de onde é oriundo, e onde teve importância decisiva na organização do SPR local.

<sup>22</sup> Em 2002, o nome da entidade foi novamente alterado para Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais, mas a sigla permaneceu a mesma (FAEMG, 2011).

Macedo também contribuiu para a fundação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais que tinha o objetivo de estabelecer o poder de Estado e estimular, em todo o país, uma reação empresarial frente à “tendência esquerdista” da vida política brasileira. Ele se identificava com o setor latifundista mineiro e, por isso, percebeu a necessidade de associar a organização política desses proprietários ao conjunto da classe dominante do Estado e, conseqüentemente, integrar a agricultura ao comércio e à indústria. Além disso, Josaphat Macedo promoveu a união com outras entidades patronais, como a União Nacional das Associações Cooperativas, de modo a unificar a elite agrária ao Estado em defesa de suas terras. Conforme Starling (1986), a presença desse líder demonstrou um peso político e um papel decisivo atribuído à elite dos proprietários rurais pela alta direção do movimento conservador-oposicionista em Minas Gerais, sendo de extrema importância para a história do sindicalismo patronal.

Malagodi (2004) também sustenta que, até meados da década de 1980, houve, no Brasil, muitas disputas judiciais trabalhistas que levaram diversos patrões a reduzir o número de moradores e assalariados permanentes em suas propriedades, com receio de que estes os colocariam nos tribunais e os fariam pagar uma indenização eventualmente elevada. Para Bruno e Carvalho (2009), o conflito entre trabalhadores rurais e proprietários/empresários rurais sempre poderá ocorrer, uma vez que possuem interesses sociais e posições políticas e ideológicas diferentes, que se manifestam em formas de conceber, compreender e interpretar a dinâmica econômico-social do país.

Referindo-se ao período da Nova República (1985-1988), Sevá (2008) aponta que,

motivado pelo aumento de conflitos sociais no campo e pelas demandas organizadas de grupos populares e trabalhadores rurais por reforma agrária e justiça social no campo, houve - também por conta da consolidação de associações por produto e multiproduto e cooperativas em curso, que culminou na formação de lideranças patronais no campo - a emergência de novas formas de representação das elites agrárias e agroindustriais nacionais. Neste processo de retomada das lutas sociais e do recrudescimento do enfrentamento político, agora numa arena democrática, eclodem as organizações classistas e aquelas mobilizadas por um conjunto de direitos cerceados até então pelo regime militar. Movimentos sociais pautados por reivindicações de grupos populares trazem novamente a cena a bandeira da reforma agrária e a denúncia como arma contra a concentração de terras e poder que culminavam no aumento da violência no campo e da miséria e da fome nas cidades (SEVÁ, 2008, p. 122).

Sevá (2008) afirma que emergiram nova legitimação e estratégias de ação que adequam velhas concepções e antigas práticas representativas da dominação patronal, o que implicava em estabelecer novos códigos de conduta frente ao novo cenário que se formava. Vale destacar, também, segundo Guerra (1999), que a Constituição de 1988 estabeleceu a

função social da terra, definindo-a como um meio de produção que deve satisfazer as necessidades da sociedade; assim, a imagem dos produtores rurais começa a ganhar realce, provocando uma nova mudança na estratégia das classes sociais. Nesse marco, a partir desse período, muitos sindicatos rurais ou sindicatos patronais rurais (outra denominação existente) mudaram sua denominação para sindicatos dos produtores rurais.

Guerra (1999), tal mudança de denominação é caracterizada como a extensão das táticas da União Democrática Ruralista que, inamovível nos seus princípios de manter a proteção da legislação sobre o direito de propriedade da terra, passa a adequar o seu discurso, abandonando a denominação proprietários de terra para usar a de produtores rurais, por considerar que é mais pertinente aos seus interesses. Portanto, essa mudança mostra uma nova estratégia das organizações patronais para fortalecer e aumentar o seu quadro social, de modo definido e mobilizável na disputa por uma categoria difusa entre latifundiários, fazendeiros “grandes”, “médios” e alguns “pequenos” com aspirações empresariais (GUERRA, 1999).

Sevá (2008) também salienta que, já na década de 1990, o patronato rural, juntamente com seus dirigentes, continua preservando a sua tradição e seu conservadorismo. A organização e a ampliação da representação desses “grupos dominantes” passam a lhes conferir maior poder de barganha junto ao Estado e perante a sociedade. Nesse sentido, a autora assevera que, se se fizer uma adaptação dessas características, ressaltadas nos anos anteriores, para a contemporaneidade em que a palavra de ordem é o agronegócio, pode-se notar, ainda, que continuam como parâmetros da ação de classes e grupos dominantes no meio rural. Entretanto, os sindicatos têm uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), por sua vinculação com a CNA. Conforme informado no *site* do SENAR, essa instituição de direito privado baseia suas ações em princípios e diretrizes formuladas pela Organização Internacional do Trabalho, nas políticas do Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional, nas políticas dos Ministérios do Trabalho e da Agricultura e nas diretrizes estabelecidas pela CNA e suas Federações vinculadas. Algumas ações concentram-se na formação profissional rural e promoção social, promovendo cursos profissionalizantes para a população rural, bem como formas de democratização.

Silva (2008) também afirma que muitos sindicatos estão preocupados em oferecer aos seus membros cursos educacionais, informações, conhecimentos, atendimentos odontológicos, entre outros serviços. No entanto, à medida que os sindicatos focam em apenas

transferir aprendizado ou prestar serviços, desenvolvem um papel assistencialista e geram limitações no seu papel reivindicativo e pouca eficiência na sua atuação.

### **Sindicato dos Produtores Rurais de Luz**

O Sindicato dos Produtores Rurais do município estudado iniciou-se como Associação Rural, em abril de 1946, por um grupo de agricultores que manifestou desejo de se reunir, a fim de organizar a vida rural em torno de uma entidade que os representasse, defendesse e levasse informações, direitos e deveres aos associados. O principal líder destes agricultores para a organização da associação foi o Doutor Josaphat Macedo, responsável, também, por dirigir a primeira presidência dos trabalhos. O depoimento abaixo ressalta:

O sindicato foi criado para o fortalecimento da classe, inclusive pelo fundador da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, a FAEMG, Dr. Josafth Macedo que criou nosso sindicato [...] ele era daqui, criou a primeira associação dos produtores e depois ele percebeu que a associação, o município sem um vínculo com o Estado ele não conseguiria nada aí ele teve a ideia de criar a Federação, quer dizer, em nível de Estado para ter mais acesso às políticas do governo, né, para ter essa ligação (REPRESENTANTE A).

Como se observa no depoimento, a Associação Rural de Luz filiou-se a FAEMG e transformou-se em Sindicato Rural em dezembro de 1965, período em que o Ministério do Trabalho e Previdência Social concedeu a carta sindical ao estado de Minas Gerais, como já exposto. Essa mudança para sindicato é feita como uma continuação e não significa um rompimento de suas atividades, contribuindo para o reforçamento da representatividade da classe.

Em 1974, ocorre outra mudança, de Sindicato Rural para Sindicato Patronal Rural, já que o Sindicato Rural possuía uma denominação vaga e não possibilitava uma melhor identificação da classe associada, permitindo enquadrar melhor a classe empresarial rural. Todavia, como mencionado por Guerra (1999), a partir da Constituição de 1988, o termo produtores rurais se torna mais favorável, em vez da denominação de proprietários rurais. Conseqüentemente, em 2005, o Sindicato Patronal Rural de Luz muda novamente sua denominação para Sindicato dos Produtores Rurais, à imagem do que foi acontecendo em organizações similares em todo Brasil.

Durante esses períodos, conflitos entre os SPR e o STR foram frequentes, sendo um dos casos no município estudado. Na fala dos representantes, a seguir, pode-se compreender que havia um enfrentamento entre os dois sindicatos do município, e o conflito se dava

principalmente por questões de justiça, em que o trabalhador rural, como empregado do patrão, reivindicava por seus direitos por meio do STR.

[...] geralmente já aconteceu época de outros presidentes aí que tinham uma rivalidade muito grande, criavam muito problema, hoje uma sintonia perfeita, certo, o sindicato dos trabalhadores rurais, eles são muito, hoje eles estão muito de cabeça aberta, só aquela questão não existia muito aquele negócio de justiça o cara que tava trabalhando um dia, trabalhava um tempo, e o sindicato influenciava o cara entrar na justiça contra o produtor, hoje não existe isso não, o próprio trabalhador rural o sindicato do trabalhador rural eles são muito consciente da situação da necessidade do emprego, sabe, então assim, hoje existe uma parceria, uma sintonia muito perfeita entre os dois sindicatos, nós estamos bem com os sindicatos, muito bem (REPRESENTANTE B).

[...] era sindicato patronal e sindicato dos trabalhadores, um de lá e um de cá, tinha uma barreira no meio, e nada resolvia, aí um foi mostrado pro outro a importância do diálogo, olha nós precisamos de você e você precisa de nós, para ter uma boa harmonia para gente trabalhar sem ter problema com justiça, com lei, com nada para gente poder crescer e isso aconteceu, isso é muito bom [...] (REPRESENTANTE C).

Mas manifestam os depoimentos que tal conflito parece ter sido solucionado por meio do diálogo e entendimento da mútua dependência dentro de um mesmo município. Além disso, por meio das entrevistas, observa-se que o SPR de Luz possui o reconhecimento dos agricultores em termos de serviços prestados e envolvimento com outras organizações locais. Embora seu número de associados seja menor que o do STR, 180 membros *versus* mais de 2000, o prestígio é grande. Tal reconhecimento pode se dever ao fato de que é a organização rural mais antiga e constituída com a ajuda do líder da classe patronal, filho da terra, reconhecido e reverenciado pela FAEMG, o que estende o seu prestígio ao sindicato local. Coincidindo com o que Sevá (2008) salientou, o patronal rural continuou mantendo sua tradição, mesmo surgindo novos códigos de conduta em sua forma de atuar, continuando a ser um grupo dominante no meio rural.

As funções do SPR estabelecidas no seu Estatuto Social (2005) são: a coordenação, desenvolvimento, defesa, proteção e representação legal da categoria econômica dos ramos da agropecuária, do extrativismo rural, das atividades pesqueiras e florestais, agroindústrias para atividades primárias, com base na solidariedade social, na livre iniciativa, no direito de propriedade, na economia de mercado e nos interesses do País. Sendo assim, tem como papel desempenhar medidas admissíveis de interesses dos associados; analisar e buscar formas de solucionar questões e problemas que surjam nas atividades rurais; incentivar medidas que contribuam para a melhora da produtividade da atividade rural, como as condições de trabalho e a comercialização da produção; buscar conciliar dissídios ou litígios, de acordo com as

atividades compreendidas em seu âmbito de representação; e organizar e manter os serviços que possam ser úteis aos associados, oferecendo-lhes assistências e apoio conforme os interesses gerais dos membros; finalmente, também se agrega aos trabalhos realizados pela FAEMG, com objetivo de fortalecimento e consolidação do sindicalismo rural no Estado.

Nesse sentido, conforme informado pelos representantes entrevistados, o SPR oferece palestras informativas e cursos profissionalizantes disponibilizados gratuitamente pelo SENAR (o que também contribui para o aumento do prestígio do sindicato local) sobre mercados, preços, produtos e questões vinculadas ao agronegócio em geral. Também o SPR oferece atendimento na área de saúde, sobretudo atendimento odontológico. Outros serviços se focam em questões vinculadas à gestão da produção, como o atendimento na área de registros de funcionários, folha de pagamento, contabilidade, emissão de notas de guias de transporte de animais, etc. Assim, os representantes coincidem, ao manifestarem que suas atividades visam oferecer aos produtores alternativas para melhorar a qualidade da produção, que lhes permitam promover seu bem estar sociocultural.

Porém, similar ao que Silva (2008) afirmou sobre a transferência de aprendizado ou prestação de serviços, torna-se preocupante a mudança no perfil do sindicato, em que a representação política perde espaço, fazendo com que exista uma baixa consciência quanto aos seus verdadeiros fins. A função político-representativa perde importância, concentrando suas ações, principalmente, na oferta de serviços sociais.

### **3.4 Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR)**

Os STRs surgem como resposta à exploração dos patrões e como meio de garantir aos trabalhadores direitos trabalhistas, agrupando, originalmente, várias classes de trabalhadores rurais, boias-frias, peões, etc. Uma de suas características é contribuir para que os trabalhadores rurais possam, por si próprios, formular seus interesses e lutar por eles, podendo ser coincidentes ou não com os interesses defendidos por outras organizações (MEDEIROS, 1989).

A partir de 1930, com a ascensão de Vargas, é que se generaliza e começa a vigorar o reconhecimento de categorias profissionais por meio de entidades de representação política e social. Nota-se, portanto, que “pequenos” proprietários, na forma de assalariados, posseiros, arrendatários e outras situações fundiárias que se constituem no meio rural, se uniram desde meados do século XX em associações, uniões, cooperativas, ligas ou sindicatos de

trabalhadores rurais caracterizadas por uma relação jurídica instável em relação à posse de terra. Contudo, só depois da década de 1940, com a representação coletiva, essa classe se torna visível na maioria das análises sociológicas (GUERRA, 1999).

De acordo com Costa (1996), o sindicalismo rural brasileiro, embrionariamente, nasceu em 1945, embora seja identificado o ano de 1954 como início. Essa data registra a mobilização de forças, como ação política no meio rural desempenhada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB<sup>23</sup>). O movimento sindical dos trabalhadores rurais ganha forças somente no início da década de 1960, mais precisamente no governo de João Goulart (1961-1964), momento em que a fundação e o reconhecimento dos sindicatos por parte do Ministério do Trabalho e Previdência Social ganham um grande impulso. Mas, desde meados dos anos 50, com a ajuda do PCB, foram feitos alguns esforços no sentido de colocar esse movimento social como um meio de representação no qual os trabalhadores rurais pudessem reivindicar, fazer valer os seus direitos e, acima de tudo, participar da vida política do país.

Sendo assim, para compreender o processo de surgimento do sindicalismo rural, Ramos (2010) analisou as disputas de inserção das demandas da CNA e da CONTAG junto à sociedade política. A autora aponta que uma das razões para que os trabalhadores e o patronato rural não estarem inseridos no mesmo enquadramento de estrutura sindical deve-se, principalmente, às pressões oriundas de algumas frações da classe dominante agrária junto ao Estado. Além disso, reforça que, em 1940, houve uma rejeição ao sistema de representação sindical na agricultura por uma parte da classe dominante agrária que favorecia a organização baseada no associativismo. Nessas circunstâncias, de 1950 a 1960, trabalhadores rurais começaram a se mobilizar em prol do debate sobre o sindicalismo, na perspectiva de alcançar uma legislação trabalhista e sindical para o campo e também uma alteração de postura de setores do patronato rural.

Costa (1996) destaca que a fase do movimento sindical rural brasileiro pré-1964 pode ser dividida em três períodos, que se iniciam em 1945, com a redemocratização do País e que prevalecem até a realização da I Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CNTA), em 1953. Em 1945, o PCB iniciou um trabalho político no meio rural e, como decorrência, emergiram as primeiras Ligas Camponesas, organizações conformadas em defesa do homem do campo e da reforma agrária (como exemplo, as ligas de Iputinga, no Recife, e a de

---

<sup>23</sup> O PCB sofreu alteração no seu nome com a Conferência Nacional em setembro de 1961, passando a denominar Partido Comunista Brasileiro. Mas, em 1962, alguns militares, por meio de uma Confederação Nacional Extraordinária, resolveram manter o nome antigo Partido Comunista do Brasil com a sigla PC do B (COSTA, 1996).

Dumont, em São Paulo). Além disso, o primeiro período do sindicalismo rural no Brasil foi renunciado pela resolução sindical de 1952 e que se apresentou na I CNTA em 1953, consolidando, no ano seguinte, a constituição da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB<sup>24</sup>) na II CNTA. Assim, a organização dos trabalhadores agrícolas passa a ser organizada em entidades de caráter civil com regras institucionais. Os primeiros esforços dessa forma organizacional são identificados em 1955, quando a ULTAB faz um levantamento parcial e indica a existência de 25 sindicatos de assalariados agrícolas e de 71 associações de lavradores e camponeses no país. No entanto, o PCB enfrenta um desequilíbrio interno por mais de dois anos e acaba interrompendo esse desenvolvimento sindical no meio rural.

Segundo o mesmo autor, somente em 1959 as consequências da “nova política”, tomada pela declaração política do Comitê Central, em março de 1958, e aprovada pelo V Congresso de 1960, fazem-se notar no meio rural. Esta “nova política” buscava extinguir o diálogo fechado, instituído pelo Partido desde 1954, e dar um novo olhar ao trabalho no meio rural. É também a partir de 1959 que a ULTAB se reativa e o sindicalismo rural entra em uma segunda fase. Nesta fase, a Igreja Católica entra em disputa com o PCB por influência sobre os trabalhadores rurais, e os movimentos sindicais passam a ter importância na organização do movimento, em especial o ocorrido em Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1961, denominado I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, com o objetivo de delinear diretrizes gerais e dar unidade ao movimento camponês.

Já o terceiro período, de 1962 a março de 1964, é caracterizado pelo momento em que o Estado muda de papel, o Governo altera sua ação de tradicional imobilizador das massas rurais (bloqueio das organizações) para agente estimulador da criação de sindicatos rurais. Isso ocorre à medida que a questão agrária passa a ter uma nova visão, com a retirada dos impedimentos à sindicalização rural nos anos 1960, e, por essa nova postura do Estado, que não só estimulou a organização dos trabalhadores rurais por meio dos sindicatos - aumentando a expressão política destes trabalhadores -, como também passa a disputar o espaço no sindicalismo rural com o PCB e a Igreja. Costa (1996) acrescenta:

É o momento de maior disputa pela hegemonia do associativismo rural, de intensa movimentação no campo com o reconhecimento, pelo Governo, de centenas de

---

<sup>24</sup> A ULTAB seria a face legal do PCB para questões direcionadas ao meio rural. Sua instância maior era a Conferência, composta por delegados de todas as entidades filiadas. Também funcionava como organismo intermediário, representando o Estado ou regiões e, por fim, sete membros do Conselho de Representantes formavam a sua Comissão Executiva (COSTA, 1996).

sindicatos e de corrida pela criação das federações de âmbito estadual e da concentração no plano nacional. Esse período compreendido entre 1945 e 1964 será uma conjuntura das mais inquietas da história do País, e também assim será para o movimento sindical no campo, agora parte de uma questão mais ampla e de forte potencial explosivo (COSTA, 1996, p. 4).

Diante da luta sindical que transcorre entre 1953 e 1964, dois aspectos são registrados. Um está ligado à tentativa de instituir direitos mais justos aos trabalhadores rurais pela Constituição e/ou legislação trabalhista e a como também fazer valer os direitos que já foram conquistados. O outro aspecto relaciona-se à defesa constante da própria sindicalização, visto que o trabalhador rural brasileiro teve um baixo grau de sindicalização. A postura que o movimento sindical adotava estava muito direcionada a organizar o homem do meio rural em sindicatos, associações e ligas (COSTA, 1996). Segundo Costa (1996), o impulso que o movimento ganhou em 1962, ligado à mudança do papel do Estado, é explicado pela necessidade deste em assumir a liderança e domínio sobre aquele, que estava em poder do PCB e da Igreja. Outro fator que também influenciou foram as mudanças no plano político, que provocariam redistribuição de poder e favoreceriam a democratização e o funcionamento das organizações trabalhistas. Sendo assim, o autor também afirma:

As inovações apresentadas por essas portarias alteram a base social dos sindicatos, o que provocará um rearranjo das organizações. A Portaria nº 209-A, de 25/6/1962, previa a criação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA – patronal) e a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Esta primeira portaria já altera as bases da associação ao distinguir quatro grupos profissionais diferentes: 1º grupo: trabalhadores na lavoura- assalariados, parceiros, autônomos (em regime de economia familiar ou coletiva); 2º grupo: trabalhadores na pecuária e similares; 3º grupo: trabalhadores na produção extrativista rural; 4º grupo: empregados na administração (COSTA, 1996, p. 95).

Várias reivindicações foram feitas para mudar esta portaria, pois os inúmeros sindicatos criados não possuíam número suficiente de membros para sustentá-los. Assim, em novembro do mesmo ano, cria-se uma nova regulamentação, agrupando as classes: 1ª categoria: trabalhadores na lavoura; 2ª categoria: trabalhadores na pecuária e similares; 3ª categoria: trabalhadores na produção extrativista rural; 4ª categoria: produtores autônomos (pequenos proprietários e arrendatários e trabalhadores autônomos que exploram a propriedade rural sem empregados, em regime de economia familiar ou coletiva) (COSTA, 1996, p. 97). Esse novo enquadramento era mais viável para constituição dos sindicatos rurais.

Picolotto (2009) expressa que os movimentos sociais surgidos nas décadas de 1950 e 1960 foram restritos pela própria legislação sindical, que reduzia a ação das organizações camponesas, tirava a autonomia e, conseqüentemente, limitava as possibilidades de proposição política para a sociedade nacional. O funcionamento dos sindicatos era limitado para reconhecer apenas alguns direitos sociais (principalmente assistenciais) e confinar ou canalizar para o Estado as demandas políticas dos trabalhadores. Isso, de fato, dificultava aos trabalhadores rurais manifestar suas demandas e direitos, ficando eles restritos às leis que o Estado autorizava.

Somente mais adiante, na década de 1970, reestrutura-se um “novo sindicalismo”, que visava ampliar os espaços de representação dos interesses da classe trabalhadora e romper com as práticas estabelecidas no passado. Sendo assim, o estudioso mostra que a constituição desse novo sindicalismo emerge em contraposição com o sindicalismo oficial representado pela CONTAG, uma vez que críticas foram feitas a essa entidade, acusando-a de não ser eficaz, por estar direcionada à denúncia de situações concretas aos poderes públicos, sendo pouco efetiva no modo de estimular a organização e mobilização dos trabalhadores para coações. Além disso, era considerada assistencialista e, por isso incapaz de dar consistência à luta por direitos constituídos pela Confederação.

Ricci (1999) também afirma que o período entre 1979 a 1985 se caracterizou como um momento instituinte de uma nova prática sindical, pois, até o final da década de 1970, o sindicalismo urbano colocava-se no centro do cenário político brasileiro, principalmente o metalúrgico. Somente a partir da metade da década de 1980 se apresenta um número significativo de estudos em relação ao movimento sindical rural, à sua dinâmica, temas e dilemas políticos. A sociedade brasileira se dicotomizava em desenvolvida/urbana e tradicional/rural, na qual o surgimento tardio do sindicalismo de trabalhadores rurais iria contribuir para que essa categoria social fosse pouco significativa e sem experiência política relevante (RICCI, 1999).

Conforme Ricci (1999), na década de 1970 surgem vários STRs, porém limitados a exercer uma forma pura de ação colaborativa ou representativa, pois estavam “subordinados” ao regime militar, fato que só será superado aos poucos, com o processo de transição política do país. O autor também apresenta dados:

Segundo IBGE, entre 1971 e 1980, foram fundados 1.206 STRs, cerca de 43% do total de STRs do País. É significativo registrar que nos oito anos seguintes, quando da transição política e do término do regime militar, foram fundados apenas 401 STRs (14,5% do total). Os dados revelam, por si, um aparente paradoxo: houve um

crescimento vertiginoso de STRs no período mais agudo da repressão política e um refluxo durante a transição política (RICCI, 1999, p. 80).

Essa constatação possibilitou a criação de hipóteses para justificar tal situação. Uma delas relaciona-se, segundo Ricci (1999), à intervenção estatal que, a partir do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL), refletiu no aumento da criação de sindicatos. O FUNRURAL estava previsto no Estatuto do Trabalhador Rural, mas foi deixado de lado após o golpe militar de 1964, sendo reconstituído em 1971 e permanecendo até 1977, quando foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social, que o incorporou.

Desse modo, o papel principal do STR referia-se aos benefícios, principalmente a aposentadoria por velhice, já que, inicialmente, eles eram excluídos de outros benefícios, como auxílio doença, salário família, auxílio acidente, salário maternidade, oferecendo-se somente aposentadoria por invalidez ou velhice, pensões e amparo previdenciário. Nesse sentido, os STRs foram induzidos pela legislação vigente a desempenharem um papel assistencial, com um estreito relacionamento com o governo federal (RICCI, 1999).

Entretanto, Ricci (1999) indica que não é possível afirmar que tal crescimento tenha sido exclusivamente devido ao FUNRURAL, pois os recursos repassados aos sindicatos se tornavam escassos em algumas regiões. Também seria desconhecer o grande investimento da CONTAG em campanhas para criação de STRs. No entanto, vale destacar que o FUNRURAL fixou-se no imaginário dos associados de STRs, caracterizando-o como o principal serviço prestado.

Barbosa (2003) analisa a universalização da previdência social rural, que ocorreu em 1988 e foi regulamentada em 1992. Houve, assim, a extensão dos direitos previdenciários aos agricultores enquadrados na categoria de economia familiar sem empregados permanentes, aos pescadores e garimpeiros artesanais. Ressalta-se, também, que, no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, os STRs passavam por uma crise de sustentação financeira. Nesses anos, alterações no papel do Estado, devido à concepção neoliberal dominante, tiveram reflexos na condução da política agrícola, como já exposto no capítulo anterior.

Nesse sentido, o autor também acrescenta que o processo de aposentadoria ou pensão do(a)s idoso(a)s rural (is) não é apenas um dos serviços oferecidos pelos STRs, mas sim uma estratégia de sustentação financeira, já que os aposentados representam para os STRs uma garantia mínima do financiamento do seu caixa, e ainda complementa: o “aposentado/pensionista não se filia e contribui aos STRs por um simples voluntariado, mas

sim, porque há uma estrutura institucional coercitiva que transforma o potencial beneficiário da previdência em sócio do sindicato” (BARBOSA, 2003, p. 8-9). Desse modo, a partir dos anos 1990, o movimento do STR se fortalece financeiramente e o Estado consegue generalizar o acesso a uma política social, simultaneamente, no marco de um modelo liberal, como resultado da aplicação de uma política pública da importância da aposentadoria rural. Piccolotto (2009) ainda aponta que, na década anterior (1980), o novo sindicalismo obteve avanços político-organizativos: consolidação da Central Única dos Trabalhadores (CUT<sup>25</sup>) como central sindical e do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais, atendendo às demandas rurais, oferecendo uma maior expressão nacional, e participação de pequenos agricultores autônomos de base familiar nas ações e direções sindicais; novidades na legislação sindical e constituição de “novas” demandas por direitos.

No início dos anos 1990, segundo Picolotto (2009), o sindicalismo rural da CUT redefiniu seu projeto político e adotou a tática de conquistar e transformar a estrutura interna da CONTAG. O novo sindicalismo passou a priorizar o segmento da agricultura familiar, reduzindo a sua bandeira de luta pela reforma agrária e pelos direitos trabalhistas. Surge, assim, em 1996, uma política pública específica para esse segmento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que motivou, na região Sul, uma dinâmica de fortalecimento e formação de cooperativas de crédito para acessar tal política. Além disso, criou-se uma rede de comercialização das agroindústrias familiares do Oeste Catarinense e um sistema de certificação solidária responsável por articular ONGs que tinham ênfase na agroecologia (PICOLOTTO, 2009).

Por essa perspectiva, o autor afirma que, no final dos anos 1990, a CUT vem a romper com a CONTAG ao criar, em 1999, a Frente Sul da Agricultura Familiar e, em 2001, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul, organização sindical em defesa do fortalecimento da agricultura familiar que culminou na fundação da Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF-Brasil), em 2005. Segundo Romano (2011), a FETRAF, além de reivindicar a representação da agricultura familiar como uma categoria familiar específica, resgata os princípios da liberdade e autonomia sindical que foram abolidos pela intervenção do governo militar. Assim, e respondendo ao aumento da importância crescente da categoria de “agricultores familiares”, mais recentemente, os STR

---

<sup>25</sup> A CUT foi criada em 1983 por meio de diversas mobilizações sociais praticadas em todo o país. Em relação à sua novidade política, configura-se com o pressuposto de ser independente tanto dos patrões e do governo quanto dos partidos políticos e dos credos religiosos (PICOLOTTO, 2009).

passaram a atender também os interesses dos agricultores familiares ou até se identificar exclusivamente com essa categoria social.

De acordo com a FETRAF (s/d), uma das suas maiores conquistas alcançada é a estrutura organizativa que se forma, fundamentada tanto na estrutura sindical quanto na organização econômica da produção familiar. São milhares de associações, cooperativas de produção e de crédito, redes de comercialização, agroindústrias familiares que visam auxiliar as propriedades familiares, assentamentos da reforma agrária e empreendimentos sustentáveis e solidários.

Para tanto, o “novo sindicalismo” dos anos 1980 e esse mais “novo” ainda, com foco na agricultura familiar, deveriam ser compreendidos como uma ruptura do que havia sido feito no velho sindicalismo, denominado populista, no período anterior ao golpe militar, caracterizado pela prática assistencialista e pelo vínculo do sindicato ao Estado. Todavia, observa a persistência do assistencialismo em alguns sindicatos, o que é capaz de transformar o homem na condição de passividade e antidiálogo (SILVA, 2008).

### **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Luz**

O STR de Luz foi fundado em 1985 por trabalhadores rurais que buscavam a defesa de sua classe. Observa-se que o STR de Luz surgiu no período em que termina o regime militar e se inicia uma transição política, não vivenciando, portanto, a repressão política, nem o incentivo do programa FUNRURAL. Também se diferencia dos sindicatos surgidos mais recentemente, ocupando espaços de representação política abertos pela nova institucionalidade brasileira.

Chama a atenção, por conseguinte, que, nos praticamente 28 anos de sua existência tenha permanecido no imaginário dos associados e da diretoria, o seu principal objetivo é disponibilizar aos trabalhadores os benefícios da Previdência Social. Os depoimentos abaixo, relatados por um representante, afirmam que o STR de Luz passou por uma crise financeira, mas hoje está de portas abertas para atender seus associados, principalmente em termos de aposentadoria.

Olha, o que eu conheço do sindicato, foi fundado em 1985 por organização de trabalhadores rurais, no qual o primeiro presidente se chamava é [...] Houve um tempo que o sindicato teve uns problemas, financeiro, problema de, é, administração, no qual nos pegamos em 2002 [...] praticamente fechado. Hoje nós temos, se for olhar filiação, nós temos em média de 2000 filiados. Em média, só que

não é atuante porque muitos trocaram de categoria, outros faleceram, aí vem filiando à medida do possível, então nós não temos esse número fechado de sócio ativo. [...] por alto assim a gente não sabe, porque até então, o pessoal não gosta muito de, é, só procura na hora que precisa da entidade, mas graças a Deus a gente tem conseguido manter a porta aberta (REPRESENTANTE C).

[...] Uma das grandes vitórias que nós conseguimos, porque antigamente aqui não se trabalhava todos benefícios e hoje todos os benefícios que a Previdência Social oferece para o produtor rural o trabalhador a gente tem conseguido trabalhar sem problema nenhum. Temos apoio da federação que é a FETAEMG, que sempre que a gente precisa deles lá, eles tem, socorrido a gente. Eu posso chamar de vitória, porque são dez anos de serviço, sem nenhum processo, administrativo ou judicial, então pra gente uma grande honra [...] (REPRESENTANTE C).

No primeiro depoimento também se percebe que não existe um controle do quadro social, não existe um número exato de membros. Além disso, muitos só o procuram quando há a necessidade de algum benefício da Previdência Social. O STR também atende trabalhadores rurais de um município vizinho, já que foi feita uma extensão de base, pois o sindicato do outro município enfrentou alguns processos, sendo fechado. Logo, o aumento da sindicalização não reflete processos de mobilização em torno a propostas sociopolíticas.

Conforme o segundo depoimento apresentado, o STR de Luz trabalha apoiando os produtores na obtenção dos benefícios da Previdência Social, como auxílio doença, auxílio reclusão, salário maternidade, pensão por morte, aposentadoria por idade e por invalidez. E se orgulha por ter um bom relacionamento com as agências do Instituto Nacional do Seguro Social. A própria Federação dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais (FETAEMG) tem mobilizado os STRs filiados a possuírem um diretor exclusivo para os assuntos previdenciários. De fato, pode-se constatar que o STR de Luz exerce um papel mais assistencialista, não podendo ser caracterizado seu papel como de reivindicação e defesa dos interesses de seus membros.

Outro elemento que se destaca nos depoimentos é a menção aos “dez anos de serviço” feita pelo dirigente. O perfil da diretoria do STR se assemelha ao que Ricci (1999) expõe sobre o que acontecia ao final dos anos 80, com presidentes exercendo o cargo por muitos anos, tendo o cargo como sua profissão. Na realidade, parece haver uma acomodação da população à medida que esta diretoria torna-se hegemônica. Observa-se também o interesse político mantido pelo representante do STR de Luz, igual ao que acontece também no SPR, de modo a confirmar uma representatividade autoritária. Ricci (1999) apresenta que é comum o presidente de sindicatos se tornarem figuras importantes em municípios pequenos, ao lado de outras autoridades, como padres e prefeitos, para afirmarem sua expressividade. Graças a esse

poder de representação, muitas carreiras políticas surgem de dentro de um sindicato, favorecendo o primeiro passo para candidaturas, como a de vereador. Assim, a entrada na política é estimulada pelas próprias entidades de classe.

Por fim, existe uma necessidade de diversificação dos serviços prestados pelo STR de Luz, a diretoria atual do STR diz reconhecer que o trabalho do sindicato no meio rural não é só lidar com benefícios da Previdência Social e até pensam em expandir para outras áreas, como políticas públicas do meio rural, em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, pois o sindicato poderia exercer um papel no processo de desenvolvimento local, mas afirmam que a Previdência Social é uma demanda dos trabalhadores rurais, por isso o foco principal nos benefícios.

### **3.5 Cooperativas**

O estudo sobre o cooperativismo é antigo e não se fará aqui uma apresentação completa do seu percurso histórico, desde os entusiastas precursores desse movimento, nem será apresentada toda a história do cooperativismo desde “Rochdale<sup>26</sup>”, já que não é esse o foco neste estudo. O importante a ser mostrado é a concepção dessa organização no Brasil.

A cooperativa, segundo Valadares (2005), é entendida como um empreendimento econômico e social em que todos os membros são sócios. Baseada nos valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia e participação, a cada final de período os custos são rateados e as sobras, divididas proporcionalmente à participação de cada um. As cooperativas se distinguem de outros tipos de empresas, pela sua finalidade, pela sua forma de propriedade e de controle e pela forma que são distribuídos os benefícios. Tais diferenças são definidas pelos Princípios Cooperativistas que elucidam como as cooperativas se estruturam. Os princípios cooperativistas conformam uma doutrina geral ou uma ideia que define ou identifica as características das cooperativas, diferenciando-as de outro tipo de organização empresarial (VALADARES, 2005).

---

<sup>26</sup> O advento da Revolução Industrial acelerou a produção, mas também gerou péssimas condições de vida para os trabalhadores e suas famílias. Essa situação abriu caminho para propostas alternativas de organização socioeconômica, como a elaboração de ideias cooperativistas baseadas nos socialistas utópicos do século XIX: Robert Owen, François Marie Charles Fourier, Philippe Joseph Benjamim Buchez e Louis Blanc. As concepções socialistas utópicas seguiam um ideal de justiça e de fraternidade que impulsionaram a constituição das primeiras cooperativas de uma massa de trabalhadores que buscaram superar os problemas conforme seus meios e riscos, aparando-se da união das forças dos envolvidos, dos recursos próprios e da pretensão de vencer. É nesse cenário, portanto, que emerge a primeira cooperativa, em 1844, na cidade de Rochdale, na Inglaterra, por 28 tecelões, permeada por um conjunto de valores, princípios e normas que orientam suas organizações (FERREIRA, 2009).

Esses princípios foram reformulados pelas cooperativas, no marco da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), para adequá-los à realidade; as modificações mais significativas aconteceram nos Congressos de 1937, de 1966 e de 1995. Essa última formulação estabelece os princípios atuais: adesão voluntária e livre; Controle democrático pelos sócios; participação econômica dos sócios; autonomia e independência; educação, treinamento e informação; cooperação entre cooperativas; e preocupação com a comunidade<sup>27</sup>.

Para Bursztyn (1984), o desenvolvimento do cooperativismo no Brasil mostrou-se diferente em cada lugar. No Sul, a influência da colonização europeia, do Japão e da Itália, a partir do final do século XIX, favoreceu o movimento cooperativista. No Norte e no Nordeste houve certa impermeabilidade a respeito do surgimento “espontâneo” das cooperativas, embora uma das primeiras tenha surgido em Pernambuco - a Cooperativa de Consumo de Camaragibe em 1895. Mas essa forma de organização teve maior difusão no Sul, apresentando, nas três primeiras décadas do século XX, um maior crescimento do número de cooperativas.

Dar-se-á maior ênfase às cooperativas do ramo agropecuário e de crédito<sup>28</sup>, por ambos os ramos atenderem produtores e terem sido identificados em Luz. Fleury (1983) fez um levantamento histórico do cooperativismo agrícola brasileiro, afirmando que este surgiu nas primeiras décadas do século XX, quando “pequenos” produtores se juntaram para comercializar, em comum, seus produtos, na expectativa de melhorar sua renda, eliminando

---

<sup>27</sup>O princípio da adesão voluntária e livre institui que as organizações devem ser abertas a todas as pessoas aptas a usar dos seus serviços e responsabilizarem-se como membros; o da gestão democrática possibilita os membros para participarem ativamente na formulação das políticas e tomadas de decisões da organização (cada membro, um voto); o princípio da participação econômica baseia-se na contribuição equitativa dos membros para o capital da cooperativa; autonomia e independência expressa que as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, dirigidas pelos seus cooperados. O princípio educação, formação e informação busca promover a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos, dirigentes e trabalhadores, para promoção do desenvolvimento da cooperativa; o princípio intercooperação orienta a realizar parcerias por meio das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais e, por fim, o princípio interesse pela comunidade relaciona-se ao trabalho que as cooperativas procuram fazer nas comunidades, por meio de políticas aprovadas pelos membros (VALADARES, 2005).

<sup>28</sup>De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (s/d) - órgão máximo de representação das cooperativas no Brasil, segundo a Lei nº 5764/71 -, existem treze ramos do cooperativismo: Agropecuário, Consumo, Crédito, Educacional, Especial, Habitacional, Infraestrutura, Mineral, Produção, Saúde, Transporte, Trabalho e Turismo e Lazer. Como mencionado, será dada ênfase às cooperativas agropecuárias que são constituídas por produtores rurais ou agropecuários e de pesca, cujos meios de produção pertencem ao associado. É um dos ramos que vem se destacando pelo destacado número de cooperativas e cooperados no Brasil e no mundo. As cooperativas de crédito também terão presença neste trabalho, oferecem vantagens aos associados nos empréstimos e financiamentos com juros módicos, além de incentivar a poupança. É um dos ramos que também vem crescendo.

intermediários e obtendo vantagens da cooperação conjunta que lhes permitia aumentar a escala. Segundo Bursztyn (1984), o Estado, inicialmente, não teve nenhuma participação direta na expansão das cooperativas, ele somente veio a inserir diretrizes no governo de Vargas, em 1932, além de centralizar o controle e a fiscalização de seu funcionamento. Desse modo, destaca que, a partir desse período, a história do cooperativismo brasileiro está ligada à própria evolução do Estado. Pereira e Braga (2003) acrescentam que, pelo fato de o cooperativismo ter se desenvolvido em várias partes do mundo, formaram-se diferentes concepções. Em muitos lugares, as cooperativas se originaram como um instrumento político do Estado, enquanto que, em outros, surgiam como unidades autônomas de transformação social.

Assim, desde o final da década de 1930, o cooperativismo passou por fortes influências do Estado, com o objetivo de colocar as cooperativas como fator para o desenvolvimento. No entanto, condutas diferentes e contraditórias marcaram o Estado brasileiro em relação ao movimento cooperativo, pois, por meio da legislação específica, o Estado atribuiu autonomia às cooperativas, porém, como prevalecia no período uma política de natureza centralizadora, essa autonomia não foi tão ampla e somente a partir de 1937 a liberdade de organização e funcionamento passaram a ser fiscalizadas pelo Ministério da Fazenda, Trabalho, Indústria e Comércio (CUNHA FILHO; PINHEIRO, s/d).

Não obstante, conforme os autores, as interferências ocorridas nessa época não evidenciaram tantas transformações como ocorreu no processo de modernização tecnológica da agricultura, no período do regime militar de 1964 a 1985, em que as ações do Estado se voltavam para a estabilidade da economia por meio do desempenho da agricultura. Nesse sentido, Nicácio (1997) afirma que, no início da década de 1960, o modelo de desenvolvimento econômico caracterizava-se pela busca e acumulação de capital internacional, por políticas de desenvolvimento industrial de bens duráveis e aceleração do desenvolvimento do complexo agroindustrial de capital nacional e internacional. A agricultura vivenciava o processo de modernização tecnológica, promovido pelo governo militar. Assim, o cooperativismo teve que buscar a modernização organizacional e a expansão econômica por meio do seu desenvolvimento empresarial, integrando-se à economia agroindustrial e à atuação governamental.

Fleury (1983) também analisa que, no período de 1966 a 1971, foram invalidados alguns dos incentivos tributários de que gozavam as cooperativas e se estabeleceu uma nova

regulamentação que limitava o crédito cooperativo<sup>29</sup> e proibia operações com terceiros. “Essas medidas foram tomadas em consonância com a política econômica governamental, pós 64, que postulava a necessidade da livre concorrência entre as diversas empresas, sobrevivendo no mercado somente as mais aptas” (FLEURY, 1983, p. 50). Segundo a autora, em 1971 é elaborado um novo projeto lei que abre a possibilidade de as cooperativas voltarem a operar com terceiros, restabelecem-se as atividades de crédito nas cooperativas mistas (aquelas que apresentam mais de um objeto social), isentando-as de tributos, eliminando a necessidade de autorização prévia para a constituição e funcionamento das cooperativas e permitindo que elas definissem, a seu próprio critério, sua área de operações e de admissão de novos sócios.

Para Bursztryn (1984), a Lei nº 5.764, de 1971, ofereceu diversas vantagens econômicas às cooperativas. Por meio do BNCC se concedeu taxas de juros reduzidas e prazos mais favoráveis, incentivando a constituição de cooperativas que, para o autor, tiveram seu sucesso limitado, pois muitas surgiram mascarando contradições inerentes à desigualdade das relações sociais de produção. Em consonância com Para Bursztryn (1984), Cunha Filho e Pinheiro (s/d) salientam que a década de 1970 foi um período de renovação legal e estrutural, pois esta Lei possibilitou um marco na legislação cooperativa nacional, regulamentando não somente as sociedades cooperativas em si, mas o próprio sistema cooperativo, numa visão organizada em conjunto. Trata-se de um marco legal fundamental para o cooperativismo, já que é a Lei que ainda vigora (embora algumas leis posteriores tenham modificado questões importantes).

A pesquisa de Fleury (1983) sobre o cooperativismo no Brasil até a década de 1970 demonstrou duas linhas de estudos que procuravam focalizar a problemática cooperativista: uma que enfocava os aspectos doutrinários do cooperativismo e visava discutir seu papel no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira e outra calcada nos aspectos técnicos do cooperativismo, que buscava orientar seus estudos para áreas específicas na organização das cooperativas. A autora chama a atenção que, sem ignorar a importância dos aspectos doutrinários, a preocupação excessiva com esses aspectos impediu que alguns pesquisadores se aprofundassem na essência do problema, expondo o fenômeno cooperativista em toda sua complexidade, e prenderam-se ao potencial reformador implícito na doutrina, sem notar o real papel desempenhado pelo cooperativismo na sociedade brasileira, fato que levou muitos

---

<sup>29</sup> Em 1951 foi criado, pelo governo federal, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), com vistas a estimular e apoiar a cooperativa, em relação à permissão de financiamento ( BURSZTRYN, 1984) .

críticos a preverem o desaparecimento ou a transformação das cooperativas em empresas capitalistas.

Uma pesquisa realizada com produtores camponeses<sup>30</sup> e com as cooperativas, no período de 1976 a 1977, mostra que essas organizações privilegiavam os produtores em ação, isto é, aqueles que geravam mercadorias agrícolas, compravam insumos e realizavam financiamentos, pois, assim, as cooperativas teriam condições de garantir sua fonte de acumulação. A autora também expõe:

...o motivo fundamental dos camponeses se associarem em cooperativas deriva das condições subordinadas em que se encontram no processo de troca de mercadorias que expressa sua subordinação ao setor capitalista industrial. “Assim, mesmo que a cooperativa funcione juridicamente como propriedade dos associados, estruturalmente ela aparece como instituição que segue as determinações da reprodução ampliada do capital” (FLEURY, 1983, p. 29).

Diante dessas argumentações, para Bursztyn (1984), as cooperativas desfrutam de privilégios econômicos oferecidos pelo Estado (geração de infraestrutura e formação de uma “mentalidade cooperativista”). No entanto, possuem de uma forma ambígua os princípios “socializantes” utilizados para implantar objetivos “capitalizantes”, pois elas têm também o Estado como um freio. Assim, pode-se considerar a cooperativa como um “filho predileto do Estado”, embora não se trata de um “filho emancipado”. O Estado visa evitar possíveis desvios dos objetivos “capitalizantes” que acabem direcionando-as para os objetivos “socializantes”. Nesse sentido, fica evidente o caráter autoritário (de cima para baixo) do Estado, porque este assume um esquema financeiro que tende a evitar a emancipação financeira das cooperativas.

A partir desse quadro histórico sobre o surgimento e desenvolvimento do cooperativismo no Brasil, Fleury (1983) observa que a intervenção do Estado na economia, promovendo o cooperativismo, está ligada ao potencial econômico e ideológico desse movimento, uma vez que o cooperativismo pode ser visto como elemento essencial ao processo de modernização de produtos agrícolas e integração ao mercado. A autora também ressalta que esse papel poderia ser realizado (e o foi, em muitos casos) por empresas privadas. Entretanto, “na medida em que a cooperativa tem como objetivo fundamental propiciar o desenvolvimento dos produtores, colocando-se o próprio processo de acumulação como um

---

<sup>30</sup> Segundo Fleury (1983), a concepção de camponês se associa ao duplo caráter do camponês, como proprietário dos meios de produção e da força de trabalho, subordinado ao capital.

objetivo secundário, ela constitui um elemento privilegiado neste processo de modernização da agricultura” (FLEURY, 1983, p. 51).

Em decorrência disso, a partir da década de 1970, estudos relatam uma desmistificação do caráter reformista do cooperativismo e demonstram que este segue aos ditames da acumulação capitalista. Já no início dos anos 1980, o movimento cooperativista passa a trabalhar pela sua autonomia. Segundo Rodrigues (s/d), com a Constituição de 1988 o Estado estava proibido de intervir na constituição e no funcionamento das cooperativas, mas seria responsável pelo apoio e estímulo ao movimento. Assim, nos anos seguintes, houve uma expansão e reconhecimento das cooperativas, que passaram a depender mais da sua organização interna, da coesão e da participação de seus membros, como também buscam novos desafios e a ampliação de sua atuação, de modo a atender às necessidades de seus cooperados e à função social do empreendimento.

Para Presno Amodeo (2001), na maioria das vezes, as cooperativas são vistas como uma ferramenta de desenvolvimento do meio rural. Diferentes governos empregaram-nas como canal de políticas direcionadas ao setor agrário ou a grupos de produtores peculiares. Todavia, o Estado não demanda tanto esse papel de intermediação, deixando as cooperativas exercerem estratégias que possam garantir o seu desenvolvimento e o de seus produtores. Assim, algumas transformações na gestão da cooperativa foram realizadas, mas, muitas vezes, malsucedidas, já que nem sempre havia o apoio e compreensão de todos os membros.

Paralelamente, Presno Amodeo (2006) acrescenta que a modificação da relação do Estado com a atividade econômica provocou alterações nas relações e funções econômicas das cooperativas, uma vez que as intervenções setoriais são abandonadas como estratégia de política pública. De fato, as cooperativas perderam parte do apoio que significava contar com algumas atividades orientadas pelo Estado e passam a ter que demonstrar sua capacidade efetiva como empresas autônomas, eficientes, bem como escolher suas próprias estratégias de desenvolvimento. Com isso, desencadeou-se um processo de “empresarialização” das cooperativas, dando com maior foco à sua gestão econômica, minimizando a gestão social.

Entretanto, Vilela (2008) salienta que, para a transição do cooperativismo dependente para um cooperativismo autônomo, foi criado, em abril de 2000, pela Assembleia Geral da OCB, o Programa de Autogestão, coordenado pelo Serviço Nacional de Aprendizado do Cooperativismo. O programa executado pelas unidades estaduais é responsável por atividades de capacitação, acompanhamento da gestão das cooperativas e promoção social, contribuindo para a profissionalização tanto do quadro social quanto do quadro funcional.

Nesse marco, também se fortalece o processo de Educação Cooperativista que, segundo Valadares (2005), a partir de 1980 passa a fazer parte das atividades administrativas do moderno cooperativismo brasileiro. O contexto histórico do conceito e das práticas da Educação Cooperativista se dá em três momentos, o primeiro no final da década de 1970, caracterizado pela disseminação de conteúdos doutrinários Rochdaleanos em cooperativas agropecuárias com organização do quadro social em bases comunitárias, baseados em modelos de Comitês Educativos e conselhos de Representantes ou Núcleos de Desenvolvimento Cooperativista como meio de relacionar o quadro social e o quadro dirigente da organização. O segundo momento, final da década de 1980 e início dos anos 1990, representou a interrupção das atividades educativas em algumas cooperativas e a revisão dos métodos utilizados. O momento atual assinala-se pela retomada das atividades educativas como tática comum de modernização das relações entre a cooperativa e o quadro social norteados pelo conceito da cooperação como estratégia de competição.

A organização do quadro social vem como forma de comunicação, de relacionamento, na perspectiva de desenvolver o empreendimento cooperativo e conduz à formação dos Núcleos de Desenvolvimento Cooperativo. Assim, o papel que a educação cooperativista exerce é importante na moderna administração de cooperativas, pois atua como processo de aprendizagem de tecnologias de produção e de gerenciamento de negócios do produtor rural, além de favorecer a formação e concretização do pensamento empreendedor tanto no quadro diretivo quanto no associativo (Ibid., 2005).

Esses núcleos não são organizações associativas formais (com CNPJ), nem são demasiado difundidos no Brasil, não sendo reconhecidos como tais fora do âmbito cooperativo. No entanto, por terem sido identificados no caso em estudo, serão aqui apresentados. Segundo Santos (s/d), os Núcleos de Desenvolvimento Cooperativista são grupos informais que se reúnem, mensalmente ou quando necessário, geralmente por região geográfica, coordenados por assessores do departamento técnico ou por algum responsável da cooperativa, para discutirem assuntos pertinentes que sejam do interesse dos membros do núcleo, da cooperativa e da comunidade. Em cada um dos núcleos são eleitos, de forma democrática, seus representantes, que também se reunirão no Núcleo Central de Desenvolvimento Cooperativista ou Comitê Educativo. Este Núcleo Central é composto pelos representantes de cada Núcleo de Desenvolvimento Cooperativista, mais os membros dos conselhos de Administração e Fiscal da cooperativa e, portanto, possuem o objetivo de

aproximar a cooperativa aos interesses e necessidades socioeconômicas dos indivíduos organizados.

A origem dos Núcleos está relacionada à Organização do Quadro Social (OQS) da Cooperativa. A OQS é promovida pelos dirigentes das cooperativas e por órgãos de representação do cooperativismo, por ser essencial ao desenvolvimento de trabalho educativo de capacitação e formação dos associados, como também para a promoção da participação dos membros na organização (FERREIRA, 2009). Sampaio et al. (2008) acrescentam que a Organização do Quadro Social surge como uma prática institucional de participação e controle democrático nas cooperativas, o que caracteriza uma nova forma de expressão e integração entre os membros, viabilizando suas atividades individuais e coletivas.

Assim, por meio da OQS, organizam a formação dos núcleos, caracterizando uma mudança na estrutura organizacional, com uma distinta forma e peculiaridade no seu funcionamento. Valadares (1995) expõe que o objetivo da OQS é formar um espaço de poder na cooperativa, contribuindo para um maior número de associados na administração desse empreendimento coletivo. Do mesmo modo, funcionaria como uma atitude de mediação, ou seja, um canal de comunicação entre o poder central nas cooperativas e seus associados, proporcionando o aumento das representações dos interesses, além de intensificar e melhorar a relação entre os sócios e destes com a cooperativa.

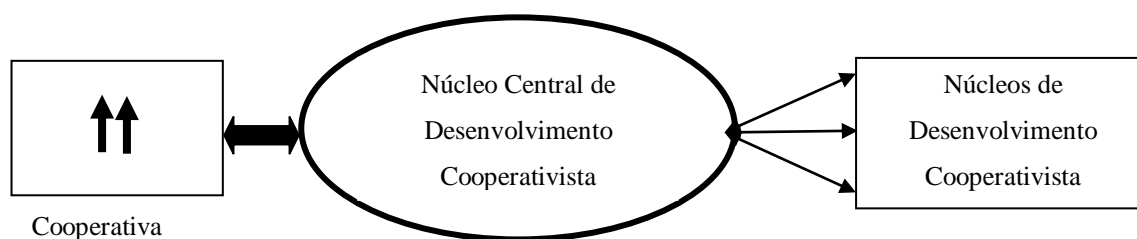
A pessoa responsável por fazer a mediação entre os dirigentes da cooperativa e os seus associados é denominada de Agente de Desenvolvimento Cooperativista. Deponti e Almeida (2008) chamam a atenção para o fato de que o processo de mediação gera consequências tanto para os mediadores como para os mediados. Para esses autores, a mediação baseia-se no reconhecimento de um saber-fazer dos mediados e na troca de conhecimentos ou saberes técnicos com os mediadores. A mediação institucionaliza um sistema de regras que influencia a mudança de comportamento e objetiva reduzir a desarmonia entre visões de mundo e promoção de diálogos entre elas.

Os autores também destacam que a mediação se configura por duas funções: de “porta-voz” dos conhecimentos técnico-científicos e de mediador entre estes conhecimentos e os conhecimentos populares. No entanto, muitas instituições atribuem aos agentes apenas a função de “porta-voz” e, por isso, eles devem ser, ao mesmo tempo, os divulgadores, os missionários, os propagandistas, os animadores, os técnicos e os retransmissores. Desse modo, os mediadores exercem um papel de salvadores ou emancipadores, ao transmitirem

outras visões de mundo e incorporarem novos saberes, enquanto os agricultores são vistos como destinatários passivos na elaboração de estratégias de seus próprios projetos.

Em relação à organização dos núcleos, Sampaio et al. (2008) afirmam que, primeiramente, ela se dará na área de ação da cooperativa, em uma comunidade local de associados, constituídas por “vizinhos”, em que o componente político central será o representante comunitário, eleito de forma democrática entre os associados daquela localidade. Em segundo lugar, a aglutinação desses núcleos acontece numa instância superior, centralizadora, de modo a permitir uma dominação mais direta sobre os espaços de poder local. Essa nova estrutura que se forma, denominada de Núcleo Central ou Comitê Educativo, é constituída pelos associados-representantes eleitos nas comunidades base.

O fluxograma a seguir representa tal organização:



**Figura 2** - Fluxograma sobre a relação entre cooperativa e associados por meio dos Núcleos  
**Fonte:** Santos (s/d).

Desse modo, os Núcleos de desenvolvimento Comunitário possuem o papel de discutir problemas, analisar questões que atendam às expectativas dos membros, oferecer eventos para melhorar produtividade, identificar novas lideranças e desenvolver trabalhos em parcerias com outras organizações. O Núcleo Central tem o papel de administrar a comunidade local ou todo o conjunto de comunidades, buscar alternativas para viabilizar os grupos, estabelecer mecanismos que conscientizem o cooperado como usuário e dono do estabelecimento, promover ações de integração do quadro social, entre outras funções, estabelecendo uma relação mais próxima entre a cúpula dirigente da cooperativa e as unidades locais. O que Sampaio et al. (2008) ressaltam é que o pano de fundo por trás das ações de articulação está marcado pela necessidade de domínio político do espaço pelas várias instâncias de poder.

## Cooperativismo em Luz

### Cooperativa de Produção Agropecuária de Luz LTDA. (COPAGRO)

O município estudado conta com três cooperativas. A primeira surgiu em maio de 1967, como Cooperativa de Produção Agropecuária de Luz Ltda., por parte do mesmo grupo que constituiu a Associação Rural, vindo a se transformar em Sindicato. Portanto, pode-se dizer que essa transformação da associação em sindicato possibilitou a ideia da formação da cooperativa como uma forma de ajudar na organização e comercialização da produção, já que ela passava a assumir outras funções ao se transformar em sindicato. Entretanto, a cooperativa não funcionou no ano de sua fundação, sendo reerguida apenas em novembro de 1971. Um dos representantes salienta:

[...] Ela (cooperativa) teve uma época, uma época complicada, teve problema financeiro, fechou, depois juntaram de novo, reergueram ela, ‘aumentaram’ a margem de capital, reergueram a cooperativa, teve pra ser fechada de novo, entendeu? Mas conseguiram, aí depois foi alavancando, a parte comercial, né? [...] (REPRESENTANTE D).

O não funcionamento da cooperativa durante esses anos associa-se ao contexto apresentado tanto por Nicácio quanto por Fleury, período do modelo de desenvolvimento econômico e pelo cancelamento de alguns incentivos tributários. Assim, muitas cooperativas, como esta foram fechadas, pois não havia recursos para se manterem no mercado. Sua reabertura se dá justamente no ano de 1971, quando o novo projeto lei (Lei nº 5.764, de 1971) é aprovado, voltando a conceder vantagens às cooperativas. Essas medidas beneficiam novamente o funcionamento das cooperativas no mercado, oferecendo uma série de facilidades de operação e isenção de impostos.

O representante E afirma que a motivação para a criação da cooperativa veio da inspiração de experiências de cidades vizinhas que possuíam cooperativas e estavam progredindo, além de valorizar a possibilidade de realizarem compras em grupo que permitissem reduzir os custos, porque não existia outra organização coletiva e nem comércio local que lhes permitissem obter vantagens de escala comprando em conjunto. Portanto, inicialmente, a organização surgiu com os objetivos de vender e exportar a produção de seus cooperados, buscando defender os interesses econômicos e profissionais e promover o bem-estar social, de acordo com a legislação.

A partir dos anos 1980, com o processo da autogestão, as cooperativas passaram a buscar novos desafios e expandir suas formas de atuação para se desenvolverem e oferecerem aos seus associados melhores benefícios. Nessa perspectiva, a cooperativa de produção agropecuária de Luz, nos anos 1990, passa a captar leite, criando um posto de recepção e resfriamento de leite *in natura* e, em 1992, filia-se à Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais (CCPR- ITAMBÉ), para que a produção dos associados fosse processada e industrializada, num processo de agregação de valor. Tal situação contribuiu para uma alavancagem na organização, aumentando muito a captação de leite na época. Porém, aos poucos, foi crescendo também a concorrência de empresas que captam leite na cidade, muitas vezes com o preço acima do oferecido pela Itambé, levando o associado a deixar seu próprio empreendimento para entregar leite para o concorrente.

[...] antes a concorrência era pouca, pelo que falavam era só a cooperativa, que maior assim que era casa de comércio, o produtor vinha, e ele ajudava ela crescer, mas também vinham e faziam suas compras aqui de consumo e adubos, e produtos e com isso ela ia crescendo. Hoje com a concorrência que aumentou muito, só na cidade aqui, na região, nós temos vários concorrentes que compram mesmo leite, que antes era só a cooperativa que administrava, agora hoje aqui na região tem vários compradores de leite, vários compradores de milho e ao mesmo tempo vários fornecedores de insumo também. Então o produtor hoje, o associado mesmo, mesmo sendo associado tá procurando onde tem a melhor opção tanto pra ele comprar como vender o seu produto (REPRESENTANTE E).

O representante E ainda complementa:

[...] então hoje cê sabe a gente vende o leite pra Itambé, nós somos filiados a Itambé, então a pessoa vem aqui e pergunta quanto a Itambé tá pagando o leite, eu falo que é um real, aí ele já vai na concorrência e fala olha a Itambé tá pagando um, cê paga quanto? Se ele pagar mais ele vai, se ele não pagar não vem, independente se ele é filiado da cooperativa ou não, hoje o associado o produtor não tá muito... fidelidade, não tem isso mais não, hoje tá indo pelo dinheiro mesmo, se for pra ele ganhar mais no leite e comprar mais barato em outro lugar ele vai (REPRESENTANTE E).

De acordo com Martins e Passador (2009), a redução da participação das cooperativas na captação de leite repete-se em várias regiões, ressaltando que, nos anos 1970, era de mais de 80% sua participação na captação e, atualmente, esse declínio tem a ver com mudanças tecnológicas e com aumento da concorrência, em especial de empresas multinacionais de processamento de lácteos.

Além disso, coincidentemente com o apresentado por Kramer e Faria (2007) e Offe (1988) sobre as questões de vínculos (identificação com a organização, sentimento de pertencimento e integração e cooperação) e sobre a participação quando os principais

interesses dos membros estão envolvidos, os depoimentos destacam que, mesmo quando os cooperados reconhecem a importância da prática associativa, são poucos aqueles que enxergam que o desempenho da cooperativa só será eficiente se ele (o cooperado) confiar no empreendimento e participar das tomadas de decisões. Cunha Filho e Pinheiro (s/d) argumentam que o problema não é a falta de conscientização, mas o nível de instrução e a falta de conhecimento que os membros possuem em relação aos procedimentos gerenciais da organização, que os afastam da participação nas decisões.

Conforme os representantes entrevistados, a cooperativa também sofreu mudanças em sua forma de atuar. Desde sua fundação, conseguiu ampliar o leque de serviços, oferecendo aos membros um supermercado para realizarem suas compras, uma loja agroveterinária, um galpão para estoque de insumos e o posto de recepção e resfriamento de leite, assistência técnica e a busca de informações para os associados e a comunidade. O número de associados também cresceu, chegando a mais de 700 membros registrados. Contudo, com o aumento da concorrência que enfrenta atualmente a cooperativa, ela perdeu muito espaço no mercado que antes dominava. Os entrevistados relatam, por exemplo, a dificuldade de trabalhar com notas fiscais, necessárias para se manter dentro da lei, e que muitos dos concorrentes conseguem evitar, sonhando e ganhando, assim, vantagens sobre a cooperativa, bem como conquistando os associados pelos menores preços aos que conseguem vender seus produtos.

Nota-se, portanto, que esta cooperativa surgiu na subordinação do Estado e vivenciou várias modificações com a lei cooperativista, bem como superou o período da redemocratização que trouxe a autonomia das cooperativas e uma maior preocupação com a questão da educação cooperativista. Nesse sentido, Presno Amodeo (2006) ressalta que a participação e o protagonismo das pessoas envolvidas ao serem priorizados, passam a lhes conferir maior responsabilidade na articulação das transformações e mediações dos processos em cursos. Assim, um representante afirmou que houve aumento na participação, mais no sentido de estarem “abertos” a novos conhecimentos, novas informações. No entanto, outro representante afirmou que não há participação nem envolvimento dos sócios na gestão, eles não frequentam assembleias e apresentam pouco interesse pela organização.

Para Valadares (2005), a pouca participação, o imediatismo e o distanciamento entre dirigentes e associados podem gerar consequências desastrosas para todo o sistema cooperativista; ao longo do tempo surgem insucessos que depreciam sua imagem perante o público e prejudicam sua eficiência. O autor considera que a participação não deve ser imposta, deve ser resultado de um movimento que surja do indivíduo e se expresse em

atividades solidárias. Desse modo, ele passa a sentir a organização como sua propriedade, valoriza-a e almeja que prospere.

Um meio que a cooperativa buscou para ampliar o envolvimento dos membros com a organização e promover a educação cooperativista foi a OQS. Outra motivação que levou a adotar esse trabalho foi por tê-lo visto e achado interessante em outras cooperativas. Em 2009, foram constituídos cinco núcleos conforme a área de atuação da cooperativa e um núcleo central, composto por representantes dos núcleos comunitários, porém, atualmente, apenas dois núcleos comunitários encontram-se “ativos” e não se realizam reuniões do núcleo central. Vale frisar que, das regiões atendidas pelos núcleos, apenas em uma comunidade não havia associação formalizada, e o interesse maior dos membros era utilizar o núcleo para conseguir formalizar uma associação, de modo que, por meio desta, conseguissem alcançar certos benefícios. Entretanto, a união do grupo não se fortaleceu, não conseguiram constituir a associação, nem o núcleo progrediu. Conforme representantes da cooperativa, a não continuação de outros núcleos foi devido à falta de adesão e iniciativa de algumas pessoas envolvidas e por alguns conflitos internos. Além disso, ao ser entrevistado, o representante de um núcleo que já não funciona expressou que esperava que o núcleo fosse “outra coisa”, o grupo tinha expectativas de que a cooperativa fosse ajudar os produtores que tivessem menos recursos, criticando-o por favorecer os sócios que possuem melhores condições financeiras. Na realidade, imaginaram que, por meio dos núcleos, também conseguiriam alguns benefícios diretos da cooperativa. Fica manifestado, nas falas dos entrevistados, que estes identificam as atividades associativas como ferramentas de conseguir vantagens, conseguidas sob a forma de barganha coletiva e não como resultado de ações de cooperação mútua.

Já os núcleos que mantiveram alguma atividade foram os de Campos dos Oliveiras e Olaria, nos quais se realizam as reuniões conjuntamente com a reunião das associações locais. O núcleo Campos dos Oliveiras é o mais ativo, graças à associação que vem desempenhando um trabalho considerado pelos entrevistados como “muito bom para a comunidade local”. O núcleo da Olaria também tem um apoio muito forte da associação, embora o representante saliente que “não está funcionando muito bem”.

A cooperativa disponibilizou uma pessoa como agente de desenvolvimento cooperativista para se responsabilizar pelos núcleos. Trata-se de uma pessoa muito reconhecida no município por atuar em diversas instâncias de organização dos produtores/trabalhadores rurais e suas organizações. Seu forte reconhecimento como mediador não só dos núcleos, mas também de outras organizações assemelha sua função ao

papel do extensionista rural, que será apresentado posteriormente. A influência desses mediadores acaba gerando uma relação de dependência por parte dos membros das organizações, pois eles sempre esperam que os mediadores resolvam seus principais problemas e, assim, não conseguem desenvolver o processo coletivo com autonomia.

O representante do núcleo de Campos dos Oliveiras expressou que, por meio do deste, houve uma maior aproximação entre o núcleo, a cooperativa e a associação, e muitos daqueles que eram apenas associados procuraram se associar ou se interessaram pela cooperativa via grupo informal. Como já mencionado, as reuniões núcleo-associação são realizadas em conjunto e os membros nem percebem diferenças, para eles os objetivos são iguais. Para tanto, o representante salientou que seria importante que as reuniões fossem separadas, de modo a realizar um melhor trabalho, mas, como os membros realizam diversas atividades e já possuem a reunião da associação, para não haver um desgaste com muitas de reuniões, realizam-nas em conjunto. É interessante notar que se trata de um grupo de produtores que se reúne para discutir questões do seu interesse, algumas das quais serão viabilizadas, utilizando sua identidade de associação e outras são encaminhadas via cooperativa. Diferentes formas organizacionais às quais pertencem os produtores servem para atender às necessidades desse grupo específico numa superposição de identidades e papéis organizacionais não facilmente distinguível. Essa coincidência entre núcleos de OQS e associações parece ser uma característica do município estudado. Não se encontraram relatos de situações similares em outras experiências de OQS.

As funções que vêm sendo realizadas, juntamente ao mediador, são algumas discussões do que se precisa para a comunidade, disponibilização de cursos de informática para jovens e cursos de tear para mulheres. Pensam até separar mulheres e homens nas reuniões, para terem mais liberdade de conversar e de planejarem o que querem. Também por parte dos responsáveis da cooperativa criaram uma feira-livre, embora não tenha sido dado prosseguimento a ela. Houve, ainda, algumas palestras e dinâmicas sobre cooperativismo. Como se observa, o foco que o mediador está trabalhando é sobre os filhos e mulheres de produtores/trabalhadores rurais associados, de modo que estes permaneçam no meio rural.

Nesse sentido, para o representante deste núcleo, uma mudança essencial foi informatizar os jovens, pois se considera que, atualmente, é necessário que se tenha acesso à alfabetização digital. Embora houvesse um curso, na expectativa de que o jovem encontrasse alternativas de lazer no meio rural, este contribuiu para que alguns conseguissem emprego na cidade, o que foi avaliado pelos entrevistados como um fator ao mesmo tempo positivo, por

terem outras oportunidades de emprego, e negativo, no sentido de cada vez existirem menos pessoas, principalmente jovens, residindo na zona rural. Este curso, patrocinado pela cooperativa e em parceria com a faculdade local, também foi realizado no núcleo da Olaria e em outra comunidade na qual se pretende constituir um núcleo, no entanto, nesta comunidade quase não há associados da cooperativa. Portanto, verifica-se que a cooperativa enxerga o papel dos núcleos como uma estratégia para conquistar novos cooperados. O fato de ter escolhido como pessoa encarregada de realizar essa tarefa um mediador vinculado aos produtores rurais genericamente e não se tratar de um integrante ativo ou um funcionário direto da cooperativa pode ter contribuído para que o resultado não tenha as características esperadas de um trabalho de OQS, mas só de promoção do trabalho em conjunto.

Em relação ao núcleo de Olaria, o próprio representante não vê diferença entre a associação, cooperativa e núcleo, para ele essas organizações atuam de forma igual, têm o objetivo de que “juntos se conseguem mais coisas do que se estiver sozinho”. Além disso, não vê evolução com o núcleo, afirma que a cooperativa já foi mais presente e hoje se encontra mais afastada. Entretanto, para ele, a cooperativa é uma forma de reforçar a associação e o mediador atua como incentivador de realizar cursos.

O depoimento do representante da cooperativa expõe um dos principais aspectos que prejudicou o real papel dos núcleos, o de levar a educação cooperativista e estabelecer uma “ponte de ligação” entre associados e dirigentes, viabilizando uma participação democrática na gestão do empreendimento coletivo:

[...] eles ficam mais ligado na associação na intenção de algum dia receber alguma coisa de governo e como o núcleo não é formal e não vai trazer nada pra eles em termo financeiro [...] então é onde eles não conseguem desligar da associação e virar só núcleo (REPRESENTANTE E).

Assim, mesmo que a estratégia de OQS com a criação dos núcleos não tenha dado certo em outras comunidades e não tenha alcançado todos os objetivos que os representantes almejavam, evidencia-se que o núcleo, em especial o de Campos dos Oliveiras, atendeu a uma diversidade de interesses de ordem social e econômica, voltados, principalmente, aos jovens e às mulheres, o que, de fato, possibilita à cooperativa cumprir com seus princípios, sobretudo o de interesse pela comunidade. Porém, para o sucesso do quadro social da organização é preciso que todos os cooperados e profissionais estejam envolvidos com esse trabalho e sejam capazes de lidar com os eventuais problemas que podem vir a ocorrer.

## **Cooperativa de Crédito de Luz LTDA. (SICOOB CREDILUZ)**

Já em relação à segunda cooperativa do município, a Cooperativa de Crédito Rural, esta é criada em agosto de 1988 e inicia suas atividades em fevereiro de 1989. Sua constituição se origina dos esforços de alguns membros do grupo que se mobilizaram para a fundação do Sindicato dos Produtores Rurais e da Cooperativa de Produção Agropecuária. Inspiraram-se estes mobilizadores a constituir a cooperativa de crédito pelo surgimento de uma cooperativa do mesmo ramo em um município vizinho. Assim, ao conhecerem o trabalho desenvolvido por esta, surge o interesse em estabelecer uma no município local, de modo que viesse a proporcionar crédito, estimular a poupança e prestar serviços financeiros mais vantajosos aos proprietários de terra. Segundo o *site*<sup>31</sup> do SICOOB CREDILUZ, o motivo que influenciou suas atividades a começarem em 1989 deve-se ao fechamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, já que este não poderia fazer compensação de cheques. Embora de portas fechadas, a cooperativa, em conjunto com outras e sob a orientação da Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais, buscou formas para solucionar a paralização e atender aos associados. Assim, estabeleceu-se um convênio com o Banco do Brasil, para compensar os cheques e realizar outros serviços.

Ressalta-se que o ano de sua fundação coincide com o ano da Constituição de 1988, que incluiu as cooperativas de crédito no Sistema Financeiro Nacional, possibilitando melhores condições para sua atuação. Cunha Filho e Pinheiro (s/d) também salientam que, nas décadas anteriores, o Estado utilizava as cooperativas como instrumento para inserir suas políticas, principalmente as de crédito rural, o que foi modificado a partir desta Constituição. Com o desatrelamento do Estado e a promoção da autogestão, o cooperativismo passou a depender mais da sua capacidade de organização interna, da coesão e da participação de seus membros, em vez dos controles e incentivos governamentais.

Graças à relevância do cooperativismo de crédito, o governo federal, por meio da Resolução nº 3.106, de 25 de junho de 2003, do Conselho Monetário Nacional possibilitou a constituição de cooperativas de livre admissão, ou seja, abertas a todas as pessoas civis e jurídicas que estejam aptas a utilizar os serviços da cooperativa e que estejam conscientes de suas responsabilidades, independente de serem ou não produtores/trabalhadores rurais. Isso ampliou as possibilidades de crescimento da cooperativa de crédito no mercado local.

---

<sup>31</sup> <<http://www.sicoobcrediluz.com.br>>.

A cooperativa de Luz funcionou, exclusivamente, como de crédito rural durante 18 anos, sendo transformada, em 2006, em Cooperativa de Crédito de Luz Ltda., ligada ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), e passou a admitir novos associados, procurando assegurar uma boa estrutura financeira e uma gestão eficiente, já que processo de conversão requer cuidados com a sustentabilidade financeira e de suas atividades. Entretanto, os representantes afirmam que, devido à cultura local, os membros enxergam a cooperativa como se fosse um banco comum, não se sentindo donos do negócio, e pouco participam da gestão.

Vilela (2008) cita Menegário (2000) e Bialoskorski Neto (1994) ao expressar que o princípio da livre adesão, às vezes, pode ser desvantagem para as cooperativas frente às sociedades anônimas. Para Menegário, a livre adesão leva à não limitação do número de membros, todavia, a legislação específica possibilita às cooperativas estabelecerem um limite em relação à sua capacidade de prestação de serviços. Para Bialoskorski Neto (1994), o princípio pode ocasionar uma situação contratual frágil, na medida em que permite ao cooperado transacionar com sua organização só quando lhe é conveniente, o que levaria a um desgaste econômico.

Conforme o Estatuto da Cooperativa de Crédito (2006), os objetivos que direcionam sua prática de operações e o exercício das atividades na área creditícia têm por finalidade oferecer aos seus membros assistência financeira, formação educacional - de modo a fomentar o cooperativismo e informações técnicas que contribuam para o aperfeiçoamento da produção e qualidade de vida -, bem como captar recursos, conceder créditos, prestar garantias e serviços, formar convênios com outras instituições financeiras, realizar aplicações de recursos no mercado financeiro entre outras operações, de acordo com as normas vigentes.

Os representantes manifestam que a sua principal função é a “venda” do dinheiro, ou seja, o serviço principal é o crédito. Desenvolvem também cursos de capacitação sobre gestão e qualidade em campo, com apoio do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; realizam palestras, em especial sobre gestão econômica, como controle de fluxo de caixa e custos, em alguns eventos, como na Semana do Produtor, no Dia do Empresário e no Dia C<sup>32</sup>. Manifestam preocupação com a responsabilidade social e a educação cooperativista.

Um dos principais projetos que auxilia os associados do meio rural e contribui para uma melhor relação entre os associados e a cooperativa é o Programa Balde Cheio, executado

---

<sup>32</sup> Dia de Cooperar - iniciativa do sistema Ocemg/Sescoop MG - integra ações voluntárias, envolvendo as pessoas em um movimento solidário, realizando algumas atividades na área de saúde, cultura e recreação.

em parceria com o Sindicato dos Produtores Rurais, FAEMG, SENAR Minas, Prefeitura Municipal, Cooperativa de produção agropecuária de Luz, Cooperativa Agropecuária de Esteios (que será apresentada mais adiante) e a Itambé. Este projeto busca promover o desenvolvimento da pecuária leiteira por meio de tecnologias adequadas e promoção do conhecimento, além de contribuir para sua gestão econômica, social e ambiental (CREDILUZ s/d). O depoimento abaixo retrata o projeto:

[...] o Balde Cheio vem trazer para o produtor é o modelo de gestão, talvez mais adequado ao sistema de produção dele, que na verdade o produtor hoje, né, vamos falar assim, tem trabalhado né, é muita a questão da cultura, então o que ele faz hoje é baseado naquilo que ele aprendeu a 30, 40 anos atrás. E o Balde Cheio vem para trazer pra ele uma tecnologia né que possa contribuir para melhorar essa parte da gestão e a parte técnica também, então a gente entra com alguns conceitos de fluxo de caixa, custo operacional, a gente tenta mostrar a importância disso aí pro produtor. Esse seria um dos objetivos do balde cheio [...] Além de fazer a parte social a gente tem também tem a questão do [...] a gente tem um associado que é assistido por um trabalho de assistência técnica e a partir disso aí ele consegue ter um resultado melhor, o resultado dele na cooperativa de crédito, se o resultado dele lá for positivo aqui também vai ser positivo, então a gente pensa dessa forma também (REPRESENTANTE F).

A CREDILUZ também disponibiliza uma série de produtos e serviços para seus associados (cartões, empréstimos e financiamentos, investimentos, seguros, dentre outros), além de servir para o acesso à política do PRONAF, dentre outras linhas de crédito. No entanto, como será apresentado no próximo capítulo, o PRONAF possui baixa procura, sendo acessado pelos agricultores por meio do Banco do Brasil.

Para os representantes da cooperativa de crédito, um objetivo a ser cumprido é fazer com que todos os associados identifiquem a organização como sendo uma cooperativa de crédito e saibam o real sentido do cooperativismo, evitando que eles a confundam como um banco normal, “banquinho” ou “Bancoob”, como muitos a denominam até hoje, parcialmente devido a uma cultura que foi implantada por diretorias anteriores.

Além disso, o representante G mencionou que o cooperado não compreende a questão de sobras e quotas, como também não vê vantagens em ser associado. Antes havia uma diferenciação nas taxas, que eram menores que as do banco, porém o governo reduziu as taxas dos bancos oficiais, igualando-as ou reduzindo-as ainda frente ao sistema cooperativista de crédito, o que leva os associados a preferirem os bancos e a minarem a relação com a cooperativa. O Representante G também salientou a falta de sentido de pertencimento e o que considera “incoerência” do sistema em relação às quotas partes.

As pessoas tem que ter ideia de pertencimento né, é deles, é dos associados né? Mas aí, é minha, mas então... me dá minha cota, eu tô apertado, cobre ... meu saldo devedor. Aí cê não pode fazer nada [...] Olha só que incoerência do sistema, eu chamo de incoerência, ele tem que fechar a conta dele, ele tem que sair da cooperativa para ter acesso à quota dele, nunca..., num é participativo (REPRESENTANTE G).

Pelas falas, nota-se que os associados esperam retornos rápidos de seu dinheiro, mas isso nem sempre acontece e eles acabam perdendo a fé na cooperativa. Por isso, os representantes não veem muita evolução na forma como os cooperados compreendem o sistema cooperativista, mas expressam que a nova gestão tem desenvolvido um trabalho muito voltado para a responsabilidade social, que antigamente não existia.

### **Cooperativa Agropecuária de Esteios (COOESTEIOS)**

A terceira cooperativa constituída é a Cooperativa Agropecuária de Esteios, que está localizada num distrito do município e surgiu em 2006, buscando as vantagens da cooperação. O relato abaixo apresenta a fala de um representante que contribuiu para sua constituição:

Nós criamos aqui uma cooperativa, a cooperativa da Coosteios, que já foi ao contrário, eles sentiram a necessidade de juntar para ter um melhor, um melhor poder de barganha, de negociação. E essa tá dando certo, porque eles tinham objetivo, né, um objetivo de melhorar a comercialização e a partir do momento que eles melhorarem essa comercialização, o seu produto que era o leite, eles na época. É nós custamos a conseguir 20 para formar essa cooperativa e hoje eles são mais de 200, então o que eles recebiam na época recebiam 50, não chegava 50, 48 centavos, na hora que eles juntaram o leite passaram a receber 75, a receber 80, então eles criaram com o objetivo certo [...] O que eu acho interessante é porque eles vieram buscar, então veio de baixo a demanda, não foi ninguém que chegou lá e vamos criar uma cooperativa, os próprios produtores sentiram que eles não sobreviveriam sem juntar (REPRESENTANTE A).

A história desta cooperativa começou assim:

A cooperativa iniciou com uma visita que eu fiz ao sítio do (outro mobilizador). Cheguei a cavalo ele tava lá na beira do sítio e nós começou a conversar e ele disse que nós tinha que... achando nós muito acomodado que nós devia fundar algo que pudesse reunir em busca de objetivo, e trocar ideia até tomar um guaraná, jogar um truque. Aí veio a pergunta: fundar o quê? Isto, aquilo, aquilo outro. Não, vamos reativar uma associação que tinha sido morta, morreu, criou, morreu. Não num, a diretoria dela não aceitava. Ai eu falei eu tenho uma amiga em Luz [...] eu vou ver com ela. Quando eu disse pra ela que eu queria fundar qualquer coisa, ela prometeu de buscar [...] professor do Senar pra dar nós, fazer um curso pra nós, e ele nos levou lá um curso sobre cooperativismo e socialismo, e depois desse curso, uma semana ficou fixa a ideia de fundar a cooperativa que veio com nome de fantasia Coosteios. É Cooperativa de pequenos produtores com renda familiar, Coosteios, foi esta, nós somos os idealizadores [...] (REPRESENTANTE H).

Observa-se a intenção de constituir algo que pudesse, de alguma forma, estabelecer uma união entre as pessoas e, ao mesmo tempo, permitir que elas tivessem um lugar para agrupar o leite e vendê-lo a um preço melhor que favorecesse os agricultores de “menor” porte, já que a outra cooperativa de produção agropecuária de Luz havia deixado de captar leite e era criticada por atender, principalmente, produtores de “grande” porte. Sendo assim, pode-se dizer que a COOESTEIOS se assemelha ao que Valadares (2005) expõe sobre o modelo cooperativo que se origina como uma alternativa democrática, fundamentada por relações solidárias, na perspectiva de criar processos de cooperação baseados na igualdade, equidade e justiça econômica.

Entretanto, o início da cooperativa foi um pouco conturbado, não se estava encontrando o número de associados mínimo exigido para formá-la, o que levou a associar produtores/trabalhadores rurais que não tinham interesse em fornecer leite para a organização, bem como não havia um local adequado para colocar o tanque de frio. A documentação da cooperativa demorou a ficar pronta, e houve problemas na primeira diretoria. Ela não estava pagando preço único, como combinado com os associados, desvirtuando do objetivo para o qual surgiu a organização. Portanto, quando uma nova diretoria foi escolhida, voltaram a fixar um preço único para todos os remetentes, além de estabelecer uma parceria com a outra cooperativa de produção agropecuária de Luz na venda e compra de materiais de insumos, começaram uma parceria com o projeto Balde Cheio e promoveram o oferecimento de cursos e palestras de interesse do produtor. Porém, como afirma outro representante, embora tenham diversificado os produtos, incluindo a venda de rações, insumos, produtos veterinários, entre outros, a principal função é vender o leite em comum para obter um preço maior.

Conforme se estabelece no Estatuto da organização, a cooperativa objetiva produzir, receber, transportar, classificar, armazenar, padronizar, beneficiar, industrializar e comercializar a produção de arroz, milho, feijão, leite *in natura* e seus derivados, hortifrutigranjeiros, além de prestar assistência técnica ou serviços aos associados, aprimorar as relações humanas na gestão de pessoas, finanças (tesouraria e contabilidade), produção (materiais e logística), comercialização e *marketing*, promover a educação cooperativista, privilegiar a mulher e a juventude rural, constituir-se por livre espontânea vontade de seus cooperados, dentre outras funções.

Uma das mudanças percebidas pelos representantes na forma de atuar da cooperativa, ao longo do tempo, foi o não diferenciar o preço segundo as quantidades, valorizando mais o produtor rural. O número de sócios também aumentou, embora, no início, tenha sido difícil

conseguir o suficiente para a constituição da cooperativa, hoje com 337 membros. No entanto, um dos representantes ressaltou que, embora houvesse aumento no número de sócios, isso não quer dizer que todos sejam totalmente participativos. Além disso, outra mudança importante para eles foi quando adquiriam uma sede própria, com boa infraestrutura para atenderem melhor seus associados.

### **3.6 Associações**

O associativismo é uma forma de organização da cooperação que vem sendo utilizada desde os primórdios da vida na terra em situações consideradas de difícil solução de forma individual. Portanto, as pessoas, grupos ou entidades se reúnem em prol de um objetivo comum, na perspectiva de superar tais dificuldades e, conseqüentemente, resolver problemas e alcançar benefícios comuns, estabelecendo normas entre si, para cada qual respeitar a vontade e desejo de todos.

De acordo com o Art. 53 do novo Código Civil (Lei ° 10.406, de 10 de Janeiro de 2002) “constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos” (BRASIL, 2002). Essa referência aos fins não econômicos modifica a legislação anterior, na qual as associações não tinham “fins de lucro”<sup>33</sup>. Sua constituição pode se originar por motivos sociais, filantrópicos, científicos, econômicos e culturais, além do interesse, da necessidade e da vontade de um grupo de pessoas que se organizam para desempenharem atividades em comum.

Alguns tipos mais comuns de associações, de acordo com Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (s/d), são:

- Associação Filantrópica: voluntários que se reúnem para ajudarem crianças, idosos e outras pessoas carentes;
- Associação de Pais e Mestres: organização da comunidade escolar para alcance de melhores condições de ensino e integração à comunidade;
- Associação em Defesa da Vida: em defesa das pessoas em condições marginais na sociedade ou com dificuldades de superar suas próprias restrições;

---

<sup>33</sup> Aprofundaremos nisso mais adiante.

- Associações Culturais, Desportivas e Sociais: baseadas ao meio artístico, com objetivos educacionais e de ascensão de temas ligados às artes e às questões polêmicas da sociedade (racismo, gênero, violência, entre outros);

- Associações de Consumidores: organizações direcionadas para o fortalecimento dos consumidores perante aos comerciantes, indústria e governo;

- Associações de Classe: concebem os interesses de determinada classe profissional e/ou empresarial (associações comerciais);

-Associações de Produtores: compõem as associações de produtores, de proprietários rurais com pequenas propriedades, de artesãos, em função de realizar atividades produtivas e ou em defesa de interesses comuns e representação política.

Sendo assim, a associação tem como fim prestar serviços sem visar aos lucros, distinguindo-se das outras entidades. Turra, Santos e Colturato (2002) afirmam:

As associações são, portanto, entidades constituídas de pessoas, sem fins econômicos, dirigidas por uma diretoria eleita, cujas funções estão subordinadas à vontade coletiva e democrática de seus associados e cristalizadas no seu Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral. Como sociedades civis que são, para existirem legalmente deverão inscrever seus contratos, atos constitutivos, estatuto ou compromisso de seu registro peculiar, observando o que preceitua a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, em seu artigo 120 e respectivos itens (TURRA; SANTOS; COLTURATO, 2002, p. 8).

Como mencionado, despertam-se dúvidas sobre a diferenciação pretendida entre a expressão “sem fins econômicos”, e “sem fins lucrativos”. Observa-se também que muitas associações poderiam desempenhar atividades econômicas e, mesmo assim, não ter fins econômicos. Ou seja, o novo Código Civil Brasileiro não diz nada a respeito das associações possuírem “atividades” econômicas, o que se menciona são os “fins” econômicos. Portanto, as associações poderiam realizar atividades econômicas, mesmo sendo sem fins econômicos (sem a partilha dos resultados obtidos com a atividade), geralmente para obter recursos com os quais se sustentar. No entanto, ainda proliferam as associações que foram criadas com fins econômicos, para ajudar agricultores familiares na sua inserção dos mercados, sendo aceitas até pela Companhia Nacional de Abastecimento para a implementação de seus programas. Dependendo do município ou do estado, algumas associações são obrigadas a se transformarem em cooperativas se quiserem continuar realizando atividades com fins econômicos, porém, em muitos lugares, essa legislação é ignorada. Reconhecemos que se trata de uma situação esdrúxula, mas comum no cenário associativo nacional.

Conforme Turra, Santos e Colturato (2002), para uma associação ser viável, ela deve desempenhar alguns papéis, como a representação e defesa dos interesses dos associados, estímulo ao convívio democrático entre os indivíduos, estímulo à melhoria técnica profissional e social, orientação no processo de comercialização, efetivação de operações financeiras e bancárias usuais, escrituração contábil simplificada entre outras atividades.

Em relação à evolução do movimento associativo de produtores, Sperry e Mercoiret (2003) observam que, nos anos 60, a política agrícola fundamentou-se em uma abordagem de “estruturação do meio rural”, a fim de que os agricultores controlassem seus próprios negócios. O modelo proposto (ou imposto) se orientou pelos princípios universais do cooperativismo, sendo preferida a forma associativa no caso de “pequenos” produtores pela maior simplicidade de gestão. A partir dos anos 1970, houve uma propagação dos “agrupamentos de produtores rurais”, com a perspectiva do desenvolvimento integrado e um enraizamento local, participativo ou de colaboração, reunindo atividades, funções ou determinadas categorias. Mas foi somente depois dos anos 1980 que emergiram organizações de iniciativas próprias e locais, independentes em relação ao Estado e ligadas ao movimento associativo.

Como expõe Pinheiro (1999) apud Araújo (2005), a partir da década de 1980 houve um processo de reavaliação do trabalho junto à “pequena produção” devido à contestação de que o modelo de extensão fundamentado no uso exagerado de insumos e defensivos industriais da década de 1970 não atendia totalmente aos produtores de menor porte. Além disso, acrescenta que a escassez de recursos advindas das reformulações da política de crédito agrícola nos anos 1980 ocasionou transformações que fizeram o sistema oficial de extensão procurar novos meios para a continuidade de suas atividades, por meio do “trabalho social” e pela “organização comunitária”. Desse modo, os técnicos de extensão rural foram (e ainda são) um dos principais agentes envolvidos na constituição de associações nessa tentativa de buscar soluções para a escala de produção das propriedades, possuindo um aspecto mais humanista ao promover reuniões e atividades que motivassem a participação dos agricultores, sem se limitar apenas à parte técnica.

Nesse sentido, a contribuição de Ruas et al. (2006) é válida ao retratar as mudanças no papel do extensionista. O serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER<sup>34</sup>) sofreu

---

<sup>34</sup> A Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, capítulo 1, inciso I a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), corresponde ao serviço de educação não formal no meio rural com a finalidade de promover processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

alterações nos seus estágios e suas culturas decorrentes da busca de novas alternativas mais eficazes nos programas de extensão. Essas modificações que vieram ao longo do tempo tiveram influências dos quatro períodos dos modelos de desenvolvimento rural. Primeiramente, do tradicional para o moderno, no período de 1948-1963, e logo após, entre 1964 a 1979, surge outro modelo direcionado para a modernização do campo, caracterizado pelo “difusionismo”. Já o terceiro período correspondeu à profissionalização do campo, ocorrida entre 1980 a 1989. Por fim, de 1990 a 2005, tem-se o quarto período, marcado pela urbanização do espaço rural e por metodologias participativas, caracterizado pela aproximação da sociedade civil com o poder público.

Mesmo reconhecendo a persistência da dificuldade em operacionalizar o serviço de assistência técnica e extensão rural, a área de conhecimento da Extensão Rural encontra-se em “tempos de mudanças”, perpetuando a necessidade de uma reorientação de seus pressupostos, visando ao desenvolvimento local que leve em consideração o diálogo com o produtor rural, na intenção de construir e solucionarem, juntos, seus verdadeiros problemas. Segundo Muniz (1999), cabe considerar, para essa, redefinição a localidade como forma de “construção de sistemas de conhecimento interativos”, em que as demandas da coletividade estejam envolvidas na construção das ações da Extensão Rural para a propriedade. A participação é, então, fundamentada pela construção de redes, em que diversos grupos possam atuar na organização e estruturação de uma determinada localidade.

É nessa conjuntura que o papel do extensionista foi redefinido, para que a mudança ocorresse, de modo a aumentar seu papel de intermediário entre pesquisadores e produtores rurais, passando a participar, de forma ativa e comprometida, na transformação social, promovendo a união dos atores rurais em prol da solução de suas problemáticas específicas, por meio de organizações rurais, em especial, associações e cooperativas. Entretanto, muitos produtores ou trabalhadores rurais aceitam a proposta associativa mais em reconhecimento da credibilidade desses mediadores do que pela compreensão do verdadeiro significado dessa forma organizacional. De fato, o desafio é levar os agricultores a compreender que eles mesmos devem controlar as organizações, gerindo-as e controlando suas atividades, bem como orientá-los de que, para participar de uma organização coletiva, é preciso que os membros abram mão do individualismo em prol do interesse do coletivo (ARAÚJO, 2005).

Araújo (2005) também destaca a questão da dependência que os membros das associações estabelecem com os extensionistas, ao estarem permanentemente esperando deles informações, orientações de como e o que fazer, ou de como conseguir algum benefício vindo

“de fora” da comunidade, numa relação de dependência ou subordinação, sem se preocuparem em buscar outras pessoas ou canais que também possam contribuir para melhorar a inserção da organização na sociedade e formular projetos coletivos. Desse modo, muitos associados continuam sem saber, com clareza, o que é o associativismo e qual o papel da associação a qual pertence.

Vale ressaltar a importância que a Constituição de 1988 representou para as associações civis. Segundo Ganança (2006), ela trouxe novas atribuições dentro do sistema político brasileiro, enfatizando seu papel protagonista no exercício do controle social e na influência da formulação das políticas sociais nos níveis das Federações. Além disso, o Estado brasileiro passou a reconhecer institucionalmente a plena liberdade associativa, o que possibilitou às associações se ocuparem de outros lugares institucionais na cena democrática nacional. Contudo, nos anos 1990, esse papel foi renovado com um novo discurso: “não mais da benevolência, da caridade e da filantropia, mas sim da eficiência, profissionalização, voluntariado, ineficiência do Estado e co-responsabilização da sociedade civil” (GANANÇA, 2006, p. 30).

Machado (1987) apresenta o ponto de vista do interesse do Estado e do interesse dos produtores em constituir associações. Para ele, na perspectiva do Estado, as associações, como entidades jurídicas, refletem a necessidade de construir um meio de intermediação com seu público e um instrumento de controle, proporcionando os objetivos de interferência governamental na área, enquanto que, no ponto de vista dos interesses dos produtores, a associação se apresenta como ferramenta para alcançar benefícios, quais sejam, equipamentos comunitários, serviços e infraestrutura produtiva que lhes admitam resistir como grupo social.

Desse modo, Galletta (2011) afirma que, ao criar a associação, a maior dificuldade é despertar nas pessoas a doutrina associativista, a prática da gestão democrática e o dinamismo, de forma que os associados saibam aproveitar as oportunidades, estejam motivados a participarem da organização, renovem constantemente suas lideranças, busquem autonomia, mantenham uma comunicação intensa com possíveis aliados e parceiros para projetos inovadores e se envolvam com os dirigentes na determinação dos rumos da organização.

Assim, o associativismo é uma forma viável de se propor meios aos produtores/trabalhadores rurais, uma vez que estes enfrentam dificuldades de inserções no presente contexto de desenvolvimento da agricultura brasileira. Destarte, por meio dos grupos organizados, podem propor, discutir e reivindicar ações direcionadas ao poder público.

## O associativismo rural em Luz

A cidade possui oito associações rurais registradas com CNPJ, conforme o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Luz. Existem outras associações no município, uma em processo de fundação, que ainda não possui o registro, e outras relacionadas ao meio urbano e que não serão consideradas neste trabalho. Portanto, optou-se por entrevistar os representantes das oito associações rurais que constam CNPJ. Estas associações possuem em torno de 20 a 35 associados. Não se fará um tópico específico para cada associação como se fez para as cooperativas, apresentando, num todo, suas especificidades e semelhanças.

Merece especial destaque o fato da desigual construção da identidade de “agricultores familiares”, tão relevante no país para definir as políticas públicas contemporâneas para o meio rural. Todos os entrevistados se identificam como “produtores”, mas não necessariamente como “agricultores familiares”, embora possam fazer parte de organizações que, até no nome, indiquem estar conformadas por agricultores familiares. Também algumas associações de produtores, conquanto não o manifestem nem no nome, nem no estatuto, têm associados que se autodenominam agricultores familiares. Produtor rural e agricultor familiar funcionam como sinônimos no ambiente organizacional do município estudado, não existindo entre eles uma diferenciação dessas identidades, muito pelo contrário, incluindo trabalhadores, arrendatários, meeiros como membros dessas organizações coletivas, mostrando um desenvolvimento difuso de tais identidades.

As associações estudadas se originaram a partir da década de 1990. Conforme as declarações dos representantes, observa-se que as associações rurais de Luz, de modo geral, surgiram com a finalidade de unir as pessoas no meio rural - que se encontravam isoladas umas das outras e sem incentivos para realizarem suas atividades -, bem como para buscarem informações, cursos profissionalizantes e alternativas de produção e comercialização, a fim de progredirem e enfrentarem as dificuldades vivenciadas, o que reforça a conceituação abordada por Valadares (2005) e por Turra, Santos e Coulturato (2002). Reiteradamente, os representantes afirmaram que a intenção de formar associações foi alcançar benefícios em conjunto, já que, individualmente, seria mais difícil conseguirem.

Evidentemente qualquer região ou área rural deste município pelo Brasil a fora o mundo inteiro, o agricultor, o pequeno agricultor enfrenta dificuldades imensas de apoio indispensável para a sua evolução no meio, sabe, rural e não há a menor

dúvida que a criação dessa associação teve um fundamento principal de unificar, de unir as pessoas em torno da entidade em busca assim de soluções junto a autoridades de modo geral, Municipal, Estadual, Federal e também procurando obter assim um, um, cursos, muitos deles realizados pela EMATER [...] procurando encontrar formas de amenizar as dificuldades que a gente sempre encontra pela frente, falta de transporte. Muitas ocasiões tivemos falta de energia elétrica, interrupções e problemas do transporte escolar. Então a associação tem uma série de funções, atividades a serem cumpridas para com, no nosso caso a nossa comunidade em particular né (REPRESENTANTE I).

Os acessos se você fazer a união, os acessos sai mais fácil, aí [...] muitas coisas transforma mais fácil para gente, chega mais fácil né, pra gente adquirir as coisas, porque sem a associação aí aperta mais, dá mais trabalho pra gente correr atrás das coisas [...] igual nós ganha adubo, semente, se não fosse pela associação nós não ganhava nada disso, as mudas mesmo de frutas, várias coisas, semente de horta mesmo, a gente ganhou bastante, tem muita coisa que vem pra gente através da associação (REPRESENTANTE J).

Observa-se que um dos mais importantes estímulos para a formação das associações está na captação de recursos/benefícios pelas organizações coletivas. O próximo depoimento revela que uma das principais reclamações das comunidades é conseguir um trator para arar as terras para o plantio, dado que se trata de estabelecimentos cujo tamanho não permite a compra de um, como também para conseguir máquinas para manutenção da caminharia rural, o que, por sinal, deveria ser um direito da população rural e não um favor do poder público.

[...] quando chega o plantio não tem nenhuma máquina, nem pagando ela num vem, porque ela tá trabalhando pros “grandes” e não pode parar lá. Vê se a gente conseguia do estado uma máquina uma coisa assim, mas até hoje não conseguimos, a não ser essa ajuda da prefeitura só para arar e fazer silo já tão ajudando, tem o trator, a siladeira [...] então a gente fala sempre que a prioridade nossa era um trator, mas será que nós, questionamos isso lá, será que nós damos conta de administrar esse trator, pra ele não dar prejuízo, porque aí chegar um ponto dele quebrar e ninguém quiser ajudar [...] então manter as coisas é mais difícil que adquirir [...] (REPRESENTANTE K).

Verifica-se que o trator é muito importante para os associados e que sua aquisição por meio da organização é almejada, pelo fato de possuir um custo alto e difícil de ser arcado individualmente por um agricultor. O trator também é um dos motivos que produz mais discussão e mais gera conflitos dentro dos grupos. Para compreender tal discussão, um dos representantes expressou:

O problema do trator é que vai um trator para a associação eles querem que o trator fique a disposição de um, quer dizer, é meu. Então eu vou usar à minha vontade, e os outros? Mas um trator para uma associação com dez associados, com vinte associados fica difícil, porque o trator cê usa todo no mesmo tempo, na mesma época. Eu preciso do trator, quer dizer em um mês ele tem que valer vinte associados, não dá. Que às vezes leva três, quatro dias para fazer o serviço de um associado e de outro. E o problema é sustentar o trator, o trator e tratorista, que o

trator requer mão de obra, para sustentar ele óleo diesel, mecânica, e tudo se quebrar uma peça tem que trocar, então requer essa manutenção, e eles não entendem que tem que ter um fluxo de caixa para consertar isso aí, ele não quer. Quer o trator de graça, fica difícil, fica difícil (REPRESENTANTE L).

Quando agricultores se estruturam em torno de uma associação, às vezes, eles não sabem muito bem quem são e qual é a sua posição ou o que seus colegas pretendem, e isso acaba levando a inseguranças em adotar determinadas decisões conjuntas. De acordo com Sperry e Mercoiret (2003), os agricultores enfrentam conflitos quando não sabem administrar alguma coisa que seja para uso coletivo como, por exemplo, o uso do trator.

O mau do produtor é que ele não se reúne, não se, assim, não se [...], não sabe o que é ser um associado, ele pensa que a associação existe em função dele só, ele exclusivo, não o grupo, individualmente. Então é preciso fazer um trabalho sobre isso, em cada associação para poder entender o que é uma associação, como ela funciona, por que que ela funciona (REPRESENTANTE L).

Todas as associações de Luz tiveram forte incentivo e apoio de técnicos locais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais para sua fundação, embora também tenha havido, em algumas associações, influência de líderes comunitários ou até mesmo de candidatos em campanhas políticas. Em relação a esse último caso, apenas um representante referenciou tal situação.

[...] na época ele (o candidato) tava fazendo campanha política aí, andou conversando com a gente aí, aí ele disse que já tinha ajudado a fundar algumas associações, e tal. Aí motivou nós a fazer uma reunião, conversar, aí trouxe o (técnico) aí também, que era da EMATER, aí enfim, nos resolvemos fundar ela, a associação (REPRESENTANTE M).

A influência política na formação de associação é considerada por alguns representantes como uma estratégia para ganharem votos. Os entrevistados manifestaram que os políticos constituem as associações, declaram que irão ajudar a conseguir diversos benefícios, para, depois das eleições, simplesmente esquecerem boa parte do que foi prometido. O depoimento a seguir ressalta isso:

[...] então essa forma de criar associação, várias, principalmente ano político, aqui, por exemplo, há três anos atrás foram criadas várias associações, e o único objetivo, a única fala foi que através das associações conseguiriam verbas, que através da associação conseguiriam ganhar sementes, adubos e eu acho que não é esse o objetivo duma associação, não é ganhar as coisas, não é ficar parado esperando, né? Mas sim, fortalecer através da associação [...] (REPRESENTANTE A).

Percebe-se que a compreensão do significado dessas organizações foi desvirtuada pela prática de fomentar a criação de associações, prometendo benefícios via políticas públicas. Assim, identifica-se nas associações o mecanismo social necessário para receber alguma ajuda que, de outra forma, não se conseguiria. A associação não é enxergada como o lugar do trabalho associativo, da cooperação, mas como o lugar da barganha coletiva, da obtenção de vantagens.

Isso é reforçado por outros depoimentos que relatam que, por não alcançarem o que desejam numa organização, começam a criar outra para suprir aquela e, assim, muitas ficam abandonadas, sem estrutura para realizarem uma boa gestão e melhorarem as condições no meio rural. “[...] o pessoal aqui é meio queimado com as coisas, o trem não deu certo, ele fala [...] Às vezes uma coisa não agrada ele. Ah vamos formar uma para nós [...] não segue nada [...]” (REPRESENTANTE K).

No entanto, a maior influência para a constituição das organizações associativas foi o tradicional apoio de técnicos da EMATER, que vêm realizando um trabalho permanente com as associações do meio rural do município. Todavia, coerente com o que afirmou Araujo (2005), é preocupante a relação de dependência que os membros formam com o extensionista, pois, embora esse técnico entre no “universo” dos produtores/trabalhadores rurais, realizando uma troca de saberes e contribuindo para uma melhor qualidade de vida destes, isso, em longo prazo, pode torná-los simplesmente passivos, sempre esperando que outros façam ou mostrem o que e como deve ser feito.

O autor também questiona a capacidade dos extensionistas, em geral, de intervirem na realidade das associações, diante das distintas funções que precisam realizar e sem possuírem uma capacitação específica para realizar tais funções. Assim, levanta uma dúvida: até que ponto os profissionais de assistência técnica e extensão rural e a militância dos movimentos da sociedade civil podem contribuir para o processo de organização e para a construção da autonomia comunitária?

O relato de um dos representantes expõe essa preocupação com o técnico da extensão rural no caso de Luz, devido ao fato de que se reduziu o número de técnicos, contando, atualmente, com apenas um que atua em toda a região.

[...] é preciso auxiliar o técnico da EMATER, ele precisa de mais, um auxílio muito forte pra ele pra poder a gente conseguir as coisas mais rápido possível, num é isso, então preciso que tenha, não sei, um auxílio mais técnico, mais alguém para ajudar ele, ele é sozinho, e sozinho não consegue fazer tudo (REPRESENTANTE L).

Apesar de reconhecer alguns limites na capacitação e saberes dos técnicos atuais para superar os níveis de dependência percebidos nas organizações coletivas dos produtores ou trabalhadores rurais, destaca-se que esses mediadores que atuam junto aos agricultores desempenham um papel fundamental na difusão da proposta associativa. E as associações criadas cumprem um papel essencial não somente relacionado às demandas de produção e comercialização, mas também ao surgimento de novas formas de relacionamento social, construção de identidades, constituição de novas lideranças políticas e exposição de novos problemas nas reivindicações dos agricultores (PINHEIRO, 1999 apud ARAUJO, 2005). Isso é compreendido também no caso de Luz pelo que salientou o representante N: “(...) eu acho que foi até uma coisa boa, porque a gente reúne assim, uma vez por mês, cada vez na casa de um, então é aquela alegria, conversa, põe os assuntos em dia”.

As organizações estabelecem seus objetivos em estatutos sociais. Das que disponibilizaram esses documentos, verificou-se que algumas utilizaram praticamente um mesmo modelo, constando os mesmos objetivos em todas elas: promover o desenvolvimento comunitário; melhorar o convívio entre os moradores locais; proporcionar aos associados e a seus dependentes atividades econômicas, culturais e desportivas, bem como atividades assistenciais e cuidados com a família; combater a fome e a pobreza (geração de emprego); promover cursos profissionalizantes; habilitar ou reabilitar pessoas com deficiências; incentivar a cultura e o esporte; e proteger o meio ambiente.

O conselho comunitário do Campinho, que tem também a forma organizacional de associação, determina apenas alguns destes objetivos mencionados acima: combate à fome e à pobreza, integração dos membros no mercado de trabalho, divulgação da cultura e esporte e proteção ao meio ambiente e saneamento básico.

Já outra associação apresenta os seguintes objetivos: buscar aumentar a produção e produtividade da agropecuária; criar pequenas indústrias caseiras; assistir as crianças, gestantes e idosos (programa de saúde); incentivar o artesanato local por meio de cursos profissionalizantes, dentre outros. O estatuto da associação dos produtores de mercado livre é o que mais se diferencia. Seus objetivos estão relacionados ao estímulo da produção e comércio de flores, plantas ornamentais, frutas, legumes, verduras, aves vivas, ovos, mel, produtos da lavoura e seus subprodutos, carnes, peixes, leite e seus derivados, alimentos de indústria caseira, vestuário e artesanato de confecção caseira; transporte, beneficiamento, industrialização e comercialização dos produtos dos associados; defesa dos associados;

representação dos interesses perante os poderes públicos e privados, dentre uma série de objetivos visando ao bem-estar do sócio, à qualidade dos produtos e à sua comercialização.

Embora impressione a grande quantidade de objetivos diferentes e o leque de atividades diversas que isso significa, na realidade, estes objetivos nem sempre são seguidos como estão descritos e a situação das associações apresenta variações em sua prática. Dos oito representantes de associações entrevistados, dois informaram que sua associação estava “meio parada”: uma devido à falta de reuniões e ao desinteresse dos membros e a outra ocasionada pela “desunião das pessoas” e a “má gestão de presidentes anteriores”, a quem se responsabiliza por não terem conseguido alcançar o que lhes interessava. As razões e constituições das associações também são distintas. Naquela em que se manifestou que há desinteresse dos membros, tem-se que foi constituída por pessoas da mesma família e por alguns da comunidade, na perspectiva de conseguirem máquinas para melhorarem a condição das estradas e tratores para aração; assim, o objetivo foi conseguir benefícios da prefeitura, que, ao não serem atendido como o esperado, aumentou o desinteresse pela organização. Nesse papel mediador a organização é percebida como um *dispositivo burocrático* que daria direitos a um atendimento especial por parte do poder público e que, quando não alcançado, desestimularia a ação coletiva, a qual, em realidade, nunca existiu para além da formalização desta organização. As associações seriam, assim, CNPJs e não instrumentos de ação coletiva.

As declarações dos outros representantes de associações que manifestam estarem mais atuantes indicam que as atividades mais desempenhadas por elas, de um modo geral, estão vinculadas a fornecer informações por meio das reuniões e realizar cursos profissionalizantes e palestras informativas. O ato de se reunir cria um espaço para troca de ideias e experiências, bem como contribui para uma melhor convivência na comunidade. Cria-se, desse modo, um espaço no qual iniciativas são discutidas e promovidas pelo coletivo.

Chama-se a atenção para duas associações que vêm ganhando destaque e admiração na comunidade pelo desempenho na obtenção de seus objetivos. Uma delas com a aquisição de uma fábrica de processamento de coco macaúba, por meio de um projeto apresentado ao Ministério Energia de Luz, o que proporcionou dinamização da produção, escoamento do produto e geração de renda. Conquanto, nesse caso, o poder público tenha viabilizado os meios para estabelecer essa unidade de processamento, trata-se de um projeto que foi desenhado pelos produtores de forma proativa e que foi conseguido em concorrência com outras iniciativas de outras localidades. A organização encara, agora, algumas dificuldades ligadas às incertezas em relação à expectativa de produção dos plantios, à liberalização da

licença ambiental para os produtores colherem os cocos conforme as normas ambientais e a melhores condições para atender a esse novo mercado.

A associação coordena o esforço dos produtores para solucionarem, conjuntamente, os desafios que significam fazer funcionar esse empreendimento coletivo. Nesse empenho, tem-se que articular seu acionar com diferentes instâncias de poder público, mas sem delegar a este a iniciativa e a gestão pelo empreendimento associativo. Não vamos discutir o fato de, como visto anteriormente, não ser uma associação o marco legal mais adequado para gerir um empreendimento econômico. A realidade brasileira mostra inúmeros exemplos de associações levando adiante, ainda, atividades econômicas, embora o Código Civil impeça. Pareceria que o poder público reconhece que se trata de um tipo organizacional facilmente gerido pela população e acaba admitindo uma realidade que, do ponto de vista jurídico e fiscal, não seria adequada. A insegurança legal e as futuras complicações na gestão podem ser vislumbradas em situações como as descritas.

A outra associação em destaque é a que apresenta os objetivos distintos das outras, uma das associações mais antigas em funcionamento no município, constituída em 1994 com incentivos da EMATER local e apoio da Prefeitura. O espaço onde ocorre a feira foi um terreno doado pela prefeitura e que recentemente recebeu ajuda de um político para que o fosse coberto e melhorasse a infraestrutura da sede. Esta associação, apesar de ter partido da iniciativa de técnicos extensionistas, sendo organizada “de cima para abaixo”, funciona fazendo da ação coletiva sua força, ou seja, unindo-se em prol de um objetivo desejado por todos e atendendo aos interesses particulares, de modo a melhorar sua qualidade de vida, como se vê expresso no depoimento:

Ela (associação) como diz os outros né, homenageou os produtor né, porque os produtor ficava sem recurso de vender, e hoje eles tem aonde ... vende. Produz e vende né [...] Cada um tem sua função, quase todos assim né, quase todo tem uma, um produz a carne, outro produz o leite, outro produz verdura, outro vai mais na parte da verdura e aí segue [...] Nossa feira ela começou com pouquinha gente, era na média de 13 integrantes, os associados né, e hoje nos estamos com 56 banca funcionando, então quer dizer cresceu muito né, melhorou muito, e era no tempo e hoje ela é na área coberta, de piso e área fechada, estacionamento, tudo [...] tudo direitinho (REPRESENTANTE O).

Nesse sentido, observa-se que a associação se mantém eficiente na execução de seus objetivos e os membros são motivados a segui-la. Dessa forma, de modo geral, é necessário que o objetivo da organização seja relevante para os sócios, bem como ela deve se mostrar eficiente em sua consecução. Assim como Turra, Santos e Colturato (2002) expressam, a

associação deve defender os interesses dos associados e estimular a convivência de forma democrática entre os membros, para a efetivação de suas atividades.

Outro aspecto que ressalva nesta associação mencionada é que nem todos os membros residem na zona rural, nem necessariamente são produtores rurais; alguns apenas possuem uma horta feita, às vezes, no próprio quintal de sua casa no meio urbano, mas se consideram legítimos produtores ao realizarem suas funções e conseguirem, por meio da associação, o lugar para vender seus produtos e formas de agregar valor à sua mercadoria. Desse modo, o representante entrevistado ressaltou que houve um aumento da participação nas reuniões, pois eles querem saber o que devem fazer para sempre poderem melhorar, seja sua produção ou a própria associação.

Por outra parte, também entrevistados de outras associações manifestaram se preocupar com a pouca participação dos associados nas reuniões e nas discussões, o que dificultaria a tomada de decisões relacionadas ao grupo e o alcance da autonomia, uma vez que se centralizam as ações na diretoria. O representante I salientou que, antigamente, “[...] havia um animo maior em tudo, agora com as implicações que a vida, cada vez oferece a mais ao cidadão ou cidadã, é, parece que a disponibilidade de tempo para curtir certos eventos elas vão sendo reduzidas [...]”. Assim justifica a não participação nas reuniões. É interessante notar que, na fala do entrevistado, a associação é vista como âmbito de lazer ou desfrute, já que os associados não teriam “tempo para curtir” os eventos.

Outro problema abordado por parte dos representantes foi referente a quem assumiria os cargos de direção. Uma vez constituídas as associações, é difícil encontrar alguém que se ofereça para dirigi-las. As razões alegadas são não haver remuneração para essa tarefa e que eles não possuiriam tempo suficiente para cumprirem as obrigações demandadas pelo cargo.

[...] fez a associação, mas ninguém na época queria ser presidente da associação porque [...] não ganhava nada. Aí um pegava e largava, aí outro pegava e largava, aí até que nós encontrou o presidente lá [...] e ele ficou, ficou um ano, nós achou bom, pois ele mais um ano, aí dentro de dois anos não podia mais ele ficar né direto, aí eu peguei o cargo, no lugar dele [...] O povo aqui não tá querendo pegar muito cargo assim nada, o povo aqui já não ganha nada, casca fora (Risos). O povo pergunta lá assim, quanto cê tá ganhando? [...] Hoje em dia quando cê fala que não tá ganhando, ninguém quer fazer nada pra ninguém mais [...] (REPRESENTANTE J).

Nesse sentido, as associações entrevistadas apresentaram diversas barreiras que, por sua vez, acabaram comprometendo a eficiência de suas funções. No entanto, como expressa o representante J “o sonho nosso é melhorar mais associação, crescer mais [...]”. Os entrevistados manifestaram esperança de, por meio das associações, também desenvolverem

alternativas que possibilitem manter os jovens no meio rural e, juntos, melhorarem a vida nesse local. Assim, as associações, no imaginário dos produtores, são depositárias da solução dos seus problemas, alguns muito além das possibilidades de qualquer associação, conforme mostra os relatos a seguir.

[...] tá difícil é, tá pouco, tá muito pouco o lucro de roça, tá trabalhando mais é no vermelho, porque cê tinha que ter um lucro bom para chamar mais gente para lá, e o cê dá conta de melhorar, agora uma cerca cai cê não tá tendo dinheiro para arrumar, um curral, a reposição do gado fica difícil, e outra coisa, cê vende hoje tá 85 arroba de vaca ou de boi gordo, cê vai comprar as pequenas é a 100, 120 então como cê vai esperar um lucro numa coisa que cê vende a 85 e compra a 100, fica esquisito né, então por aí cê vê que o lucro tá muito pequeno, que antigamente era dois por uma, hoje tá dando um e pouquinho um virgula não sei o que [...] Então (a associação) surgiu por isso, querendo ajudar, porque eu já tô no fim de carreira, quase todos tá, sou aposentado [...] quase todos são aposentado [...] mas a gente, então tamo com eles pra vê se juntando tudo melhora um pouco (REPRESENTANTE K).

[...] embora que tá meio capenga, a união do pessoal falha muito, mas mesmo assim ainda vale a pena, porque ali que se descobre, a pessoa tá fazendo um trem diferente e tá dando certo do cê mudar, porque se cê não for lá cê continua, fazendo, jogando dinheiro fora, cê fala assim, não o (técnico) mandou eu por tanto saco de adubo, um milho ou um sorgo, mas eu vou por só a metade, mas então, depois ele não vai dar nada aqui para gente, não adianta, cê não pois, mas cê também não colhe [...] (REPRESENTANTE K).

Conclui-se que, também em Luz, as associações desenvolveram um papel importante para os produtores/ trabalhadores rurais a partir do período de transição que marcou a democratização da vida pública, proporcionando um espaço de participação e de acesso a políticas públicas. Também pode-se afirmar que as associações estudadas apresentam um papel simbólico essencial para seus associados, na expectativa, de juntos, alcançarem seus interesses. Porém, ainda se verifica uma forte dependência das associações a respeito dos técnicos extensionistas, assim como pode-se afirmar que, no entendimento dos entrevistados, muitos membros não descobriram o verdadeiro significado de fazer parte de uma organização coletiva. Isso, de fato, dificulta às associações ganharem autonomia e desenvolverem melhor o seu papel. As associações ficariam, assim, num espaço de ação intermediário de embate entre o imaginário dos associados e o papel que para elas reservam as políticas públicas, ora ficando à mercê de entendimentos que as identificam como *dispositivos burocráticos* de mediação política, ora viabilizando a ação coletiva para consecução dos seus objetivos comuns.

### 3.7 Articulações entre as organizações associativas

Algumas das organizações apresentadas mantêm relações de parcerias, em conjunto, palestras, cursos profissionalizantes, compras coletivas, eventos - como o Dia C, festa do trabalhador, semana do fazendeiro, algumas viagens técnicas e dias de campo -, assim como também o já mencionado Programa Balde Cheio e leilões de gados. As organizações se relacionam na perspectiva de ampliar suas parcerias e propiciar uma convivência melhor, tanto no ambiente interno quanto externo às organizações. Também articulam sua atuação em outros espaços públicos construídos, dentre os quais o principal é o CMDRS.

Uma parceria muito forte é a que existe entre o SPR, a Cooperativa Agropecuária de Luz e a Cooperativa de Crédito, sendo esse vínculo devido ao próprio surgimento delas. Como já exposto, foram os membros desse sindicato que constituíram a Cooperativa Agropecuária e, logo após, a de Crédito. Além disso, são as organizações em funcionamento mais antigas do município e, embora possuam objetivos diferentes e independentes, sempre buscam realizar atividades em conjunto em benefício dos seus associados, muitos deles em comum. Também foi mencionado por elas o relacionamento que mantêm com a Cooperativa Agropecuária de Esteios e com as associações das comunidades rurais. A COOESTEIOS também manifestou manter tais parcerias com as organizações mencionadas e declarou se relacionar com outra cooperativa de crédito de outro município.

O STR, como parceiro, foi pouco citado pelas outras organizações, já que sua função se concentra quase que exclusivamente nos benefícios da previdência social. Mas, para o representante deste STR, existe um bom relacionamento com a Cooperativa Agropecuária, com a Cooperativa de Crédito, com o SPR e com as associações na realização de contratos, prestações de serviços e palestras informativas em eventos. Das associações estudadas, só duas relataram não ter relacionamento com as outras organizações mencionadas, só se relacionando com a EMATER e com a Secretaria da Agricultura da Prefeitura de Luz. As outras associações mencionam a COPAGRO, a COOESTEIOS, a CREDILUZ e o SPR, devido aos cursos do SENAR, a Secretaria da Agricultura e à EMATER. Além dessas organizações, também foram citadas organizações de outros municípios vizinhos, o IMA e o Banco do Brasil. Já os dois núcleos mantêm relacionamento com a própria cooperativa que os formalizou e com a associação de sua comunidade.

Vale mencionar que a prefeitura também, em alguns casos, apresenta-se num papel de interlocutora para as organizações, em especial as associações, na busca de benefícios, ajuda

financeira, trator e maquinários para arrumarem estradas, estabelecendo, assim, uma interligação da população com a prefeitura. No entanto, nem todos os representantes relataram conseguir este apoio, ficando com seus projetos parados:

[...] nós fizemos um projeto aí, pra nós, arrumar a estrada aí, sabe, nossa, nós não conseguiu não. Nós reuniu a turma aí fomos lá no prefeito, ele foi num, e nós queria só o caminhão e das máquinas, sabe, pra nós puxar o cascalho, nós ia colocar aquele entulho ali, aí até eu e mais o [...] nós resolvemos colocar por nossa conta, nós colocou ano passado e colocou esse ano, mas nós queríamos fazer pra todos, aí ele não concordou [...] (REPRESENTANTE N).

O que chama a atenção é que, por exemplo, a manutenção de estradas deveria ser obrigação das prefeituras, já que devem zelar pelo município, e existem recursos específicos arrecadados para a realização dessa atividade. Sendo assim, mesmo que existam aqueles que considerem esses serviços uma conquista da associação, a prefeitura estaria apenas cumprindo sua obrigação (gestão da coisa pública).

Cabe ressaltar que a pesquisa mostrou também, como era de esperar, que existem produtores filiados simultaneamente a mais de uma organização rural (associação, cooperativas e sindicato), diluindo-se a representação de cada organização e manifestando vínculos fracos com elas. Os entrevistados alegam que não conseguem participar de forma igual em todas as entidades, porque seria um excesso de reuniões e lhes tomaria muito tempo, afastando-os de suas atividades no meio rural ou porque geraria cansaço tentar participar de todas. Assim, acabam se envolvendo com a que mais lhes interessa. O depoimento abaixo ajuda compreender essa discussão:

Hoje tá indo mais [...] (organização X), porque ela tá sorteando um carro e dez bolsas de estudo em cada assembleia, então pode ser o que puxa, eu vejo falar que tem outras cooperativas [...] que vai muita gente, mas eles também sorteiam um monte de premiação, então tá sendo assim, tá indo não por causa de assembleia, tá indo pra concorrer aos prêmios, então aqui eu vejo muito ligado a isso, ninguém vem com interesse de participar não, mais é interessado nas premiações que tá tendo (REPRESENTANTE E).

Desse modo, retomando novamente a discussão de Offe (1988), percebe-se que predomina o interesse individual como motivação da participação na organização, nesse caso, como relatam os entrevistados, os membros participam das organizações quando têm o interesse de ganharem alguma coisa, e se envolvem mais com as que oferecem algum benefício para participarem das reuniões. O individualismo, o benefício em curto prazo, um sorteio, por exemplo, acaba sendo a maior motivação para participarem de assembleias e

reuniões, distorcendo completamente qualquer significado dessa participação. O estímulo à participação acaba se transformando num fim em si mesmo.

Alguns representantes salientaram que há uma participação mais verdadeira nas associações, por serem compostas de produtores/trabalhadores rurais de menor porte que utilizam seu espaço para discutirem os problemas e necessidades vivenciados por eles. No entanto, os representantes das associações, por sua parte, também salientaram a falta de participação e afirmaram que a maioria só participa quando há distribuição de algum produto.

Embora o excesso de reuniões leve a um desgaste, alguns representantes alegaram a importância do compartilhamento de associados, tanto para os produtores/trabalhadores rurais no acesso ao conhecimento quanto para a vida da organização, uma vez que contribuem no repasse das informações, principalmente entre o SPR, COPAGRO e CREDILUZ. Relatam também que o envolvimento com mais de uma organização ajuda aos associados a se tornarem mais capacitados para assumirem cargos, a se animarem a disputar eleições para diretoria. Porém, apenas os representantes de uma cooperativa salientaram haver disputa pelos cargos da diretoria; os outros afirmaram que, na maioria das vezes, são sempre os mesmos que se candidatam. A opinião generalizada é a de que as pessoas não estão interessadas em exercerem estes cargos, por não receberem uma remuneração. Além disso, todos ressaltaram que não há concorrência entre as organizações, considerando que, na maioria das vezes, elas se complementam. A única concorrência que aparentemente surge, às vezes, é no mercado entre as cooperativas agropecuárias, existindo uma disputa pelos associados na venda/compra de suas mercadorias. Institucionalmente, existe uma instância formal para exercer as parcerias resumidas aqui e que abriria espaço para a articulação das organizações com o poder público, numa coordenação em prol do desenvolvimento do município: o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, que será tratado no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 4 - CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E O ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Os conselhos gestores de políticas setoriais ou conselhos de políticas nas esferas Federal, Estadual e Municipal foram instituídos com a promulgação da Constituição Federal de 1988. No meio rural, surgem, mais recentemente, os conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável, principalmente a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar da linha Infraestrutura e Serviços que inseriu projetos ligados aos CMDRS a um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e estabeleceu um espaço para a construção e discussão de políticas para a agricultura familiar (OLIVEIRA, 2009).

Segundo Andrade (2009), os conselhos gestores emergem no Brasil, na área de saúde, a partir da lei que regulamentou a Reforma Sanitária em 1990 e, aos poucos, foram se expandindo para outras áreas sociais (criança e adolescente, assistência social, educação), sendo, em seguida, mecanismos de gestão nas áreas de trabalho e do desenvolvimento rural. A autora salienta que são instituições mistas, ou seja, formadas uma parte por representantes do Estado e outra por representantes da sociedade civil, com poderes consultivos e/ou deliberativos, o qual derruba as barreiras anteriormente existentes entre o Estado e a sociedade, abrindo espaço para a participação da população nas políticas locais. Andrade (2009) salienta que os Conselhos de Desenvolvimento Rural possuem o papel de protagonista de deliberações e ações que mostrem alternativas viáveis para o desenvolvimento, possibilitando dinamizar a economia rural.

Em Luz, o CMDRS foi criado no final de 2009, como o órgão gestor do desenvolvimento rural sustentável do município, com o objetivo de assegurar uma efetiva e legítima participação das comunidades rurais na discussão e elaboração do plano municipal. O CMDRS também proporciona um espaço de relacionamento entre as organizações, em que discutem-se propostas de mudanças para o meio rural, seja em aspectos econômicos, sociais ou de qualidade de vida, respeitando o meio ambiente. No entanto, até final do ano de 2012 não havia sido desenvolvido o Plano Municipal, o que coloca em questão a real importância da participação na gestão da política pública municipal e qual seria o verdadeiro papel do CMDRS.

Segundo Ferreira e Cardoso (2004), os Planos Municipais de Desenvolvimento Rural (PMDR) são utilizados pelos Conselhos<sup>35</sup> como forma de integrar assistência técnica, pesquisa, treinamento e infraestrutura, além de estimular a participação e articulação dos envolvidos. Sendo assim, os Conselhos são responsáveis por gerirem o PMDR, integrado ao Plano Diretor Municipal, que realiza a coordenação na elaboração do plano, fiscalização, acompanhamento e avaliação das ações delineadas e executadas no meio rural.

Apesar de alguns representantes dos poderes públicos salientarem a preocupação em elaborar o PMDR, Mattei e Cazella (2009) chamam a atenção para os efeitos dos vícios tradicionais de implementação de políticas públicas, ou seja, muitos compreendem o Conselho como uma plateia privilegiada, consideram que, apenas reunindo as comunidades e apresentando as propostas estabelecidas pelas equipes técnicas, é o suficiente para democratizar a política. O depoimento abaixo apresenta as funções do CMDRS bastantes semelhantes ao que os autores salientaram.

O conselho surgiu vamos dizer assim [...] devido à necessidade das associações se entrosarem entre si, quer dizer, não havia entrosamento, era uma associação aqui, uma fazia uma coisa, outra fazia outra, aí ficava difícil. Então através do (técnico da EMATER) foi feito uma reunião e aí nós pensamos em fazer o Conselho para poder a gente trabalhar sobre isso aí. E o conselho funciona dessa forma, vamos dizer assim. E nessas reuniões parece que no início era vinte associações só sobrou nove e dessas nove associações cada uma manda um representante e este representante recebe as informações que o CMDRS dá e na reunião ele deveria, deveria, é porque a maioria não faz, passar as informações que o CMDRS passou na reunião (REPRESENTANE L).

Percebe-se que a mobilização para a constituição do CMDRS de Luz partiu do técnico da EMATER. Moruzzi Marques (2009) assinala que a racionalidade burocrática e o saber técnico-científico dão aos técnicos das empresas de assistência técnica e extensão rural uma intensa legitimidade que lhes atribui competências para impor suas visões ao conjunto de agricultores. Mas o autor questiona sobre esta legitimidade dos técnicos da EMATER em sua função de mediadores entre os agricultores familiares e os poderes públicos, uma vez que sua representação social vem das características autoritárias da sociedade brasileira e conduz a uma atitude de dominação sobre os agricultores.

Entretanto, o técnico do Conselho de Luz é visto pelos representantes dos agricultores familiares como uma pessoa responsável por conferir uma troca de saberes. O técnico propõe

---

<sup>35</sup>Utiliza-se a denominação Conselho, neste trabalho, para representar os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

as discussões que são de interesses para todos os integrantes, em busca de favorecer a construção de um ambiente mais democrático, bem como busca criar meios para conscientizar os representantes das associações de que eles devem se unir mais e não se focarem em apenas alcançar benefícios próprios, mas sim de forma coletiva. Porém, mesmo o técnico exercendo um papel de mediador no Conselho e expressando que todos precisam exercer funções e tomar decisões, como já exposto no capítulo anterior, é preocupante a dependência que os agricultores passam a ter, pois em tudo esperam uma solução do técnico da extensão rural, não exercendo, assim, sua autonomia. Os temas são propostos pelo técnico e, embora se viabilize um espaço de discussão, aparentemente se conforma um espaço de capacitação ou conscientização sobre o papel dos representantes ou das associações. O aspecto deliberativo ou consultivo do Conselho requereria discussões com o poder público municipal sobre questões a serem implementadas, mas a figura relevante no Conselho é o técnico da EMATER, o que relativiza as suas funções reais.

Conforme Silva e Moruzzi Marques (2009), mesmo que haja precariedades no funcionamento dos Conselhos, isso é visto como favorável, pois eles se constituem em espaços para reorientações das políticas públicas direcionadas ao meio rural e é por meio destes espaços institucionais de participação social que se propicia um efetivo processo de democratização. Entretanto, os autores atentam para o fato de que, quando os conselhos surgem, ou sofrem reformulações depois de criados, para atenderem a exigências impostas por uma determinada política pública, como o PRONAF, por exemplo, acabam promovendo um ambiente artificial e de baixo reconhecimento social, além de falta de sensibilização e motivação para as pessoas participarem.

No caso do CMDR de Luz, ele não discute questões relacionadas a políticas federais ou estaduais, ou mesmo municipais, destinadas ao meio rural, nem definiu ainda o PMDR. As políticas públicas discutidas pelo Conselho estão relacionadas à “ajuda” da prefeitura local, juntamente com a Secretária Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente e da EMATER, para, assim, conseguirem algumas mudas, sementes, adubos, serviço de maquinários, entre outros benefícios via essas entidades e que repassam para as associações das comunidades rurais. Trata-se de uma política assistencialista implementada pela prefeitura e o Conselho seria uma instância de difusão que, como máximo, planejaria a execução dessas “ajudas” aos produtores. Percebe-se, assim, que o entendimento que muitas associações têm do seu papel como *dispositivo burocrático* de mediação política pode não ser gratuito, nem um erro dos agricultores.

Uma das importantes características dos CMDRs, no sentido da sua democratização, foi a definição da necessidade de uma representação privilegiada daqueles que deveriam ser os principais protagonistas nestes espaços: os agricultores familiares. Assim, os diversos estudos mostram que, do ponto de vista formal, esta presença majoritária dos representantes dos agricultores tem ocorrido. Apesar disso, no entanto, os artigos (Moruzzi, por exemplo) também concluem que a mera paridade numérica não tem significado ou garantido a pretensa simetria entre os atores integrantes dos Conselhos. Mesmo sendo um aspecto relevante na arquitetura das relações de poder nestes espaços, a distribuição numérica dos assentos entre diferentes segmentos é uma variável limitada para compreender como esta configuração realmente opera (SILVA; MORUZZI MARQUES, 2009, p. 16).

De acordo com Morruzi Marques (2009), a noção de paridade requer a aquisição de competências pelos membros envolvidos, o acesso à informação e formação são essenciais para a participação no campo político. Para ele, a disponibilidade e a remuneração das atividades dos conselheiros devem ser levadas em conta. Os membros dos governos que participam são remunerados e beneficiados por uma formação técnica, enquanto que os agricultores que possuem menores recursos e exercem diversas atividades, além de seus trabalhos, devem arcar com maiores custos.

O quadro abaixo apresenta a composição dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do município de Luz, baseado no Decreto nº 1.434/2012, de 10 de outubro de 2012, que se encontra em anexo.

**Quadro 3 - Composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Luz, MG**

<b>REPRESENTANTES DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS</b>	<b>REPRESENTANTES CIVIS E GOVERNAMENTAIS</b>
1. Associação dos Produtores Rurais de Olaria	1. Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transporte
2. Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Retirinho	2. EMATER
3. Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade da Marcela	3. Banco do Brasil
4. Associação das Famílias dos Agricultores de Goiabeiras	4. Instituto Mineiro de Agropecuária
5. Associação dos Produtores Rurais do Mercado Livre de Luz	5. Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
6. Associação dos Produtores Rurais de Sumaré e Região	6. Sicoob Crediluz
7. Conselho Comunitário do Campinho	7. Sindicato dos Produtores Rurais
8. Associação dos produtores rurais de Campos dos Oliveiras e Arredores	
9. Associação das Famílias de Pequenos Produtores Rurais do Limoeiro	

**Fonte:** Elaborado com base no Decreto nº 1.434/2012, de 10 de outubro de 2012 da Prefeitura Municipal de Luz, MG.

Alguns comentários merecem a constituição legal do CMDRS. Note-se que a Sicoob Crediluz e o Sindicato de Produtores Rurais estão numa coluna a parte, reconhecendo que não

representam aos agricultores familiares, por isso encontram-se junto aos representantes governamentais, na categoria de “representantes civis”.

A respeito dos nomes das organizações representadas, como foi mencionado, comprova-se que, embora nas políticas públicas promovidas pelo MDA, assim como nas diretrizes da EMATER, coloquem os agricultores familiares como público privilegiado, no nível municipal muitos destes agricultores, já que eles cumprem com o perfil legal, ainda se autoidentificam como produtores rurais ou “pequenos” produtores. Nota-se que todas as associações de comunidades rurais estão presentes no CMDRS, expressando uma relevante representação dos agricultores familiares. No entanto, não quer dizer que essa representação signifique que suas prioridades sejam sempre atendidas, pois, de fato, a majoritária parte dos agricultores familiares não garante uma simetria ou uma equidade de capacidades e competências entre os integrantes dos Conselhos na definição e operacionalização das políticas públicas, como mostram também outros estudos mencionados.

Das associações representadas, uma - a Associação das Famílias dos Agricultores de Goiabeiras - não possui CNPJ ainda, mas tem efetiva participação no Conselho. Já a Associação dos Produtores Rurais do Mercado Livre de Luz está incluída no decreto do CMDRS, porém o seu porta-voz afirmou não ter relação com o Conselho e nem com outras organizações do município; seu envolvimento maior é simplesmente com a EMATER e a prefeitura, atuando de forma mais independente.

Os representantes das demais associações coincidem em relatar que foi importante a criação do Conselho, pois, por meio das reuniões que ocorrem de dois em dois meses entre os membros da sociedade civil e membros do poder público, trocam-se ou recebem-se informações e conhecimentos, que devem ser repassados por eles às suas respectivas comunidades.

Fazendo um paralelo com a escada de participação cidadã de Arnstein (2002), como apresentado a seguir, na qual são definidos oito níveis de participação<sup>36</sup> e cada um representa o nível de poder do cidadão no processo de decisão sobre quais informações a serem divulgadas, quais objetivos e quais políticas públicas serão alocadas, quais programas serão

---

<sup>36</sup> Os níveis 1 (manipulação) e 2 (terapia) não possibilitam a participação, mas permitem que os participantes sejam “educados” ou “curados” pelos tomadores de decisão; Os níveis 3 (informação), 4 (consulta) e 5 (pacificação) concedem um mínimo de poder; o 3 e 4 permitem que os “sem nada” (sem poder) possam ouvir e serem ouvidos, o 5 permite que estes aconselhem os poderosos, mas eles não tomam a decisão final; já os níveis 6 (parceria), 7 (delegação de poder) e 8 (controle social) são níveis de poder cidadão, sendo que o 6 permite a negociação dos sem poder com os poderosos de forma igual e no 7 e 8 no cidadão “sem nada” detém a tomada de decisão ( ARNSTEIN, 2002).

executados e quais benefícios estarão disponíveis, constatou-se que os representantes das associações do CMDRS de Luz estariam nos níveis de participação 3 (informação) e 4 (consulta). Nestes níveis, segundo Arnstein (2002), há uma mínima concessão de poder, que permite àqueles desprovidos de poder ouvir e serem ouvidos. No entanto, se a informação for apenas via mão única, ou seja, dos técnicos para os cidadãos, e se a solicitação de opinião, a consulta, não estiver interligada a outros meios de participação, não se consegue garantir que as opiniões dos sem poder sejam aceitas pelos que detêm o poder.



**Figura 3** - Escada de Participação Cidadã de Arnstein (2002)  
**Fonte:** Arnstein (2002).

Assim, como apresentado em Luz, se a importância da participação neste Conselho - ou até mesmo nas organizações associativas - é a troca de informações, de opiniões, de conhecimento, isso, de fato, é um passo importante para a legítima participação dos cidadãos. Mas deve-se tomar cuidado quando estas informações vão numa única direção, apenas são do técnico para o cidadão e não há um processo de negociação, de trocas de ideias entre eles, pois o cidadão pode acabar não influenciando as decisões que devem ser tomadas e de nada adiantaria esse espaço democrático, no qual os membros estão buscando adaptar suas organizações e as políticas públicas conforme suas aspirações e demandas.

Além disso, a vitalidade dos Conselhos como ambientes de democratização das estratégias e políticas de desenvolvimento em nível local baseia-se na existência e intervenção de movimentos, associações, cooperativas e/ou sindicatos de trabalhadores rurais. No entanto, como se observa no CMDRS de Luz, não estão presentes a COPAGRO, a COOESTEIOS, nem o STR. Embora encontrem-se mencionados no decreto como “representantes civis” a

CREDILUZ e o SPR, os dirigentes entrevistados dessas organizações declararam não participarem do Conselho. É interessante notar que estas organizações não deveriam estar denominadas dessa forma no decreto, que classifica de forma errônea seus representantes, misturando organizações da sociedade civil com representantes de âmbitos de gestão pública. Não houve indagações especificamente sobre essa questão, mas a divisão no próprio decreto permite questionar sobre o papel que está sendo atribuído às organizações. Para tanto, fica evidente que a organização do Conselho ainda é difusa, ainda falta muito para transformar esse tipo de espaço democrático no modelo idealizado no âmbito da descentralização e da participação na gestão de políticas públicas.

Um representante do CMDRS entrevistado também afirmou que já houve o envolvimento da COPAGRO, do STR e uma participação maior do SPR, já que o vice-presidente era um dos representantes da organização. Lembra que a COPAGRO deixou de se envolver pelo fato de os representantes não terem disponibilidade de tempo para assistirem às reuniões e por não terem condições de arcarem com custos de hora extra para algum funcionário participar. Já a situação dos dois sindicatos está relacionada à candidatura política dos seus representantes, sendo um para vereador e outro para vice-prefeito, em chapas opostas. É interessante ressaltar que justamente as organizações que menos participam são as mais antigas no município e as que têm atividade mais ativa fora do âmbito do conselho. Elas são anteriores ao processo de democratização da sociedade brasileira, portanto, pode ser que ainda não entendam como próprio de suas atividades participarem dos espaços abertos para discussão pública, dado que, historicamente, isso lhes era alheio. Essas instâncias participativas são inovações para alguns segmentos que foram excluídos das tomadas de decisões e agora têm a possibilidade de mostrarem e defenderem seus interesses.

Para Moruzzi Marques (2009), os sindicatos de trabalhadores rurais são reorientados nacionalmente frente à emergência da categoria da agricultura familiar. No caso de Luz, todavia, não há uma mobilização sindical reivindicativa, pois a pauta principal do STR é a aposentadoria, sendo uma atividade de acesso à política pública de característica burocrática. A realidade estudada reafirmou os argumentos de decepção que o autor mencionado manifestou (Ibid., 2009) sobre a participação dos STRs nos Conselhos, uma vez que o sistema sindical dos trabalhadores rurais deveria ser o principal animador desse processo de democratização. Ele salienta que os Sindicatos dos Produtores Rurais raramente possuem um papel determinante nos Conselhos e, são às vezes, representados, mas seus porta-vozes pouco atuam e se manifestam. Essa situação descrita coincide justamente o observado no CMDRS

de Luz, pois, embora não haja uma participação efetiva do SPR, ele acaba sendo mais ativo que o STR, o que fragiliza a representação dos agricultores familiares.

Uma das principais questões discutidas no Conselho, as instâncias do técnico da EMATER, e que foi referida por alguns representantes das associações, relaciona-se à promoção da constituição de uma Cooperativa da Agricultura Familiar como uma forma de viabilizar a produção dos agricultores. Os argumentos expressos foram que além de contribuir para melhorar a produção do coco macaúba para a fábrica de óleo; a cooperativa poderia comercializar alimentos produzidos pelos agricultores familiares que possam ser vendidos às escolas no marco do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>37</sup>. Desse modo, a intenção é promover, entre os representantes do Conselho e das associações, a união das organizações que têm melhor desempenho em uma cooperativa para os agricultores familiares, já que consideram que as cooperativas existentes no município não atendem aos “pequenos” produtores e/ou trabalhadores rurais e/ou suas necessidades de diversificação da produção. Provavelmente o técnico esteja também ciente das dificuldades legais das associações para realizar esse tipo de atividade por ele proposta.

As situações descritas coincidem, novamente, com o identificado por Silva & Moruzzi Marques (2009), quando se referem aos obstáculos dos agricultores em assumirem uma participação mais autônoma nesse espaço de democratização, já que muitas organizações sociais estão numa posição de dependência, se comparadas aos atores políticos e /ou governamentais, sendo, muitas vezes, criadas por influências destes atores. Também observa-se o processo contraposto, no qual existem organizações e movimentos mais autônomos e ativos, mas que renunciam a participar de forma efetiva no âmbito dos Conselhos, gerando deslegitimação e esvaziamento desses espaços. Os autores se expressam:

Esta fragilidade da sociedade civil é problemática em diversos sentidos: em primeiro lugar, ela repercute negativamente sobre o processo de representação, uma vez que muitos representantes acabam tornando-se “representantes de si próprios”, por não terem o respaldo e o controle das organizações que representam nos CMDRs; em segundo lugar, tal vulnerabilidade torna difícil a realização de algo que está na base da própria ideia dos Conselhos, ou seja, a possibilidade de expressão e processamento público das demandas e propostas daqueles setores tradicionalmente excluídos dos centros de decisão políticas; por fim, sendo os CMDRs espaços estruturados a partir de relações de poder, implicando tanto cooperação quanto conflito, a fragilidade e, muitas vezes, a dependência dos atores sociais faz com que estes espaços deixem de assumir um sentido democratizante das estruturas político-institucionais, passando apenas a reproduzir e legitimar, com o “aval da participação”, as relações de dominação previamente existentes (SILVA; MORUZZI MARQUES, 2009, p. 19).

---

<sup>37</sup> Este programa será apresentado adiante.

Enfim, essa discussão deixa manifesta a complexidade de analisar os Conselhos como espaços de participação social em relação ao processo de democratização da sociedade, uma vez que se questiona o real sentido dessas experiências de participação na prática. Entretanto, é preciso compreender tais experiências no marco de uma trajetória que tenta superar os empecilhos à construção democrática no Brasil.

Como visto, nas últimas décadas ocorreram mudanças significativas na elaboração e implantação das políticas públicas no país, devido às reivindicações por mais descentralização e democratização da sociedade brasileira. As propostas de participação popular apresentaram-se como uma forma de democratização e de aumento da eficiência/eficácia das políticas públicas. Segundo Silva e Schneider (2009), invertem-se as prioridades da ação governamental, priorizando os segmentos sociais tradicionalmente ausentes do acesso às políticas. Esta participação permitiria uma ruptura com os mecanismos de desvio de recursos públicos, já que haveria maior controle e transparência na deliberação e implementação das políticas públicas, como também contribuiria para um melhor planejamento e monitoramento dos efeitos destas políticas. Tais fatores possibilitaram, ao longo da década de 1990, novos processos e canais institucionais que viabilizaram a participação social e surgiram constituindo um processo inovador em termos de instituições públicas brasileiras.

Frente a essa trajetória, e como já apresentado, em Luz foram as associações as que surgiram durante esse período, e mais recentemente a Cooperativa Agropecuária de Esteios e os núcleos de desenvolvimento cooperativista, que fazem parte da COPAGRO. Porém nem essas organizações, nem as mais antigas acessam as políticas públicas ou programas governamentais destinados aos agricultores familiares. A única exceção encontrada foi a CREDILUZ, que oferece, como parte dos seus serviços de crédito, o PRONAF e as linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Cabe esclarecer que se trata de linhas de crédito geralmente oferecidas a produtores individuais e, embora existam linhas de crédito para grupos, associações ou cooperativas de produtores, não foram identificados beneficiários desses financiamentos coletivos no município.

Entretanto, alguns representantes das organizações associativas relataram alguns problemas apresentados com o PRONAF:

O PRONAF é uma política boa, quase todo mundo hoje na área rural tem o PRONAF, todo mundo gostaria de pegar mais. Só que tem vários impedimentos, e é até não é bom que seja muito aberto não, porque se não o pessoal vai afundar nas dívidas [...] Sempre arruma um jeitinho para declarar que fez. Igual, por exemplo, fez uma, um financiamento aí, por exemplo, pra comprar vaca e não compra as

vacas, às vezes já tem na fazenda e aí fala que foi aquelas ali que comprou e não é e usa o dinheiro para comprar carro, pra comprar, reforma de casa na cidade e depois se enrola aí para pagar e outras coisas [...] A fiscalização do PRONAF acho que melhorou, tá pegando mais firme, mas mesmo assim a pessoa ainda acha um jeitinho (REPRESENTANTE P).

Importantes políticas públicas promovidas desde a esfera federal, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA<sup>38</sup>), que poderia ser acessado pelos agricultores de Luz, não estão disponíveis para eles. Houve relatos sobre produtores individuais que acessaram o PAA no passado, mas este foi descontinuado no município. Já o PNAE<sup>39</sup> está disponível, a EMATER faz o papel de articuladora e a escola local, de executora. Mas são alguns produtores/trabalhadores rurais individuais que realizam o acesso a essa política. Entretanto, ressalta-se que houve a menção da intencionalidade de constituir outra cooperativa distinta das existentes para começar a ter acesso às políticas mencionadas.

Os relatos sobre a experiência com o PAA no município são confusos. Conforme um representante, o programa funcionou durante quatro anos sob a responsabilidade de uma pessoa da prefeitura, depois houve colaborações com outras entidades na organização do Programa, como a EMATER e o SPR. A COPAGRO também quis participar, mas não conseguiu. Como problemas são relatados o excesso de burocracias, questões de contabilidade, repasses e atrasos de pagamentos que levaram à desmotivação e ao desinteresse dos agricultores em acessar tal política. Destaca-se, também, que os valores máximos do programa eram considerados baixos.

O representante da COPAGRO salientou que manifestaram interesse em participar da política do PAA, “porém como a prefeitura atuava em sua gestão, a cidade por ser pequena não comportava duas entidades cuidando do PAA”. Relata que fizeram reuniões, de modo que transferisse essa responsabilidade da prefeitura para a cooperativa, mas não houve consenso. Os relatos mostram um baixo conhecimento das sistemáticas do PAA. O Programa não continuou, como expresso pelo outro representante, fundamentalmente por atrasos nos pagamentos, ou menores valores dos produtos (abaixo do preço que conseguiam na venda por conta própria), além das burocracias existentes.

---

<sup>38</sup> Esta política é uma ação do programa Fome Zero que, segundo Bonnal e Kato (2011), promove o desenvolvimento da inclusão social, fortalecendo o segmento da agricultura familiar. O programa usa meios de comercialização para a aquisição dos produtos dos agricultores ou de suas organizações.

<sup>39</sup> O PNAE configura-se como o maior programa de suplementação alimentar na área educacional no país. Segundo o *site* do MDA (<<http://www.mda.gov.br>>), a Lei nº 11.947/2009 determina o uso de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para a alimentação escolar, na aquisição de produtos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

A política pública estatal que visa ao desenvolvimento rural, além da EMATER, que mostrou presença no município, foi o Programa Minas Sem Fome<sup>40</sup>, que também enfrenta problemas em relação aos prazos de entrega dos produtos. Entrevistados manifestaram que, “quando chega, chega atrasado”, ocasionando perdas no período de plantio, principalmente de milho e feijão. No entanto, chama a atenção a presença deste programa no município, já que ele se destina aos municípios com IDH menor, e talvez seja este um dos motivos que interfere no atraso dos produtos para o município estudado.

Em relação às políticas públicas municipais, a prefeitura de Luz informou que “auxilia” os agricultores na manutenção das estradas, disponibilizando máquinas (tratores) para trabalhos nas propriedades, desde que eles paguem uma taxa por hora de uso das máquinas e, finalmente, disponibilizando, em algumas comunidades, o transporte escolar. Cabe ressaltar que a manutenção da infraestrutura viária e o transporte escolar das crianças rurais são obrigações legais das prefeituras, recebendo os municípios fundos específicos do Ministério da Educação para financiar essa última atividade. Portanto, a principal política pública para o meio rural no município está restrita ao aluguel de maquinário, que apareceu referido reiteradamente nas falas dos entrevistados.

Existe um leque de políticas públicas destinadas ao meio rural, mas sua incidência é muito baixa, excluindo-se especificamente o trabalho da EMATER, que se apresentou como fundamental para as atividades rurais e, em especial, para o associativismo rural de Luz. Conquanto se promovam as organizações associativas e sua participação no CMDRS, percebe-se que essa instância participativa está muito aquém do papel desenhado para ela, teoricamente, nas políticas públicas. Fica manifesta uma distância entre o plano dos discursos teóricos e da realidade a respeito do papel desempenhado pela maioria das organizações associativas estudadas. No entanto, a realidade do município não parece ser uma exceção, quando comparada com estudos de outras localidades, embora se reconheça que existem avanços evidentes quando se considera a situação em perspectiva histórica.

---

<sup>40</sup> O Programa Minas Sem Fome foi criado no final de 2003 pelo Governo de Minas Gerais e executado pela EMATER- MG, sendo um subprograma do Fome Zero que tem por objetivo implementar ações que busquem a segurança alimentar e nutricional das populações vulneráveis à fome e à desnutrição. Portanto, o Programa procura reduzir a pobreza, resgatar a cidadania e inclusão produtiva, em especial os alimentos componentes da cesta básica para consumo e como meio de incremento de renda, de modo permanente e sustentável. O Programa possui como características: a) Projetos coletivos direcionadas à agricultura familiar; b) Parcerias; c) Atendimento prioritário aos municípios de menor IDH; e d) Forte controle social (<<http://www.emater.mg.gov.br>>).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo discutiu os papéis das organizações associativas e sua eventual relação com as políticas públicas para o desenvolvimento rural. Procurou-se discutir como estas políticas influenciaram o processo de desenvolvimento organizacional e os papéis atuais destas organizações, dadas às mudanças que as políticas públicas vivenciaram ao longo dos anos.

No que se refere às razões da formação das organizações estudadas, constatou-se que o sindicato dos produtores rurais é a organização mais antiga, fundada, inicialmente, como uma associação rural, na década de 1940, com especial participação de Josafht Macedo, líder da classe patronal do estado de Minas Gerais. Nasceu por uma demanda do governo e pelo interesse destes produtores em criar uma organização que os representasse e defendesse seus direitos, além de ser mais um meio no acesso às políticas públicas. A associação sofreu alterações em sua nomenclatura (de associação para sindicato rural, de sindicato rural para sindicato patronal rural e por fim para sindicato dos produtores rurais), após se ligar ao sistema FAEMG, antiga FAREM, e até buscar uma denominação que melhor identificasse seu público. Essa ligação com a FAEMG - e por meio dela, em especial, com o SENAR - conferiu ao sindicato um papel de destaque entre as organizações do município. Embora busquem, por meio desses cursos ou palestras, e até mesmo por meio de algumas prestações de serviços, criar um ambiente que seja mais participativo, seu papel continua sendo assistencialista, sem exercer uma função política representativa mais ativa e adequada aos tempos de hoje.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais também se mostrou pouco atuante em instâncias representativas ou reivindicativas, conservando seu papel de intermediário no acesso a benefícios previdenciários, o que, de fato, pode ser uma estratégia para sustentabilidade financeira do sindicato. Sua origem data da década de 1980, face à transição política, com o objetivo de representar a classe dos trabalhadores rurais. No entanto, superado o período de enfrentamento com os donos da terra, deixou de exercer um papel significativo no município como espaço democrático para que os seus membros pudessem participar de políticas públicas diferenciadas e peculiares ao segmento que representa, que tantas oportunidades oferecem no marco institucional contemporâneo.

Em relação às cooperativas, foram estudadas as três presentes no município. A COOPAGRO é a mais “antiga” delas, originada na década de 1960, por parte dos mesmos membros que fundaram o SPR. Entretanto, as atividades da cooperativa se iniciaram apenas

no ano de 1971, no marco de uma legislação específica que voltou a conceder certos benefícios para essas organizações. Sendo assim, o papel que desempenhava se direcionava para a venda e compra de produtos de seus “grandes” produtores rurais sócios. Nessa época, a COOPAGRO tinha praticamente o domínio do mercado local, embora hoje já enfrente dificuldades no mercado devido ao aumento da concorrência. A cooperativa foi evoluindo de acordo com as mudanças institucionais vividas, orientando suas atividades socioeconômicas de forma mais ou menos autônoma de instâncias governamentais e conseguindo se fortalecer como empresa cooperativa. Com êxitos e fracassos, observa-se que a COPAGRO adapta seu funcionamento para atender ao perfil de seus produtores associados, tentando, por meio de sua política de OQS, e pela formação de núcleos, promover a inserção de seu associado na vida da cooperativa e sua participação de forma abrangente na comunidade. Tem sua imagem associada a produtores mais capitalizados e não participa do CMDRS, nem de outras instâncias que promovam o acesso dos associados às políticas públicas.

A atividade dos núcleos cooperativistas chama a atenção pela sua superposição a associações já criadas ou a serem criadas. Considera-se que os resultados não foram satisfatórios, pois, para onde não houvesse associação, esperava-se que o núcleo existente se formalizasse em uma associação, para com isto alcançar benefícios e, para onde já existia, não houve uma separação núcleo-associação, não enxergando os membros diferenças e especificidades de um e outro. As atividades promovidas pelo mediador em pouco se diferenciam das atividades promovidas por outras organizações (SPR ou associações) e não necessariamente os núcleos cumprem seu papel como parte da OQS da cooperativa.

O SICOOB CREDILUZ foi a segunda cooperativa a surgir em Luz, originando-se, também, na mesma base social que o SPR e a COOPAGRO. Foi iniciada exatamente no ano da Constituição Brasileira como Cooperativa de Crédito Rural, para atender às demandas financeiras dos produtores. Mais recentemente, deixa de ser apenas de produtores rurais, abrindo-se a todo tipo de cooperados. É significativo que, como manifestado pelos próprios representantes, a maioria não enxerga essa organização como cooperativa, mas como um banco, sendo, inclusive, protelada pelos produtores quando visam ao PRONAF, por exemplo, não existindo uma valorização e um sentimento de pertença para com a organização da qual fazem parte. O trabalho que mais se destaca, segundo os entrevistados, é o programa Balde Cheio, que visa à melhoria na qualidade da produção e, conseqüentemente, ao aumento na renda.

Já a COOESTEIOS nasceu no novo milênio, pela demanda de um grupo de agricultores familiares que buscava uma alternativa para organizar-se e comercializar o seu leite. Com a ajuda de um mediador, esse grupo cria a cooperativa, no intuito de ajudar os “pequenos” produtores e unir a comunidade rural. Ainda está se estruturando, com um discurso que privilegia a autogestão, o relacionamento com seus membros, mas sem grande presença no desenvolvimento local.

Seguindo a lógica da nova institucionalidade brasileira, na qual organizações se multiplicam como espaços de participação para promoverem propostas de desenvolvimento, constatou-se também em Luz o surgimento de diversas associações. Elas se originaram com intenções diversas: como propostas política de candidatos, promovida pelos técnicos de EMATER em consonância com o imperativo da empresa de promover processos organizativos no marco da política de ATER, bem como pelo próprio interesse de agricultores em trabalharem conjuntamente para obter algum objetivo ou, não menos importante, pelo interesse de agricultores de conseguirem algum tipo de benefício por meio da associação.

O associativismo e o cooperativismo possuem um marco conceitual ancorado em princípios socialmente valorizados de solidariedade, ajuda mútua, esforço coletivo, o que é atrativo como discurso e suficientemente motivador para mobilizar as pessoas. Contudo, não deve ser confundida a potencialidade dessas formas organizacionais com o real exercício dos princípios e o alcance da autogestão vinculados a esse ideário. Foi evidente, em algumas falas dos entrevistados, a identificação das associações como *dispositivos burocráticos* de mediação política, como se formar parte de um grupo controlador de um CNPJ pudesse dar direitos exclusivos não alcançáveis de forma individual. A associação que mais se aproximou de seus princípios e tenta caminhar por conta própria, embora às vezes solicite ajuda aos interlocutores, prefeitura e EMATER, foi a do Mercado Livre que, pelo esforço coletivo, busca organizar a comercialização de seus produtos, criando uma nova realidade e não simplesmente esperando benefícios de projetos governamentais, como sugerem os discursos dos entrevistados de algumas das outras organizações.

As associações e as cooperativas manifestam ter alguns problemas similares, em especial a falta de participação dos associados e a falta de conhecimento sobre o papel da organização e o da própria função do associado. Os associados só manifestam interesse quando algum benefício lhes é concedido, não visualizam que, para alcançarem tais benefícios, ou até mesmo para conseguirem outros, é preciso compreensão e colaboração de todos e que isso, de fato, é um processo de longo prazo.

Muito presente no contexto organizacional do município é a figura do técnico (ou dos técnicos) da EMATER, assim como a do extensionista privado, vinculados a várias organizações (quem promove os núcleos, por exemplo). A criação e a vida dessas associações estão permeadas pelo relacionamento com esses extensionistas, que são referência para o mapa organizacional dos agricultores. Consequentemente, fica evidente também a relação de dependência que acaba se gerando a respeito desses mediadores, sempre esperando que eles solucionem os problemas que emergem ou que indiquem como devem ser solucionados. A iniciativa das ações praticamente descansa nesses dois atores sociais.

Na realidade, é preciso de um efetivo exercício de mediação ou uma efetiva prática da extensão rural, em que se realize a troca de saberes de forma horizontal, sem o viés de intervenção vertical que se verifica atualmente. Essa deficiência deve-se, frequentemente, tanto à capacitação recebida por pelos mediadores quanto pelas demandas institucionais impostas por seus respectivos cargos. Da mesma forma, os mediados precisam estar preparados para participarem ativamente dos espaços democráticos, pois, se persistirem essas práticas verticalizadas, centralizadas na figura dos técnicos, não se conseguirá que as organizações sejam perpetuadas.

Cumpram ressaltar que a pesquisa mostrou, também, como era de se esperar, que existem produtores filiados simultaneamente a mais de uma organização rural (associação, cooperativa, sindicato). Se, por um lado isso, é esperável, já que os diferentes tipos de organizações têm diferentes objetivos manifestos distintos, por outro fica diluída a representação dos produtores e manifestam vínculos fracos com elas, chegando até a constituir novas organizações para serem representados nas instâncias de gestão de políticas públicas, sem exigir de sua organização original o desempenho desse papel.

Fica claro que esses novos arranjos organizacionais alteram o comportamento de seus membros, pois estes criam expectativas, esperam mudanças, benefícios, esperam contribuir com escolhas e diretrizes de ações sobre a gestão de programas e projetos e, ao não saberem lidar adequadamente com esses espaços democráticos de participação, ficam desmotivados e algumas organizações abandonam ou paralisam suas atividades.

Todas as associações participam do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Este conselho funciona faz mais de três anos, supostamente como um órgão gestor de políticas públicas para o desenvolvimento rural, no qual a sociedade civil e os poderes públicos discutem, elaboram e gerem as políticas. Porém, ainda nem foi elaborado o plano municipal e quase não se registraram relatos de discussões sobre ele. Como Silva e

Morruzi Marques (2009) salientaram, a importância do CMDR é representar os agricultores familiares e criar um ambiente democrático no qual estratégias e políticas de desenvolvimento sejam elaboradas. A vitalidade desses Conselhos baseia na existência e intervenção ativa de movimentos, associações, cooperativas e/ou sindicatos de trabalhadores rurais. No caso de Luz, a participação maior é das associações, não havendo envolvimento das cooperativas nem dos sindicatos. O SPR até chega a ter um representante, como vice-presidente do Conselho, mas trata-se de uma intervenção quase simbólica, pela pouca atuação desse delegado. O STR, que deveria ser como um dos principais animadores desse processo democrático, omite-se, restringido sua atividade a questões burocráticas.

Pode-se notar que, embora seja recente o Conselho no município, e ainda esteja se adequando às exigências especificadas legalmente, há uma fragilidade em sua forma de atuação. As organizações que deveriam ser mobilizadoras e representativas não atuam como tal e o papel do CMDRS fica restrito a repassar informações. Novamente se evidenciou a dependência do técnico da EMATER, pois é ele quem determina os principais assuntos a serem debatidos.

Ademais, pode-se afirmar que as organizações mais antigas, como a COOPAGRO, o SICOOB CREDILUZ e o SPR, ainda não romperam totalmente com os papéis historicamente constituídos e encontram dificuldades para se adaptarem a essa inovação das políticas públicas. Trata-se de organizações que se desenvolveram em marcos institucionais diferentes e que também conseguiram ter uma vida organizacional própria, independentemente das ações da EMATER e da prefeitura, que são os dois polos de poder que dominam a agenda dos CMDRS. Também os papéis que representam foram conformados segundo percursos histórico-políticos específicos, que não são os que orientam organizações criadas mais recentemente e, portanto, não respondem aos mesmos critérios. A orientação privilegiada de atividades para a agricultura familiar ainda é embrionária e pouco faz parte do discurso destas organizações.

De fato, observou-se que o processo de descentralização nem sempre pode ser compreendido como mais democracia e eficiência nas políticas públicas. O ideal democrático não é apenas inserir o cidadão no processo democrático, não é apenas levar informações, conhecimento, mesmo que seja um passo para a participação, é preciso que os que não possuem o “poder” consigam se igualar aos que o detém nesses espaços, como o CMDRS, de modo a serem os protagonistas das tomadas de decisões e, assim, tenham suas ideias e preocupações levadas em consideração. Não obstante os entrevistados neguem a existência de

disputas de poder ou de conflitos, a falta de participação pode também se dever a conflitos ou disputas de poder, em torno de agendas ocultas ou de problemas que não foram explicitados nas entrevistas.

Como visto, o processo de descentralização deveria fortalecer as organizações existentes, criar novas e consolidar a participação democrática, de modo a distribuir, de forma igual, os recursos e promover o desenvolvimento rural, no entanto as organizações já existentes no município não se fortaleceram por esse meio, e as que se constituíram precisam ter mais autonomia para conseguirem se sustentar, não se restringindo a esperar que alguém resolva seus problemas ou que lhes ofereça algum benefício. A distorção dos fins organizacionais, induzidos por essa relação poder público-coletivo organizado de cidadãos, faz-se evidente e acende um sinal de alerta para aqueles preocupados com os valores relacionados ao cooperativismo, ao associativismo e à representação sindical.

Ressaltou-se, ainda, que muitas políticas públicas acabam sendo desenhadas para tipos ideais de organização, sem reconhecer as especificidades, também, das organizações específicas incorporadas ao processo de gestão coletiva de políticas públicas para satisfazer a vontade dos tomadores locais de decisão. Assim, as organizações não desempenham seus reais papéis, nem representam os interesses gerais da coletividade, tornando-se organizações sem “conteúdo”. Processos promovidos de cima para baixo dificilmente conseguem ser verdadeiramente representativos, nem sustentáveis para além das políticas que os originam e acabam esvaziando as organizações de significado. Reiterados esforços bem intencionados fracassaram, o que nos faz questionar essa insistência na utilização das organizações pelas políticas públicas. Na realidade, verificou-se que tal situação não é uma novidade, mas até quando essa história se repetirá? Como ficarão estas organizações?

Entretanto, percebeu-se que, aos poucos, mudanças no meio rural estão acontecendo, como, por exemplo, a discussão da nova cooperativa para agricultores familiares, a promoção de projetos produtivos, entre outros. Para os integrantes, o Conselho é uma novidade que traz consigo o interesse de querer melhorar a vida rural. No entanto, essas propostas estão mais alinhadas às recomendações da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária que com políticas específicas de desenvolvimento rural localmente promovidas.

Como descrito, as organizações, principalmente as mais antigas, e o STR não discutem políticas públicas e programas governamentais, apenas o SICOOB CREDILUZ trabalha com o PRONAF. Nesse sentido, as principais políticas públicas acessadas pelos produtores de Luz

e/ou programas governamentais assinaladas pelos entrevistados foram o PRONAF, o PNAE, o Programa Minas Sem Fome e a assistência de maquinaria ou mecanização agrícola oferecida pela prefeitura. Assim, a participação das organizações na implementação de políticas públicas é bastante reduzida.

A realidade do município estudado mostrou as consequências no plano organizacional de “camadas” sucessivas de políticas públicas, coexistindo objetivos, mecanismos e trajetórias criadas em marcos institucionais e políticos diversos. As organizações mais “antigas” convivem nesse novo marco institucional, geralmente, continuando com seu papel tradicional ou se adequando a determinados tipos de funções que foram adquirindo ao longo da sua trajetória, sem abandonar sua margem de conforto para realizarem suas atividades, enquanto as de criação mais recentes têm papéis frequentemente difusos por terem se constituído como mecanismos de , em busca de benefícios do poder público. Mesmo possuindo histórias diferentes e papéis equivalentes num mesmo ambiente organizacional, não se observou concorrência nem superposições entre elas. Além disso, verificou-se um elemento diferenciador entre estas organizações constituídas em marcos institucionais diferentes: as mais “antigas”, embora possam ser criticadas pela forma como cumprem seu papel, foram formadas partindo-se da vontade e da união de um grupo que queria se organizar, e isso favoreceu sua consolidação no município, após décadas de existência. Entretanto, nas mais recentes, evidenciou-se, de um modo geral, que indivíduos são estimulados a se utilizarem coletivamente de um CNPJ para aproveitarem determinados mecanismos de política pública, de modo a solucionarem seus problemas. Nesse processo não é cultivada a integração do grupo, nem o espírito associativo ou cooperativo. Promove-se a criação destas organizações para negociarem vantagens coletivas, o que reflete em organizações mais difusas que as organizações anteriores.

Em relação ao questionamento inicial deste estudo sobre quem é responsável pela determinação dos objetivos ou papéis das organizações, constata-se uma fragilidade na participação dos cidadãos. Nas organizações “antigas”, como já foi expresso, foi manifestada a falta de identificação ou de sentido de pertencimento por parte dos associados com a própria organização, enquanto que, nas mais recentes, na maioria das vezes, existe grande dependência de alguém externo à organização que conduza e indique o que elas têm que fazer. Portanto, não há uma condução e participação efetiva dos cidadãos como representantes de suas organizações nas políticas públicas, mas fica evidente que esse é um passo essencial para que os representantes possam, ao longo dos anos, conseguir compreender o potencial e o

significado de suas organizações e participarem ativamente do processo democrático, contribuindo para o desenvolvimento local. Portanto, no caso das políticas públicas, dever-se-ia estimular uma real participação na elaboração de propostas e ações para o desenvolvimento; contudo, como foi já visto, em Luz instâncias falsamente participativas são palco para que o poder público encene responder a demandas das organizações, quando, na realidade, só está cumprindo com suas obrigações mínimas, como no exemplo da manutenção de estradas rurais.

Permitiu-se perceber, assim, que a realidade não se constrói desde os escritórios dos fazedores de políticas. Ficou evidente que promover políticas públicas, atribuindo papéis às organizações, não garante que estas passem a desempenhar estes papéis que lhes foram determinados, sobretudo quando as organizações são anteriores às políticas específicas e já desenvolvem papéis e funções que se tornaram tradicionais para elas. Como os papéis precisam não só ser atribuídos como também assumidos para serem exercidos, a constituição de organizações em torno de um estatuto específico também não garante o cumprimento de determinado papel nem a consecução dos seus objetivos. A participação dos atores (individuais ou coletivos) no desenvolvimento é resultado de um processo, consequência da interação de uma longa lista de variáveis e fatores que só serão localmente expressos e dependerão diretamente das ações e relações destes atores locais, em que o marco institucional promove, mas não define os resultados.

Igualmente, processos sociais mais complexos deverão ser impulsionados para conseguir incentivar modelos verdadeiramente participativos de desenvolvimento, sem gerar dependências, para que, no marco das políticas públicas, as organizações sejam protagonistas, *locus* de cooperação e participação, verdadeiras ferramentas e porta-vozes de seus associados e não meros intermediários entre eles e os serviços estatais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 121-140, 2001.

ANDRADE, I. A. L. de. Conselhos de Desenvolvimento Rural: um espaço adequado para pensar o desenvolvimento local? In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MURIZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). **Políticas Públicas e participação social no Brasil rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 233-250.

APPENDINI, Kirsten; NUIJTEN, Monique. El papel de las instituciones en contextos locales. **Revista de LA CEPAL**, Santiago, n. 76, p.71-88, abril 2002.

ARAUJO, C. A. M e. Caracterização da Associação dos Pequenos Agricultores no contexto do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira- SP. 2005. 237f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2005.

ARNSTEIN, Sherry R. Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação- PARTICIPE**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002. (reimpressão sob permissão do Journal of the American Planning Association, publicado com o título “A ladder of citizen participation”, vol.35, n. 4, p.216-224, julho 1969. Traduzido por Markus Brose)

BARBOSA, R.S. Sindicalismo rural brasileiro nos anos 1990: os aposentados em cena. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11, 2003, Campinas, SP. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2003. p. 1-20.

BELIK, W.; PAULILLO, L. F. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, P. (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 2001.

BONNAL, P.; CAZELLA, A.; DELGADO, N. G. Subsídios metodológicos ao estudo do desenvolvimento territorial rural. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14). p. 35-60.

BONNAL, P.; KATO, K. O Processo Contemporâneo de Territorialização de Políticas e Ações Públicas no Meio Rural Brasileiro. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil**. Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14). p. 61-88.

BONNAL, P.; LEITE, S. P. (Orgs.). **Análise Comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

BOUDON, R., BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. Tradução de Maria L. G. Alcoforado e Durval Ártico. São Paulo: Ática, 1993.

BRASIL. **Código Civil**. Brasília: câmeras dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 De Janeiro de 2010.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acessado em julho de 2010.

BRASIL. **Lei Federal nº 5.764,16 de Dezembro de 1971.** Dispõe sobre a legislação cooperativista. Brasília/DF, 1971.

BRUNO, R. A. L. Nova República: a violência patronal rural como prática de classe. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 284- 310, jul./dez 2003.

BRUNO, R.; CARVALHO, A.V. de. Processos históricos: atores sociais no debate do I PNRA. In: BRUNO, R. et al. **Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder.** Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste.** Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

CARNEIRO, C. B. L. Conselhos de políticas públicas: desafio para sua institucionalização. In: SARAIVA, E.; FERRAREZI, E. (Orgs.). **Políticas Públicas.** Coletânea, v. 2. Brasília: ENAP, 2006. p. 149-166.

CLEGG, S.R.; HARDY, C. Organização e Estudos Organizacionais. Tradução de Ailton Bomfim Brandão. In: CLEGG, S.R. et al. (Orgs. ed. original); CALDAS, M. et al. (Orgs. ed. Brasileira). **Handbook de estudos organizacionais.** São Paulo: Atlas, 1998.

COSTA, L. F. C. **Sindicalismo Rural Brasileiro em Construção.** Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.

CUNHA FILHO, M. H.; PINHEIRO, J. C. V. **Algumas considerações sobre o cooperativismo agrário brasileiro.** Disponível em: <[www.sober.org.br](http://www.sober.org.br)> Acessado em 06 de março de 2013.

DELGADO, G. C.; CARDOSO Jr., J. C. C. Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. In: LEITE, P. (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 2001. p. 235-249.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. Gestão Social e Novas Institucionalidades no Âmbito da Política e Desenvolvimento Territorial. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (org.). **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil.** Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14). p. 89-130.

DELGADO, N.G. O Papel do Rural no Desenvolvimento Nacional: Da Modernização Conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: DELGADO, N. G. (org.). **Brasil Rural em debate: coletâneas de artigos.** Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. p. 28-78.

DELGADO, N.G. Política econômica, ajuste externo e agricultura. In: LEITE, P. (org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil.** Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 2001. p. 15-52.

DEPONTI, C. M., ALMEIDA, J. Sobre o processo de uma mediação social nos projetos de desenvolvimento: uma reflexão teórica. In: ENCONTRO DE REDE DE ESTUDOS RURAIS: TECENDO O INTERCÂMBIO: DIVERSIDADE E PERSPECTIVA DO MUNDO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO, 3, 2008, Campina Grande. **Anais eletrônicos...** Campina Grande: UFCG, 2008. Disponível em: <<http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/Cid%C3%B4nea%20Machado%20Deponti.pdf>>. Acessado em 24 maio de 2013.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia das Organizações**. São Paulo: Atlas, 2008.

EMATER. EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Minas Sem Fome**. Disponível em:< <http://www.emater.mg.gov.br>> Acessado em 17 de março de 2013.

EVANS, P. Além da “Monocultura Institucional”: instituições, capacidades e o desenvolvimento deliberativo. **Sociologia**, Porto Alegre, Ano 5, n. 9, p.20-63, Jan/Jun. 2003.

\_\_\_\_\_. **FAEMG: 60 anos de história**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em:< <http://webcache.googleusercontent.com>> Acessado em fevereiro de 2013.

FAJARDO, S. Complexo Agroindustrial, Modernização da Agricultura e Participação das Cooperativas Agropecuárias no Estado do Paraná. **Caminhos de Geografia [online]**. Uberlândia, 2008. Disponível em: < <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> >. Acessado em outubro de 2012.

FETRAF. Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar. **Quem Somos**. Disponível em <<http://www.fetra.org.br>> Acessado em outubro de 2012.

FERREIRA, P. R. A Educação Cooperativista em Minas Gerais: mapeando as organizações. 2009. 151p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2009.

FERREIRA, J. A.; CARDOSO, J. L. Papel do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural: a experiência de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, SP, v.34, n.1, jan. 2004. p. 18-27.

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global, 1983.

FRIEDBERG, E. **Análisis Sociológico de las Organizaciones**. Traducción parcial del N°. 28 de la revista Pour. Paris: Grep, 1972.

GALLETTA, C. E. K. Marcos Legais e Boas Práticas. **Revista Casa da Agricultura**, São Paulo, ano 14, nº 1, p.15-16, jan./fev./mar. 2011.

GANANÇA, A. C. Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. 2006. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UNB), Brasília. 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. SP: Atlas, 2002.

GRISA, C. As ideias na produção de políticas públicas: contribuição da abordagem cognitiva. In: BONNAL, F.; LEITE, S. P. (Orgs.). **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. p. 93-138.

GUERRA, G. A. D. Sindicatos Patronais versus Sindicatos de Trabalhadores Rurais no Estado do Pará: novas estratégias de representação política. **PAPER NAEA 124**, Agosto 1999.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acessado em 15 de novembro de 2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010**. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acessado em 15 de novembro de 2012.

KRAMER, G.G.; FARIA, J. H de. Vínculos Organizacionais. **RAP**, Rio de Janeiro 41(1): p. 83-104, Jan./Fev. 2007.

LEITE S. P. et al. Políticas públicas, desenvolvimento territorial: atores sociais no meio rural brasileiro. In: DELGADO, N. G. (org.). **Brasil Rural em debate: coletâneas de artigos**. Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. p. 319-362.

LEITE, S. Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. In: LEITE, S. (Org.). **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001. p. 53-95.

LEONARD, E. et al. A construção normativa do desenvolvimento sustentável nos contextos de sua “tradução em políticas”: uma análise pelas dependências de trajetória no Brasil e no México. In: BONNAL, F.; LEITE, S. P. (Orgs.). **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. p. 173-196.

MACHADO, E. P. (Org.). **Poder e Participação Política no Campo**. São Paulo: CAR, 1987. 152p.

MALAGODI, Edgard. O sindicato rural e seus parceiros: notas sobre um processo de mudança. In: WANDERLEY, M. de N. B. (org.). **Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Polis, 2004.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Ministério**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acessado em 23 de maio de 2012.

MARTINS, M. M.; PASSADOR, C. S. O papel da organização cooperativa no desenvolvimento de uma região: um estudo de caso de uma cooperativa de pequenos produtores de São Paulo. In: CONGRESSO DE SOCIOLOGIA BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. p. 1-19.

MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Planejamento e gestão do Pronaf Infraestrutura e Serviços: evidências a partir do Estado de Santa Catarina. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MURIZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). **Políticas Públicas e participação social no Brasil rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 175-199.

MEDEIROS, L. S de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programas**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acessado em 23 de outubro de 2012.

MORUZZI MARQUES, P. E.; FLEXOR, G. Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural: questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura. **Cadernos do CEAM (UnB)**, v. 7, p. 45-66, 2007.

MORUZZI MARQUES, P. E. Participação e Pronaf: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MURIZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). **Políticas Públicas e participação social no Brasil rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 51-119.

MUNIZ, J. N. A Extensão Rural em Tempos de Mudança. **Informe Agropecuário**, 20 (199): p. 56-61, 1999.

NAVARRO, Zander. Meio século de transformações do mundo rural brasileiro e a ação governamental. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, Publicação trimestral, ano XIX- Edição Especial Aniversário do Mapa- 150 anos, jul. 2010. p. 107-118.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

NETTO, C. G. A. M. A política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional. In: BONNAL, F.; LEITE, S. P. (Orgs.). **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. p. 221-252.

NICÁCIO, José Angelo. Alianças estratégicas entre agroindústrias integradas em cooperativas. 1997. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, 1997.

NUNES, E.M.; et al. Governança, inovação e sustentabilidade na gestão do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). In.: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 5., 2012, Belém/PA. **Anais...** Belém/PA: UFPA, 2012. p. 1-15.

OFFE, C. La Atribucion de Un Estatus Publico a Los Grupos de Interes: Observaciones sobre el Caso de Alemania Occidental. In: BERGER, S. **La Organizacion de Los Grupos de Interes En Europa Occidental**. Traducción de B.G.R. Centro de Publicaciones Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. España, 1988.

OLIVEIRA, H. A gestão social das políticas públicas no meio rural brasileiro. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MURIZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). **Políticas Públicas e participação social no Brasil rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

OCB. ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS.. **Ramos**. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>Acessado em maio de 2012.

PAIDA, Zenilda. Trabalhador Rural. **Conteúdo Jurídico [online]**, Brasília-DF, 24 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,trabalhador-rural,36550.html>>. Acessado em 23 de outubro de 2012.

PEREIRA, A. C. Contribuição à Análise e Estruturação das demonstrações Financeiras das Sociedades Cooperativas Brasileiras: ensaio de abordagem social. **Contab. Vista e Rev.**, Belo Horizonte, v. 6, n.1, p.33-41, dez. 1995.

PEREIRA, J. R.; BRAGA, M. J. **Introdução à Administração de Cooperativas**. Curso de pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão de Cooperativas. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2003.

PEREIRA, V. S.; SILVA, A.W.B. Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural: O Caso de São Thomé das Letras. CONGRESSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SISTEMAS AGROALIMENTARES: OS AGRONEGÓCIOS NO CONTEXTO DE INTEGRAÇÃO DAS NAÇÕES, 47, 2009, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: SOBER, 2009. p. 1-15.

PICOLOTTO, E. L. O “Fazer-se” dos Agricultores Familiares como Sujeitos de Direitos. **Pensamento Plural**: Pelotas [04]: p. 91-115, janeiro/junho 2009.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Ranking do IDH dos municípios do Brasil- censo de 2000**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br.>>. Acessado em 04 de janeiro de 2013.

PORTAL LUZMG. **A cidade/ História**. Disponível em: <<http://www.luzmg.com.br/acidade.php>>. Acessado em 17 de jun. de 2012.

PORTO, N. A. S. O olhar da aprendizagem nas políticas públicas: processos, interações e alternativas – a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). ENCONTRO DAS REDES DE ESTUDOS RURAIS, 5, 2012, Belém/PA. **Anais...** Belém/PA: UFPA, 2012.

PRESNO AMODEO, N. B. As cooperativas e os desafios da competitividade. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 17, p. 119-144, outubro 2001.

PRESNO AMODEO, N. B. Contribuição da educação cooperativa nos processos de desenvolvimento rural. In: PRESNO AMODEO, N. B.; ALIMONDA, H. (Orgs.). **Ruralidades**: capacitação e desenvolvimento. Viçosa-Minas Gerais: Ed. UFV, 2006.

RAMOS, C. Capital e Trabalho no Sindicalismo Rural Brasileiro: Um estudo acerca da CNA (Confederação Nacional de Agricultura) e da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) – 1964-1985. **POLIS**: Laboratório de História Econômico – Social, 2010.

REED, Michael. Teorização Organizacional: Um Campo Historicamente Contestado. Tradução de Jader Cristo de Souza Silva e Marcos Cerqueira Lima. In: CLEGG, S.R. et al. (orgs. ed. original); CALDAS, M. et al. (Orgs. ed. Brasileira). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.

RICCI, Rudá. **Terra de ninguém**: representação sindical rural no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

RODRIGUES, R. **OCB faz 40 anos**. Disponível em: < <http://www.diadecampo.com.br>> Acessado em novembro de 2012.

ROMANO, J. O. Redes de política pública. In: BONNAL, F.; LEITE, S. P. (Orgs.). **Análise comparada de políticas agrícolas**: uma agenda em transformação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011. p. 139-172.

ROMANO, J. O. **Política nas políticas**: um olhar sobre a agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

RUAS, E. D. et al. Resgate Histórico. In: RUAS, E. D. et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável - MEXPAR**. Belo Horizonte: março, 2006. p. 13-20.

SALIMON, Mário. Descompasso entre Instituição e Organização: seis pontos para promover o alinhamento. **Artigos, Gestão da Estratégia, Gestão do Conhecimento, Teorias Organizacionais**. Abril 23, 2010. Disponível em: <<http://blogs.mariosalimon.com>> Acessado em maio de 2012.

SAMPAIO, D. de O. et al. Organização do Quadro Social: O Caso da Cooperativa Campos Altos do estado de Minas Gerais, Brasil. Juventude, educação e cooperativismo. ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO, 5, 2008, Ribeirão Preto/SP. **Anais...** Ribeirão Preto/SP: FEA USP, 2008.

SANTOS, F. E. de G. **Organização do Quadro Social de Cooperativas**. Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo de Minas Gerais SESCOOP/MG. s/d.

SARAIVA, E. Introdução à teoria da política pública. In: SARAIVA, E.; FERRAZERI, E. **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEBRAE/MG. SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<http://www.sebraemg.com.br>>. Acessado em 25 de fevereiro de 2013.

SENAR. SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL. **O SENAR**. Disponível em: <<http://www.senar.org.br/novo2012/index.php/institucional/apresentacao/>>. Acessado em 17 de maio de 2013.

SEVÁ, J. T. Classes patronais rurais e conflitos sociais: um estudo sobre as ações das organizações patronais rurais frente à questão ambiental. 2008. 135f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2008.

SICOOB Crediluz. **Balde Cheio**. Disponível em: < <http://www.sicoobcrediluz.com.br>>. Acessado em 13 de março de 2013.

SICOOB Crediluz. **O Sicoob Crediluz**. Disponível em: < <http://www.sicoobcrediluz.com.br/pg.php?id=6>>. Acessado em 13 de março de 2013.

SILVA, J. G. Da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SILVA, M.G da. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural e Organizações de Agricultura Familiar no Município de Espera Feliz-MG. 2010. 112 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2010.

SILVA, M. K.; MORUZZI MARQUES, P. E. Democratização e políticas públicas de desenvolvimento rural. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MURIZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). **Políticas Públicas e participação social no Brasil rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 9-20.

SILVA, M. K.; SCHNEIDER, S. A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: uma análise do Pronaf Infraestrutura e Serviços no Estado do Rio Grande do Sul (1997-2000). In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MURIZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). **Políticas Públicas e participação social no Brasil rural**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 147-174.

SILVA, T. A. A. da. **O sindicalismo rural e os caminhos para a autogestão**: uma superação do assistencialismo. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

SPERRY, Suzana; MERCOIRET, Jacques. **Associação de pequenos produtores rurais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2003.

STARLING, H. M. M. Os “barões da terra”. In: STARLING, H. M. M. **Os senhores das gerais**: os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, 2002. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/57253448/03-Aatr-Pp-Papel-Politiclas-Publicas>>. Acessado em 21 de outubro de 2012.

TURRA, F. R.; SANTOS, F. E. de G.; COLTURATO, L. C. **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo**: Associações e Cooperativas. Brasília, 2002.

VALADARES, J. H. Participação e poder: o comitê educativo na cooperativa agropecuária. 1995. 86f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural) - Universidade Federal de Lavras, Lavras: UFLA, 1995.

VALADARES, J. H. **Teoria Geral do Cooperativismo**. Viçosa, MG: UFV. Pós-Graduação em Cooperativismo, 2005. (apostila)

VILELA, R. H. P. Governança corporativa em cooperativas de saúde: proposição de um modelo diagnóstico. 2008. 300f. Dissertação (Mestrado em Controladoria) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

WANDERLEY, M. de N. B. **O mundo rural como espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WAUTIER, A.M. **A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas**. Tradução de Sérgio Miola. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.

### **Fontes de Documentos**

ASSOCIAÇÃO DAS FAMÍLIAS DE PEQUENOS PRODUTORES FAMILIARES DO LIMOEIRO. **Estatuto**. Luz, 1993.

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DA MARCELA. **Ata de apreciação e Aprovação do Estatuto Social**. Luz, 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DA MARCELA. **Ata de Fundação, Eleição e Posse da Diretoria**. Luz, 2007.

ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO RETIRINHO. **Ata da Reunião de Constituição e Aprovação do Estatuto Social**. Luz, 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO MERCADO LIVRE DE LUZ. **Estatuto Social**. Luz, 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE OLARIA. **Ata de apreciação e Aprovação do Estatuto Social**. Luz, 2000.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE OLARIA. **Ata de fundação, eleição e posse da diretoria**. Luz, 2000.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA OLARIA. **Ata de Reconstituição da Associação**. Luz, 2005.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE SUMARÉ E REGIÃO. **Ata de Constituição e Aprovação do Estatuto Social**. Luz, 2010.

ASSOCIAÇÃO RURAL. **Ata de fundação e instalação**. Luz, 1946.

BRASIL. CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. **Decreto nº. 1.434/2012, de 10 de outubro de 2012**.

CONSELHO COMUNITÁRIO DO CAMPINHO. **Ata da Solenidade de Fundação, Aprovação do Estatuto, Eleição e Posse da Diretoria.** Luz, 1997.

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. **Ata de posse dos membros.** Luz, 2009.

COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE ESTEIÓS LTDA. **Estatuto Social.** Luz, 2012.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LUZ LTDA. **Estatuto Social.** Luz, 2009.

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE LUZ LTDA. **Estatuto Social.** Luz, 2000.

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE LUZ LTDA. **Perfil histórico da Copagro.** Luz, s/d.

SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS. **Ata de Assembleia Geral.** Luz, 2005.

SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS. **Estatuto Social.** Luz, 2007.

SINDICATO RURAL. **Ata da Assembleia Geral Extraordinária.** Luz, 1965.

## APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA

### Questões gerais

- 1) Fale um pouco sobre a história da organização (período que foi criada, quem mobilizou ou contribuiu para o seu surgimento, as razões, etc.).
- 2) Houve alguma mudança nos objetivos, deveres ou funções da organização entre sua fundação e agora? Se houve a mudança, qual foi? Quando ocorreu? Por quê? Percebe algum outro tipo de mudança na forma de atuação da organização desde sua fundação? Qual? Por que acha que mudou?
- 3) Caso seja os mesmos papéis (objetivos, funções ou deveres) de quando se fundaram, qual o motivo, por que continua sendo os mesmos?
- 4) Esta organização surgiu pela demanda/iniciativa de quem? (de baixo para cima ou de cima para baixo (dos produtores/trabalhadores ou do poder público))
- 5) Quais são as políticas públicas ou programas governamentais que são ou foram acessados pelos produtores/trabalhadores rurais através da organização?
- 6) Qual a importância dessas políticas públicas ou programas governamentais para a organização?
- 7) Essa participação nas políticas públicas ou programas governamentais obrigaram a organização a fazer alguma modificação ou adequação para atender essa demanda?
- 8) Teve alguma política pública ou programa governamental que a organização tenha achado melhor não participar ou não pode participar? Por quê?
- 9) Das organizações que existem no município de Luz, quais têm associados em comum com esta? Como acha que essa exigência de participação em mais de uma organização influencia aos associados? Eles dão conta de participar em todas de forma adequada?(participam mais ou participam menos, ficam melhores capacitados para serem dirigentes da organização, existe um desgaste dos associados devido a muita reunião, participa de todas elas, em qual se envolve mais...)
- 10) Como acha que esse compartilhamento de associados influencia na vida da organização? (diminui ou aumenta o custo de difusão de informações, aumentam ou diminuem os candidatos para cargo de diretoria, existe uma concorrência dos associados pela disputa pelo campo representativo...)

- 11) Quais são as organizações parceiras desta? Quais atividades realizam em conjunto? Como é realizada essa parceria? (existe algum tipo de conflito, ajuda acessar políticas públicas...)
- 12) Acha que existe superposição de funções entre as organizações do município? Existe alguma forma de concorrência entre elas?

**Questões específicas para representantes da COPAGRO**

- 1) Em relação aos núcleos de desenvolvimento cooperativista qual foi a maior motivação para constituí-los? Estão sendo alcançados os resultados esperados? Quais são os principais problemas e benefícios? (para produtores/trabalhadores e para cooperativa)
- 2) A criação dos núcleos influenciou na constituição de associações? Qual a diferença entre os objetivos da associação e dos núcleos? Como se dá essa relação cooperativa - núcleos - associações? (vantagens e desvantagens, concorrência e complementaridade...)

**Questões específicas para representantes e mediador dos Núcleos de Desenvolvimento Cooperativista da COPAGRO e representantes das Associações**

- 1) Por que criou a associação? O que se pretendia ao fazer essa associação que não se podia ser feito pelo núcleo ou por meio da cooperativa? (Esta só para os núcleos em que a associação veio depois)
- 2) Como a criação dos núcleos influenciou na constituição/atividades da associação? (para os núcleos em que a associação veio depois) Qual a diferença entre os objetivos da associação e dos núcleos? Como se dá essa relação cooperativa- associações? (vantagens e desvantagens, concorrência e complementaridade...)
- 3) Os núcleos realizam as reuniões separadas ou conjuntas com as reuniões das associações? Como é feita as discussões? Que fazem os núcleos que não realizam as reuniões juntas às associações e vice-versa? (ou tem alguma coisa que o núcleo faz sem precisar da associação?) Percebe alguma mudança na forma de participação dos membros? (é a mesma coisa, quais são as funções dos núcleos e das associações, isso é percebido pelos associados, como se gerenciam na prática essas diferenças?)

**Questão específica para representantes do Sindicato dos Produtores Rurais**

- 1) Como a formação de outras organizações no município afetou o SPR? Como por exemplo, a formação da cooperativa e associações.

**Questões específicas para representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável**

- 1) Qual a importância do conselho para o município e para os trabalhadores rurais? O que é feito no conselho?
- 2) Quem participa do conselho? As reuniões são frequentes? Quais temáticas são discutidas?

**Questões específicas para um mediador relacionado a várias organizações**

- 1) Qual sua relação com cada uma dessas organizações (o que faz em cada uma e como se vinculou a esse trabalho)? Existe o acompanhamento de alguém para ajudar realizar as atividades em cada uma dessas organizações? Tem obrigação de prestar contas para alguém sobre metas ou objetivos do seu trabalho? (quem determina o que tem de ser feito ou com as experiências próprias consegue mobilizar o grupo só).
- 2) Conhece a motivação que levou a constituição dos núcleos? Estão sendo alcançados os resultados esperados?
- 3) Diante às distintas organizações no município, quais pretensões, objetivos pretende conseguir em cada organização? (por exemplo, maior participação deles, alcance dos resultados, envolvimento com as organizações...).
- 4) Acha que alguma dessas organizações possui uma importância maior em relação às outras, no sentido de conseguir benefícios, acessos às políticas públicas, entre outras vantagens?

**APÊNDICE B - SÍNTESE DOS DOCUMENTOS: ATAS DE FUNDAÇÃO, PERFIL HISTÓRICO, ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA**

**Quadro A1 - Atas de fundação, perfil histórico, assembleia extraordinária**

DOCUMENTO	CONTEÚDOS E TEMAS
Ata da fundação, eleição e posse da Diretoria da Associação dos Agricultores Familiares da comunidade da Marcela	Fundação da Associação no dia 11/06/2007 juntamente com o técnico da Emater e moradores da comunidade. O objetivo era que a associação beneficiasse os habitantes da comunidade; Esclarecimento do funcionamento da associação; escolha e votação da chapa para diretoria; escolha do nome da associação; Pedido de compreensão de todos no seguimento dos trabalhos.
Ata da Reunião de Constituição da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Retirinho	Fundação da associação no dia 28/08/2008; denominação da associação; eleição da diretoria; motivos para organizar a associação e aprovação do estatuto.
Ata de fundação, eleição e posse da diretoria da Associação dos Produtores Rurais de Olaria	Fundação da associação no dia 04/08/1999, os moradores da comunidade se reuniram com o objetivo de fundar associação para que a mesma beneficie a comunidade; esclarecimento de funcionamento; escolha e votação da chapa; escolha do nome da associação.
Ata da Assembleia geral de reconstituição da Associação dos Produtores Rurais de Olaria	Aos 27/01/2005 os produtores reuniram juntamente com o técnico da Emater para reconstituir a associação; apresentou as finalidades e eleição da nova diretoria; determinação de reunião mensal;
Ata da reunião de Constituição da Associação dos Produtores Rurais de Sumaré e Região.	Fundação da associação no dia 21/01/2010; denominação da associação; motivos apresentados para constituição; aprovação do estatuto.
Ata da solenidade de fundação, aprovação do estatuto, eleição e posse da diretoria do Conselho Comunitário do Campinho	Fundação do conselho no dia 08/09/1997 por moradores da comunidade. Aprovação do estatuto, eleição da diretoria.
Ata de Posse dos Membros do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, com a eleição da diretoria e aprovação do Regimento Interno	A implantação do CMDRS se deu aos 09/12/2009 pelo conselho gestor na sede da secretária municipal de agricultura , desenvolvimento econômico e meio ambiente. Contaram com diversos membros efetivos e suplentes indicados por suas entidades, conselhos e associações comunitárias; discutiram sobre o Plano Municipal; das ações do plano; da formulação de políticas públicas; criação ou fortalecimento das associações; articulação com municípios vizinhos; identificação e quantificação de credito rural e assistência técnica para agricultores familiares; articulação com agentes financeiros; diversidade e representação dos diferentes atores sociais no município; leitura do regimento interno;
Perfil histórico da Cooperativa de Produção Agropecuária de Luz LTDA	Constituída em 28/05/1967 com 39 produtores rurais na sede do Sindicato Patronal Rural. Definição do nome, objetivos, diretoria, aprovação do estatuto, estabelecimento do capital mínimo, e procedimento para a instalação contando com a participação de dois representantes da FAREM e dois técnicos do Cooperativismo.
Ata de fundação e instalação da Associação Rural	Fundada aos 21/04/1946; Escolha da diretoria; aprovação do Estatuto; esclarecimento de funcionamento.

**Quadro A1 - Atas de fundação, perfil histórico, assembleia extraordinária  
(CONTINUAÇÃO)**

de Luz	
Ata da 1ª reunião extraordinária da Associação Rural de Luz	Aos 26/12/1965 reuniram com a finalidade de transformar a Associação Rural em Sindicato Rural; aprovação do estatuto; filiação a Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais
Ata da assembleia geral extraordinária do Sindicato Patronal Rural de Luz	Aos 30/09/2005 reuniram para deliberarem sobre: alteração e reforma do estatuto social; alteração da denominação do sindicato patronal para sindicato dos produtores rurais de Luz; inclusão da categoria da agroindústria, no que se refere às atitudes primárias em sua representação; alteração da ordem administrativa.

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2012.

## APÊNDICE C - OBJETIVOS DOS ESTATUTOS SOCIAIS

**Quadro A2 - Objetivos dos estatutos sociais**

DOCUMENTO	OBJETIVOS DOS ESTATUTOS
Estatuto da Associação das Famílias de Pequenos Produtores Rurais do Limoeiro	1- Aumentar a produção e a produtividade da Agropecuária, visando o melhoramento do padrão alimentar e a comercialização do excedente, favorecendo consequentemente o crescimento socioeconômico; 2- Buscar meios para se criar pequenas indústrias caseiras para o aproveitamento racional da produção; 3- Assistir às crianças, gestantes e idosos através da criação de um programa de saúde vinculado à entidade e profissionais da assistência médico-odonto-oftalmológica; 4- Incentivar e buscar meios para a iniciação, aumento e a melhoria da criação de pequenos animais; 5- Incentivar o artesanato local através de cursos e programas interligados dentro das atividades educativas e profissionalizantes da escola local, aproveitando a matéria prima existente na comunidade.
Ata de apreciação e aprovação de estatuto da Associação dos Produtores Rurais da Marcela	1- Promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras de melhoramentos com recursos próprios e obtidos por doação; 2- Proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes do lugar através da integração de seus moradores; 3- Proporcionar aos associados e seus dependentes atividades econômicas, culturais e desportivas; 4- Promover atividades assistenciais diretamente ou através de instituições filantrópicas; 5- Proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice através do incentivo ao aleitamento materno, campanha de doenças transmissíveis e ou infecto contagioso e saneamento básico em integração com órgão competentes. 6- Combate à fome e à pobreza através da produção familiar de alimentos com geração de emprego e renda; 7- Integração de seus beneficiários no mercado de trabalho através da promoção de cursos profissionalizantes ou outros recursos metodológicos, levando em conta a cultura local ou regional; 8- Habitantes ou reabilitação das pessoas portadoras de deficiências; 9- Proteção do meio ambiente através da integração com entidades afins para promoção de campanha e outros treinamentos para conservação dos solos e nascentes, matas ciliares, topos de morros, desassoreamento de cursos de água e incentivo a construção de micro barragens e atividades congêneres.
Estatuto da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Retirinho	1- Promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras de melhoramentos com recursos próprios e obtidos por doação; 2- Proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes do lugar através da integração de seus moradores; 3- Proporcionar aos associados e seus dependentes atividades econômicas, culturais e desportivas; 4- Promover atividades assistenciais diretamente ou através de instituições filantrópicas; 5- Proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice através do incentivo ao aleitamento materno, campanha de doenças transmissíveis e ou infecto contagioso e saneamento básico em integração com órgão competentes. 6- Combate à fome e à pobreza através da produção familiar de alimentos com geração de emprego e renda; 7- Integração de seus beneficiários no mercado de trabalho através da promoção de cursos profissionalizantes ou outros recursos metodológicos, levando em conta a cultura local ou regional; 8- Habitantes ou reabilitação das pessoas portadoras de deficiências; 9- Proteção do meio ambiente através da integração com entidades afins para promoção de campanha e outros treinamentos para conservação dos solos e nascentes, matas ciliares, topos de morros, desassoreamento de cursos de água e incentivo a construção de

**Quadro A2 - Objetivos dos estatutos sociais (CONTINUAÇÃO)**

	<p>micro barragens e atividades congêneres.</p>
<p>Estatuto da Associação dos Produtores do Mercado Livre de Luz</p>	<p>1- Estimular a produção e o comércio de flores, plantas ornamentais, frutas, legumes, verduras, aves vivas, ovos, mel, produtos da lavoura e seus subprodutos, carnes, peixes, leite e derivados, alimentos de indústria caseira, vestuário e artesanato de confecção caseira atendendo às exigências legais, fomentando melhores condições para os associados e seus familiares; 2- Favorecer o transporte, o beneficiamento, a industrialização e a comercialização dos produtos de seus associados; 3- Promover as classes integrantes desta associação, estando sempre presente junto aos componentes, defendendo, por todos os meios idôneos os interesses gerais, em qualquer esfera ou terreno em que se encontrem; 4- Incentivar o conagraamento de seus associados, visando sempre o progresso de todos; 5- Assegurar o direito do produtor de comercializar sua produção, no Mercado Livre, uma vez comprovada sua capacidade de ter produtos durante todo o ano; 6- Corresponder-se com seus congêneres de outras localidades do estado com o objetivo de trocas de informações; 7- Esforçar-se para que, sempre que possível, sejam ministrados a seus associados, cursos técnicos para o aprimoramento dos conhecimentos do comércio, indústria, meio ambiente e demais áreas de interesse dos associados; 8- Estudar e buscar soluções para questões e problemas relativos à categoria; 9- Promover a adoção de regras e normas que visem o fortalecimento da categoria; 10- Mediar conflitos e dissídios no âmbito de sua representação; 11- Mobilizar a quem de competência para garantir o aumento e melhoria dos produtos, vigilância sanitária, fiscalização e ordem pública, espaços físicos, de modo a garantir os direitos e deveres do consumidor e dos feirantes; 12- Fornecer apoio, assistência em geral, visando o aperfeiçoamento da classe; 13- Representar perante os poderes públicos e privados, os interesses da classe; 14- Elaborar projetos e firmar convênios com órgãos e entidades financiadoras para atendimento às necessidades dos associados.</p>

**Quadro A2 - Objetivos dos estatutos sociais (CONTINUAÇÃO)**

<p>Ata de apreciação e aprovação do Estatuto da Associação dos Produtores Rurais de Olaria</p>	<p>1- Promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras de melhoramentos com recursos próprios e obtidos por doação; 2- Proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes do lugar através da integração de seus moradores; 3- Proporcionar aos associados e seus dependentes atividades econômicas, culturais e desportivas; 4- Promover atividades assistenciais diretamente ou através de instituições filantrópicas; 5- Proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice através do incentivo ao aleitamento materno, campanha de doenças transmissíveis e ou infecto contagioso e saneamento básico em integração com órgão competentes. 6- Combate à fome e à pobreza através da produção familiar de alimentos com geração de emprego e renda; 7- Integração de seus beneficiários no mercado de trabalho através da promoção de cursos profissionalizantes ou outros recursos metodológicos, levando em conta a cultura local ou regional; 8- Habitantes ou reabilitação das pessoas portadoras de deficiências; 9- Proteção do meio ambiente através da integração com entidades afins para promoção de campanha e outros treinamentos para conservação dos solos e nascentes, matas ciliares, topos de morros, desassoreamento de cursos de água e incentivo a construção de micro barragens e atividades congêneres.</p>
<p>Estatuto da Associação dos Produtores Rurais de Sumaré e Região</p>	<p>1- Promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras de melhoramentos com recursos próprios e obtidos por doação; 2- Proporcionar a melhoria do convívio entre os habitantes do lugar através da integração de seus moradores; 3- Proporcionar aos associados e seus dependentes atividades econômicas, culturais e desportivas; 4- Promover atividades assistenciais diretamente ou através de instituições filantrópicas; 5- Proteção da saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice através do incentivo ao aleitamento materno, campanha de doenças transmissíveis e ou infecto contagioso e saneamento básico em integração com órgão competentes. 6- Combate à fome e à pobreza através da produção familiar de alimentos com geração de emprego e renda; 7- Integração de seus beneficiários no mercado de trabalho através da promoção de cursos profissionalizantes ou outros recursos metodológicos, levando em conta a cultura local ou regional; 8- Habitantes ou reabilitação das pessoas portadoras de deficiências; 9- Proteção do meio ambiente através da integração com entidades afins para promoção de campanha e outros treinamentos para conservação dos solos e nascentes, matas ciliares, topos de morros, desassoreamento de cursos de água e incentivo a construção de micro barragens e atividades congêneres.</p>
<p>Estatuto Social do Conselho Comunitário do Campinho</p>	<p>1- Combater à fome e à pobreza; 2- Integração de seus benefícios no Mercado de Trabalho; 3- Divulgação da cultura e do esporte; 4- Proteção ao meio ambiente e saneamento básico.</p>

**Quadro A2 - Objetivos dos estatutos sociais (CONTINUAÇÃO)**

<p>Estatuto Social da COPAGRO</p>	<p>1- estímulo, o desenvolvimento progressivo e a defesa de suas atividades econômicas de caráter comum; 2- a venda, em comum de sua produção agrícola ou pecuária nos mercados locais, nacionais ou internacionais; 3- Participar de sociedade anônima para melhor atendimento de objetivos próprios ou de caráter acessório ou complementar; 4- A venda de ações possuídas na Itambé S/A fica condicionada à aprovação de, pelo menos, metade mais um dos associados da cooperativa; 5- A cooperativa central fica autorizada a repassar diretamente aos cooperados pelo menos 90% do valor dos indivíduos recebidos da Itambé S/A, de acordo com o valor das operações do cooperado, fornecedores de leite, junto à cooperativa e critérios fixados nos estatutos da cooperativa central; 6- Se for aprovada a venda de ações da Itambé S/A, a cooperativa dará preferência a cooperativa central e demais associadas, em igualdade de condições com terceiros pretendentes; 7- para a consecução de seus objetivos, a cooperativa deverá: a) transportar, do local da produção para as dependências, os produtos de origem vegetal ou animal de seus associados; b) Produzir, receber, beneficiar, padronizar, armazenar, industrializar e comercializar os produtos, segundo operacionais previamente estabelecidos e registrar marcas quando for o caso, bem como realizar o expurgo dos produtos agrícolas; c) adquirir na medida em que o interesse social o aconselhar, em gêneros e artigos de uso doméstico e pessoal para o fornecimento a seus associados, assim como produtos veterinários, máquinas e implementos agrícolas, fertilizantes, inseticidas, materiais eletromecânicos, etc.. ;d) Obter recursos para financiamentos de custeio e investimentos aos associados, mediante repasse do crédito rural, na medida do possível e do interesse social.; 1- a cooperativa promoverá, ainda, mediante convênio com entidades especializadas, públicas ou privadas, o aprimoramento técnico-profissional dos seus associados e de seus próprios empregados e participará de campanhas de expansão do cooperativismo, de fomento da agropecuária e da racionalização dos meios de produção;2- A cooperativa efetua suas operações, sem qualquer finalidade lucrativa própria;3- a cooperativa poderá efetuar suas operações com terceiros até o limite e na forma previstas em lei.</p>
<p>Estatuto Social da Cooperativa de Crédito de Luz LTDA</p>	<p>O SICOOB CREDILUZ tem por objetivo a prática de operações e exercício das atividades na área creditícia e por finalidade: 1- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados; 2- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito bem como da difusão de informações técnicas que visem o aprimoramento da produção e qualidade de vida; 3- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras, bem como aplicações de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e rentabilizar os recursos.</p>

**Quadro A2 - Objetivos dos estatutos sociais (CONTINUAÇÃO)**

<p>Estatuto Social da Cooperativa Agropecuária de Esteios LTDA</p>	<p>A cooperativa, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus cooperados, tem por objetivo, Produzir, receber, transportar, classificar, armazenar, padronizar, beneficiar, industrializar e comercializar a produção de arroz, milho, leite in natura e seus derivados, hortifrutigranjeiros. Paragrafo 1-Para melhor consecução do seu objeto a cooperativa poderá: a) Adquirir e comercializar com os cooperados bens de produção e insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades, bem como gênero e artigos de uso doméstico e pessoal; b) prestar assistência tecnológica ao quadro social em estreita colaboração com órgãos públicos e privados atuantes no setor; c) Obtenção de recursos para financiamento de custeio e investimento agropecuário dos cooperados; d) Firmar contratos para a prestação de serviços sob a forma individual, grupal e /ou coletiva com outras congêneres, com empresas de laticínios e de alimentos, com Bancos de Fomento e/ou de Crédito Rural, associando-se ou não, a estas;e) Poderá, finalmente, firmar convênios, contratos e termos de cooperação com Entes e órgãos Públicos e Entidades Nacionais e Internacionais, para atingir seus objetivos; Parágrafo segundo: Para a prestação de assimetria sob a forma individual, grupal e/ou coletiva, a cooperativa poderá instituir Planos de Assistências e/ou de Prestação de Serviços, assinando Contratos com os interessados; Paragrafo terceiro: Seja qual for a forma de organização do trabalho ou de serviços prestados, deverá ser sempre observado o objetivo de aprimoramento das relações humanas na gestão de pessoas; finanças, de tesouraria e marketing, bem como, as relações comerciais de compra e venda em comum(em grupo) de produtos, bens ou serviços necessários ao desenvolvimento de seus objetivos no agro negócios, dando livre oportunidade a todos os seus cooperados e com observância da ética profissional; Paragrafo quarto: Promoverá ainda, a educação para o associativismo e o cooperativismo, privilegiará a mulher e a juventude rural, o associativismo rural e participará de campanhas de expansão do associativismo e de modernização de suas técnicas, visando à participação efetiva de seus cooperados na autogestão do sistema; Paragrafo quinto: A cooperativa se constituiu por livre e espontânea vontade de seus cooperados, e trabalhará sem fins lucrativos, sem discriminação política, religiosa, racial e social.</p>
<p>Estatuto do Sindicato dos Produtores Rurais</p>	<p>1- Pleitear e adotar medidas cabíveis aos interesses dos associados, constituindo-se em defensor e cooperador ativo e vigilante de tudo quando possa concorrer para a prosperidade da categoria que representa;2-Estudar e buscar soluções para as questões e os problemas relativo à atividades rurais; 3- Estimular procedimentos que objetivem elevar os índices de produtividade da atividade rural, pelo aperfeiçoamento dos métodos de trabalho e dos processos de comercialização, assim como com vistas a elevar o bem-estar sociocultural dos produtores rurais; 4-promover, quando couber, a solução, por meios conciliatórios, dos dissídios ou litígios concernentes às atividades compreendidas em seu âmbito de representação; 5- Organizar e manter os serviços que possam ser úteis aos associados, prestando-lhes assistências e apoio, em consonância com os interesses gerais da categoria.</p>

**Fonte:** Dados da pesquisa, 2012.

**ANEXO 1- DECRETO Nº. 1.434/2012, DE 10 DE OUTUBRO DE 2012**



*Prefeitura Municipal de Luz*

*Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal*

**DECRETO Nº. 1.434/2012, DE 10 DE OUTUBRO DE 2012.**

**"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL –  
CMDRS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O Prefeito Municipal de Luz, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições do art. 83, incisos II, IX, XII e demais pertinentes da Lei Orgânica do Município e considerando as disposições contidas na Lei Municipal nº. 1.525/2006, de 17 de novembro de 2006.

**DECRETA: -**

**Art. 1º** Ficam nomeados membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS, os representantes das seguintes entidades Públicas e Cíveis do Município de Luz:

**Representantes dos Pequenos Produtores Rurais:**

**1) Associação dos Produtores Rurais de Olaria**

**Titular:**  
**Suplente:**

**2) Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Retirinho**

**Titular:**  
**Suplente:**

**3) Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade da Marcela**

**Titular:**  
**Suplente:**

**4) Associação das Famílias dos Agricultores de Goiabeiras**

**Titular:**  
**Suplente:**

**5) Associação dos Produtores Rurais do Mercado Livre de Luz**

**Titular:**  
**Suplente:**

**6) Associação dos Produtores Rurais de Sumaré e Região-APROSUR**



# Prefeitura Municipal de Luz

Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal

**Titular:**  
**Suplente:**

## 7) Conselho Comunitário do Campinho

**Titular:**  
**Suplente:**

## 8) Associação dos Produtores Rurais de Campos dos Oliveiras e Arredores- APROCAMPO

**Titular:**  
**Suplente:**

## 9) Associação das Famílias de Pequenos Produtores Rurais do Limoeiro- ASFAPLI

**Titular:**  
**Suplente:**

### Representantes Civis e Governamentais:

#### 1) Sicoob Crediluz

**Titular:**  
**Suplente:**

#### 2) Secretaria Municipal de Obras Públicas e Transporte

**Titular:**  
**Suplente:**

#### 3) EMATER

**Titular:**  
**Suplente:**

#### 4) Banco do Brasil

**Titular:**  
**Suplente:**

#### 5) Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

**Titular:**  
**Suplente:**

*Handwritten signature or initials.*



## Prefeitura Municipal de Luz

Gabinete do Prefeito e Secretaria Municipal

### 6) Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

**Titular:**  
**Suplente:**

### 7) Sindicato dos Produtores Rurais de Luz

**Titular:**  
**Suplente:**

**Art. 2º.** O mandato dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS será de 2 (dois) anos, e será exercido sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado serviço relevante prestado ao Município.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

**Art. 4º.** Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº. 844/2010 de 08 de fevereiro de 2010.

Prefeitura Municipal de Luz, 10 de Outubro de 2012.

**Agostinho Carlos Oliveira**  
**Prefeito Municipal**

Matéria publicada no DIÁRIO OFICIAL  
DOS MUNICÍPIOS MINEIROS no dia  
23/10/12. A verificação de autenticidade  
dessa matéria pode ser feita informando  
o Código de identificação no site  
<http://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>